

**BRASIL
GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS**



INES – Relatório de Gestão do Exercício de 2019



RIO DE JANEIRO, 2019

**BRASIL
GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS**

INES – Relatório de Gestão do Exercício de 2019

Documento apresentado à sociedade brasileira e ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas a que este Instituto está submetido à luz das disposições do artigo 70 da Constituição Federal e elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 178/2019 e na Portaria TCU nº 378/2019.

RIO DE JANEIRO, 2019

Lista de siglas e abreviações

CAP – Colégio de Aplicação

CAS – Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento Às Pessoas com Surdez

CGU – Controladoria Geral da União

DDHCT – Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico

DEBASI – Departamento de Educação Básica

DEPA – Departamento de Planejamento e Administração

DESU – Departamento de Ensino Superior

DIAU – Divisão de Audiologia

DIEPRO – Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional

DINFO – Divisão de Informática

DN – Decisão Normativa

D.O.U. – Diário Oficial da União

GDI – Gestão do Desenvolvimento Institucional

GRPU – Gerência Regional de Patrimônio da União

IN – Instrução Normativa

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

ME – Ministério da Economia

MEC – Ministério da Educação

Port. Portaria

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPP – Projeto Político Pedagógico

RG – Relatório de Gestão

SEF – Serviço de Ensino Fundamental

SEME – Serviço de Ensino Médio

SEPAT – Serviço de Patrimônio

TCU – Tribunal de Contas da União

UPC – Unidade Prestadora de Contas

Sumário

<i>Mensagem do Diretor Geral</i>	2
1 <i>Visão geral organizacional e ambiente externo</i>	6
Quem somos: identificação da unidade prestadora de contas	7
Estrutura organizacional	8
Estrutura de governança	9
Alta administração INES	10
Cadeia de valor	11
Modelo de negócios	12
Políticas e programas de governo	17
Ambiente externo	26
• Relacionamento e comunicação com a sociedade e partes interessadas	29
2 <i>Governança, estratégia e alocação de recursos</i>	33
Estratégia e alocação de recursos	34
• Mapa integrado da visão, estratégia e ações	35
Apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC de gerar valor	36
3 <i>Riscos, oportunidades e perspectivas</i>	41
Gestão de riscos e controles internos	42
• Riscos	42
• Oportunidades e perspectivas	49
4 <i>Resultados e desempenho da gestão</i>	50
5 <i>Informações orçamentárias, financeiras e contábeis</i>	111

Mensagem do Diretor Geral

Seja bem-vinda(o) ao Relatório de Gestão do Exercício de 2019 do Instituto Nacional de Educação de Surdos, o INES!

É com grande satisfação que apresento este documento, que dá os primeiros passos da Instituição dentro de uma nova abordagem, a do *relato integrado*, que visa impulsionar a integração entre a estratégia, a governança, a comunicação e a prestação de contas na perspectiva de favorecer a efetiva criação de *valor público*.

Isso quer dizer que as responsabilidades do INES com as políticas públicas destinadas a atender demandas e promover transformações relacionadas aos direitos humanos e à cidadania das pessoas surdas no Brasil (o *valor público* que buscamos criar) vêm sendo debatidas com participação e transparência (*comunicação*), definidas e planejadas (*estratégia*), acompanhadas e avaliadas de maneira colaborativa (*governança*), possibilitando um texto mais conciso – o *relatório integrado*. Este Relatório, que subscrevo como responsável por sua integridade, reconhecendo ter sido pensado e elaborado coletivamente – pelo qual trazemos à apreciação da sociedade e dos órgãos de controle os caminhos pelos quais buscamos alcançar os objetivos propostos (*prestação de contas*).

O INES surgiu nos tempos da Monarquia, no século 19. Foi criado como primeira escola para surdos do país pelo Imperador Pedro II, no ano de 1857, acompanhando as tendências internacionais de então, notadamente da Europa. Seu primeiro Diretor Geral, inclusive, foi um Professor Surdo vindo da França, Eduard Huet (1822-1882).

Em pleno século 21, passados mais de 160 anos de sua criação, o INES é o centro de referência nacional na área da surdez, balizado no objetivo da República de promover o bem de todos sem discriminação. Por isso, é com orgulho que me dirijo a você(s) na qualidade de segundo Professor / Diretor Geral Surdo na história do INES, para afirmar nossos compromissos com as diretrizes internacionais de promoção dos direitos humanos e linguísticos das pessoas surdas, definidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e com a adoção das medidas de promoção da boa governança pública (Decreto 9.203/2017), que se encontra em fase inicial, como trataremos a seguir.



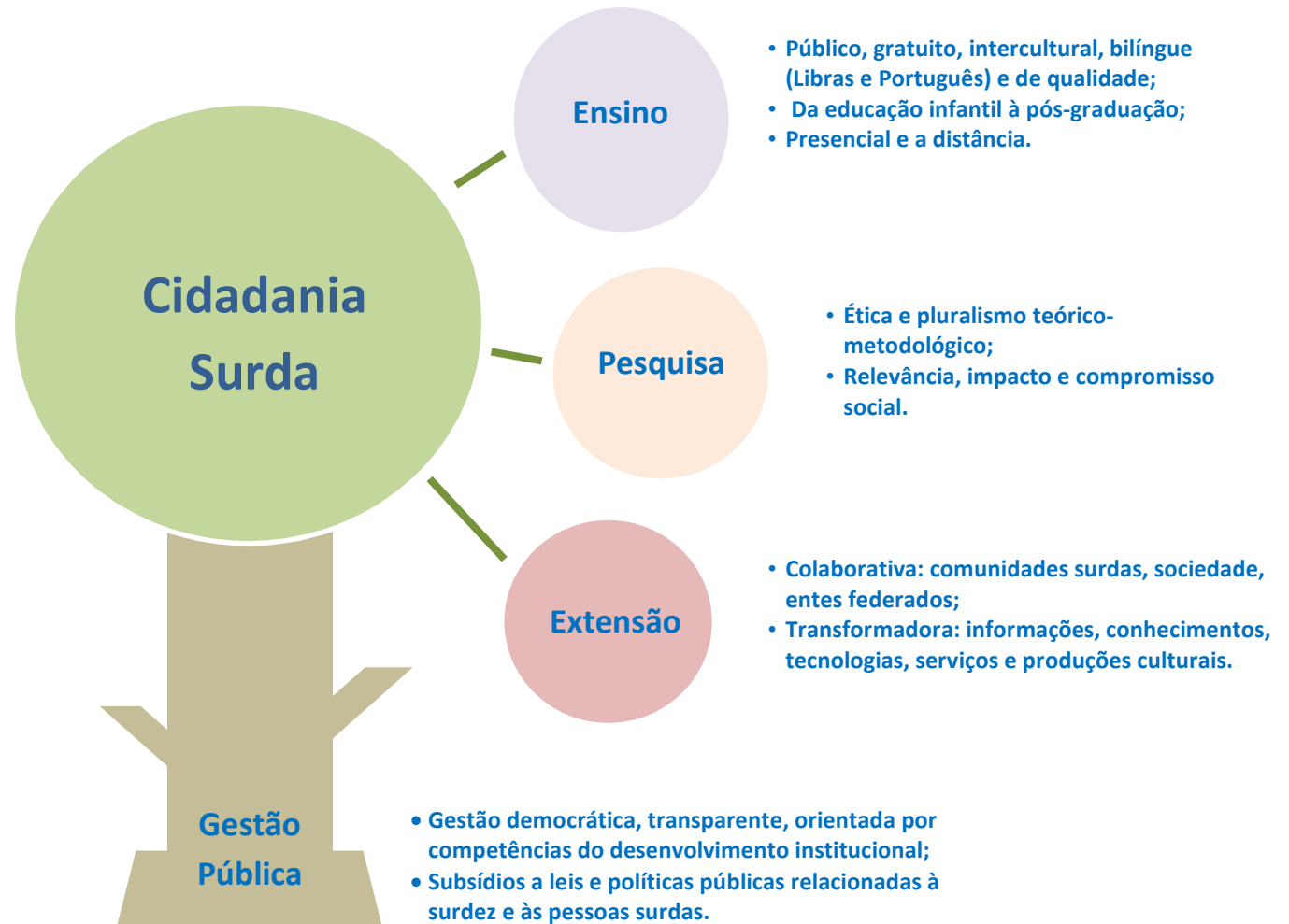
Paulo André Martins de Bulhões,
Diretor Geral do INES

Nossas ações estão delineadas em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022.

Ao lado, trago uma representação de nossa Missão e de nossa Visão de Futuro, ali definidas.

Na base de tudo, na raiz de nossa árvore, está o nosso compromisso com uma **Gestão Pública** democrática, transparente, por competências, orientada para resultados relevantes para a sociedade e, em especial, para as pessoas surdas e sua identidade linguística e cultural, valores que devem perpassar todas as ações finalísticas que são os frutos maiores do nosso trabalho, aqueles pelos quais o INES é capaz de transformar vidas e relações sociais: o **Ensino**, a **Pesquisa** e a **Extensão**. Como centro de referência nacional na área da surdez, tudo que fazemos deve servir ao Brasil: subsidiando o desenho de leis e de políticas públicas.

A seguir, apresentamos o **INES em Números**. Números que não são frios, mas que representam vidas: alunas e alunos surdos estudando; profissionais surdos e ouvintes ensinando, sendo formados ou qualificados, fazendo pesquisa e extensão; bebês, crianças, jovens, adultos e idosos sendo atendidos e passando a ter acesso aos direitos de cidadania; a língua de sinais e a identidade cultural de pessoas e comunidades surdas se afirmando como parte da rica diversidade do povo brasileiro!





Educação Básica / Trabalho

- 379 alunos surdos atendidos, da Educação Infantil ao Ensino Médio;
- 98% dos docentes em regime de dedicação exclusiva;
- 350 pessoas surdas concluíram curso de preparação para o trabalho e a geração de renda;
- 35 empresas disponibilizaram 225 vagas de emprego e 132 pessoas surdas foram contratadas.



Ensino Superior

- 228 alunos ativos na Graduação em Pedagogia presencial;
- 799 alunos do INES e de todas as regiões do Brasil, ativos na Graduação em Pedagogia a distância;
- 136 alunos ativos em 3 cursos de Especialização;
- 40 candidatos aprovados para o Mestrado Profissional Interdisciplinar em Educação Bilíngue (início em 2020).



Pesquisa

- 20 novos protocolos de investigação e 6 novos grupos de pesquisa cadastrados;
- 41 pesquisadas desenvolvidas;
- 17 projetos do Brasil e do exterior avaliados por nosso Comitê de Ética em Pesquisa;
- 12 grupos de pesquisa em atividade, com cadastro no CNPq;
- 26 alunos bolsistas de Iniciação Científica.



Extensão

- 9.769 itens – publicações impressas, CDs, DVDs – distribuídos pelo Brasil, atendendo 127 instituições: escolas e bibliotecas públicas, Centros de Apoio ao Surdo (CAS), ONGs e igrejas que atendem pessoas surdas;
 - 10 eventos no Rio de Janeiro, com 73% de aprovação dos 1.850 participantes: 8 Fóruns Bilíngues; 1 Encontro com Especialistas Surdos e 1 Congresso Internacional;
 - Palestras dos Fóruns disponibilizados na plataforma YouTube, com mais de 6.000 visualizações;
 - Arrecadados alimentos não-perecíveis, nos Fóruns, doados para famílias carentes de alunos surdos do INES;
 - 2.227 profissionais capacitados em todo o Brasil – por meio de seminários, assessorias técnicas e intercâmbios com os CAS – e nas visitas técnicas ao Instituto;
 - 1.652 pessoas concluíram nosso Curso de Libras presencial, que completou 20 anos de existência;
 - A TV INES venceu a etapa nacional do Prêmio Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos, após concorrer com 31 projetos inscritos na categoria de Organizações da Sociedade Civil.
- O INES recebeu 57 estagiários de 10 diferentes campos do conhecimento e 10 instituições parceiras acolheram alunos do nosso Curso de Pedagogia;
 - Foram realizados 3.602 atendimentos gratuitos em Saúde Auditiva, para a comunidade externa (2.960 pessoas atendidas) e interna (642 pessoas atendidas), abrangendo: teste da orelhinha em bebês e avaliação de crianças, jovens e adultos para acesso a direitos de cidadania: escola; gratuidade no transporte; trabalho; benefícios sociais; aposentadoria;
 - A Biblioteca do Instituto recebeu 799 usuários e fez 879 empréstimos de itens do acervo;
 - O Acervo Histórico do INES recebeu 30 pesquisadores do Brasil e do exterior, acolheu 6 estagiários, promoveu cursos e apoiou pesquisas, recebendo 373 visitantes em exposição comemorativa dos 160 anos do INES;
 - 9 projetos de extensão tiveram 11 alunos bolsistas e ofertaram 5 cursos para a comunidade

Em um contexto de rápidas mudanças e intensos debates sobre a condução dos destinos da Humanidade – neste exato momento também sob o impacto da crise mundial decorrente da pandemia do Coronavírus – vemos que diferentes sociedades ao redor do mundo convergem ao abraçar valores e causas que nós também partilhamos:

- a defesa da democracia e da boa gestão pública, com participação e controle social;
- o respeito às diferenças e a luta contra a discriminação, incluindo o combate ao racismo e à violência;
- o reconhecimento e a valorização dos sistemas públicos de saúde e de seus profissionais;
- o reconhecimento e a valorização da ciência e das instituições públicas de ensino e de pesquisa;
- a luta contra a pobreza e em defesa do meio ambiente.

A história do INES e o PDI vigente demonstram compromisso com esses valores: a gestão democrática; a valorização da diversidade; a oferta de educação básica e ensino superior e de atendimentos básicos em saúde auditiva à comunidade; o apoio à pesquisa e à extensão; a busca da sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, caminha de mãos dadas com as comunidades surdas brasileiras e suas mobilizações, pois a história das pessoas surdas foi marcada por séculos de exclusão da política; preconceitos; falta de acesso à informação, à saúde, à educação e ao trabalho; pobreza e exposição a fatores ambientais causadores da própria surdez e de outras condições.

Por isso, concluímos estas palavras com um painel elaborado a muitas mãos por nossos alunos em celebração ao Setembro Azul, marco da celebração da identidade surda e da luta do movimento surdo pela cidadania plena. No mês em que tem início a estação das flores, os surdos recordam as muitas flores que ficaram e ainda ficam pelo caminho, pela força da discriminação e da exclusão.

Na certeza de que – parodiando um antigo poeta –, com o nosso compromisso e empenho, “não poderão deter a primavera” da Cidadania Surda!



*1 Visão geral
organizacional e
ambiente externo*

Quem somos

O INES é um órgão público singular da estrutura do Ministério da Educação do Brasil. Como centro de referência nacional na área da surdez e com o empenho de fazer uma gestão participativa, transparente e voltada para resultados socialmente relevantes, com participação de servidoras e servidores surdos e ouvintes e valorização da diversidade, o INES atua em todos os aspectos relacionados à surdez e às pessoas surdas, na perspectiva da construção de sua plena Cidadania. Suas competências abrangem:

- Subsidiar a Política Nacional de Educação;
- Fazer diagnóstico e encaminhamento em saúde auditiva, desde bebês até pessoas idosas;
- Orientar e apoiar famílias no acesso a direitos sociais;
- Ofertar escolarização bilíngue (Libras e Português), da educação infantil ao ensino médio;
- Qualificar e preparar para o trabalho;
- Ofertar ensino superior bilíngue (Libras e Português), presencial e a distância, em nível de graduação e de pós-graduação;
- Produzir e distribuir material didático e pedagógico;
- Apoiar e divulgar estudos e pesquisas;
- Promover ações de extensão, abrangendo:
 - Ofertar cursos livres, articulados à pesquisa e ao ensino, e cursos de língua de sinais;
 - Ofertar estágio supervisionado para profissionais de diferentes áreas;
 - Realizar cooperação técnica com estados e municípios de todo o Brasil;
 - Editar publicações técnicas e científicas;
 - Realizar eventos nacionais e internacionais;
 - Utilizar meios de comunicação em prol da imagem e da cidadania das pessoas surdas.

MISSÃO:
Construir a
Cidadania Surda
no Brasil.

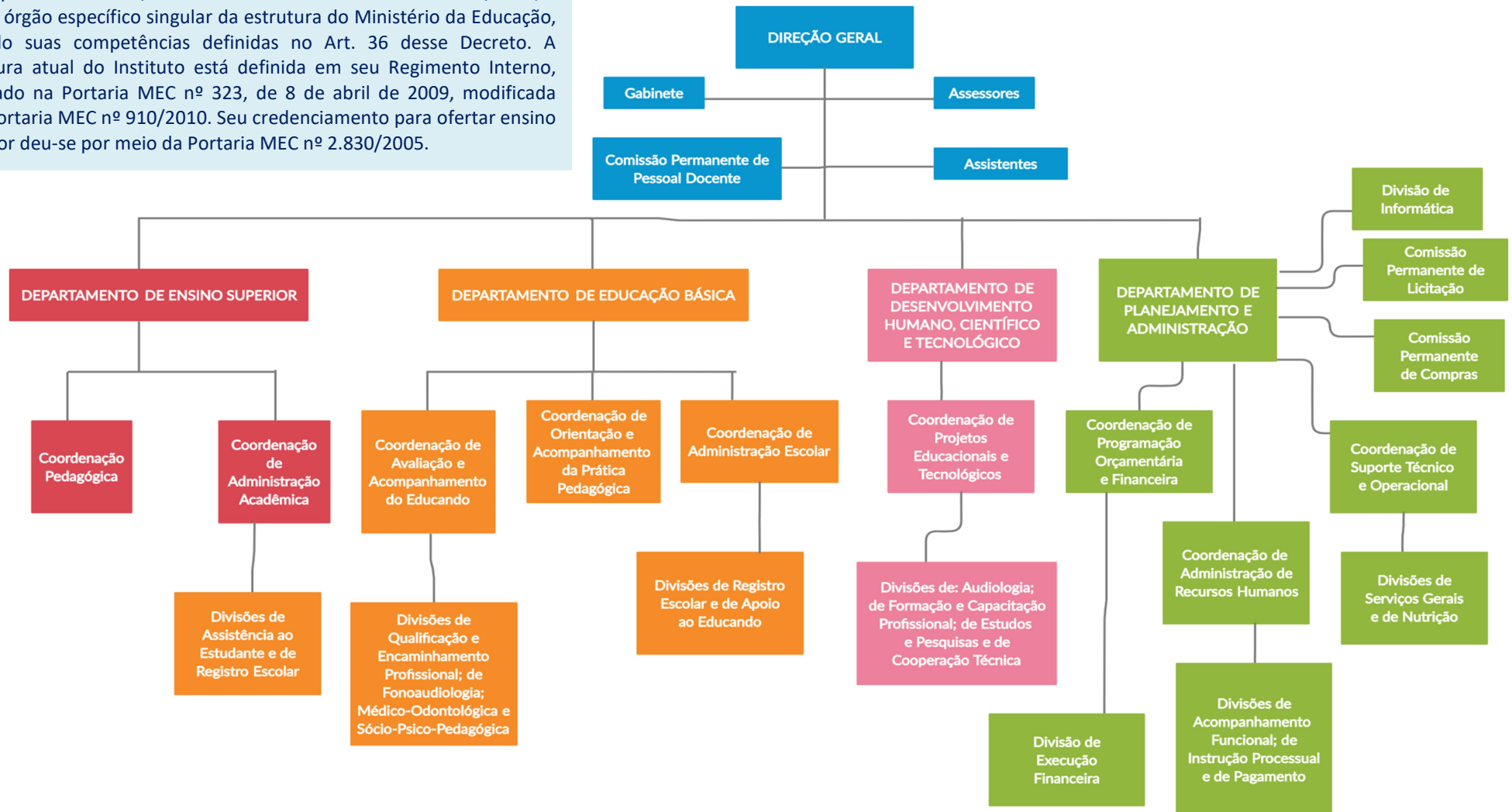
VISÃO DE FUTURO:
ensino, pesquisa,
extensão e gestão
transformando vidas
de pessoas e
comunidades surdas.

VALORES: dignidade,
interculturalidade,
cidadania.



O Instituto foi criado pela Lei nº 939/1857 e tem sua denominação atual fixada pela Lei nº 3.198/1957. Nos termos do Decreto nº 10.195/2019, o INES é órgão específico singular da estrutura do Ministério da Educação, estando suas competências definidas no Art. 36 desse Decreto. A estrutura atual do Instituto está definida em seu Regimento Interno, aprovado na Portaria MEC nº 323, de 8 de abril de 2009, modificada pela Portaria MEC nº 910/2010. Seu credenciamento para ofertar ensino superior deu-se por meio da Portaria MEC nº 2.830/2005.

Estrutura organizacional



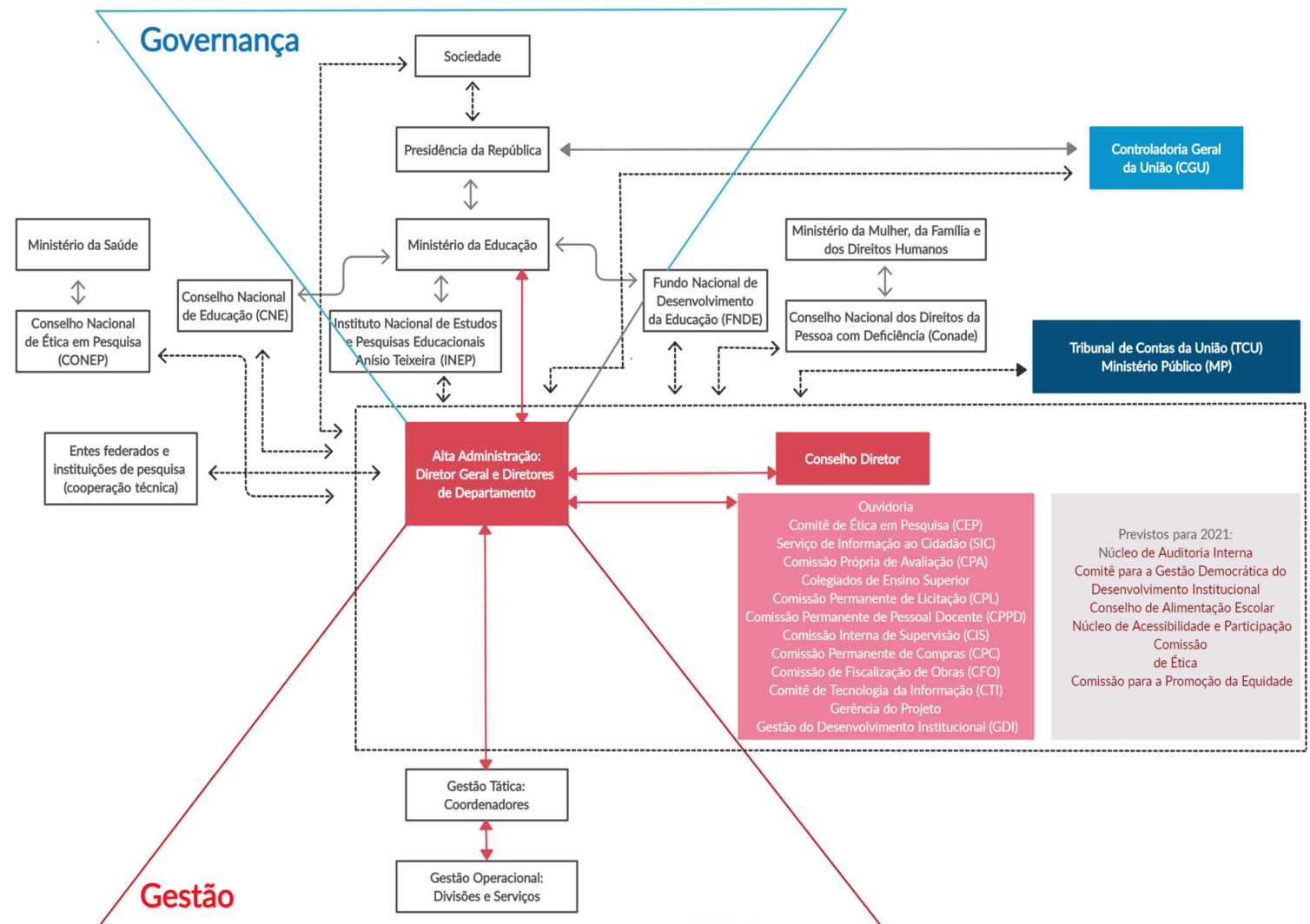
Estrutura de governança

No INES, encontra-se em andamento o processo de implementação das diretrizes preconizadas no Decreto nº 9.203/2017 quanto à governança pública.

Na figura ao lado, apresentamos as estruturas existentes e em funcionamento regular no exercício de 2019, que incluem a Ouvidoria e o Comitê de Ética em Pesquisa, entre outras instâncias. À direita, na caixa de texto cinza, indicamos as providências cuja previsão se deslocou para 2021-2022, devido à pandemia em 2020.

Nosso PDI 2018-2022, elaborado em regime participativo (comissão multissetorial, consultas públicas, reuniões abertas), define caminhos de implementação de mecanismos, instâncias e práticas de governança, nos termos do referido Decreto, incluindo:

- Criação da Comissão de Ética;
- Integração ao Processo Eletrônico Nacional (PEN), abrangendo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Protocolo Integrado e Assentamento Funcional Digital (AFD), etc.;
- Monitoramento da implementação do PDI e dos resultados das ações;
- Criação de instâncias de participação e controle social;
- Criação de instância de auditoria interna;
- Revisão de atos normativos, incluindo o regimento interno do Instituto e o regulamento de seu Conselho Diretor.



Alta Administração INES



Diretor Geral:

Professor Especialista Paulo André Martins de Bulhões (Surdo)

Chefe de Gabinete:

Professora Doutora Ana Regina e Souza Campello (Surda)

Assessores:

Professor Especialista Humberto Gripp Diniz (Surdo)

Psicóloga Mestre Eduarda Larrúbia da Rocha (Ouvinte)

Intérprete de Libras Gláucia Gonçalves da Silveira (Ouvinte)

Departamento de Planejamento e Administração:

Administradora Gilsilene Gonçalves de Moraes (Surda)

Departamento de Ensino Superior:

Professor Doutor Rodrigo Rosso Marques (Surdo)

Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico:

Professora Andreza da Silva Gonçalves Raphael (Surda)

Departamento de Educação Básica:

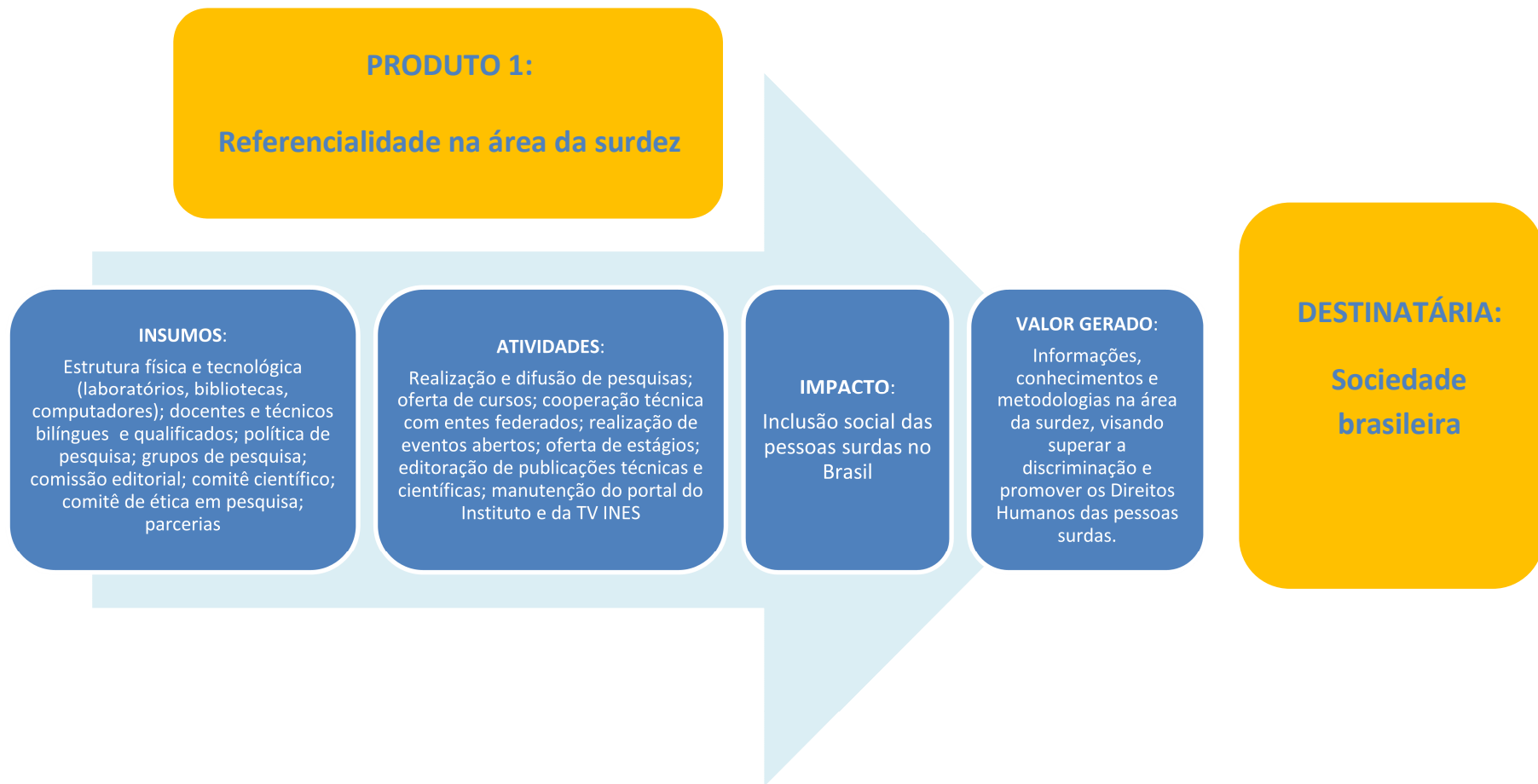
Professora Mestre Stela Santos Fernandes (Ouvinte)

Cadeia de valor



PARTE INTERESSADA	PRODUTO	VALOR
Sociedade	Referencialidade: pesquisas, cursos, cooperação técnica, eventos, estágios, publicações, TV INES	Informações, conhecimentos e metodologias na área da surdez, visando superar a discriminação e promover os Direitos Humanos das pessoas surdas no Brasil.
Alunas e alunos surdos	Escolarização bilíngue da Educação Infantil ao Ensino Médio	Formação para a cidadania, preparação para o trabalho e possibilidade de acesso aos níveis mais elevados de ensino.
Alunas e alunos surdos e ouvintes	Cursos de: Graduação bilíngue em Pedagogia; Especialização; Mestrado Profissional	Formação e qualificação para o trabalho no campo da educação bilíngue de pessoas surdas, de alcance nacional.
Poderes Legislativo e Executivo	Subsídios à elaboração de leis e ao desenho de políticas públicas	Aperfeiçoamento dos marcos legais e políticos relacionados às pessoas surdas, pautados nos compromissos do Brasil em matéria de Direitos Humanos.
Servidores: docentes e técnicos	Gestão participativa e por competências do desenvolvimento institucional	Alavancagem na formação e desenvolvimento profissional, em processos abertos e colaborativos de deliberação e ação.

Modelo de negócios



PRODUTO 2:

Escolarização bilíngue (Libras e Português)

INSUMOS:

Estrutura física e tecnológica acessível (salas de aula; biblioteca; brinquedoteca; quadras; laboratórios; auditório; computadores, etc.); docentes e técnicos bilíngues e qualificados; projeto político-pedagógico para educação bilíngue.

ATIVIDADES:

Aulas; projetos; práticas laboratoriais; jogos e brincadeiras; leitura; pesquisa; produções culturais no Instituto e externas.

IMPACTO:

Inclusão escolar de pessoas surdas, com valorização de sua identidade linguística e cultural.

VALOR GERADO:

Formação para a cidadania, preparação para o trabalho e possibilidade de acesso aos níveis mais elevados de ensino.

DESTINATÁRIOS:

Alunas e alunos surdos (crianças, jovens e adultos)

PRODUTO 3:

Ensino Superior Bilíngue (Libras e Português)

INSUMOS:

Estrutura física e tecnológica acessível (salas de aula; biblioteca; auditório; laboratórios; computadores, etc.); docentes e técnicos bilíngues e qualificados; projeto político-pedagógico para educação bilíngue.

ATIVIDADES:

Processo seletivo; ensino de graduação e pós-graduação, abrangendo: aulas; projetos; práticas laboratoriais e de pesquisa; ações culturais no Instituto e externas; estágios supervisionados.

IMPACTO:

Profissionais surdos e ouvintes qualificados para atender alunas e alunos surdos em escolas e outros espaços, com valorização de sua identidade linguística e cultural.

VALOR GERADO:

Formação e qualificação para o trabalho no campo da educação bilíngue de pessoas surdas.

DESTINATÁRIOS:

Alunas e alunos surdos e ouvintes

PRODUTO 4:

Subsídios à elaboração de leis e ao desenho e gestão de políticas públicas

INSUMOS:

Estrutura física e tecnológica (bibliotecas, computadores e projetores; salas de reunião; auditório); docentes e técnicos bilíngues e qualificados; instâncias de participação; cooperação técnica.

ATIVIDADES:

Leitura e análise de documentos legais e políticos nacionais e internacionais; interlocução com o movimento surdo; reuniões; intercâmbio com outras instituições; elaboração colaborativa de propostas; consultas públicas, etc.

IMPACTO:

Balanzamentos para Inclusão social e cidadania das pessoas surdas no Brasil

VALOR GERADO:

Aperfeiçoamento dos marcos legais e jurídicos relacionados às pessoas surdas, pautados nos compromissos do Brasil em Direitos Humanos.

DESTINATÁRIOS:

**Poderes
Legislativo e
Executivo**

PRODUTO 5:

Gestão participativa e por competências do desenvolvimento institucional

INSUMOS:

Estrutura física e tecnológica (laboratórios, bibliotecas, computadores; docentes e técnicos qualificados; instâncias participativas de elaboração da política de desenvolvimento de pessoas, do plano de desenvolvimento institucional e de sua gestão

ATIVIDADES:

Leitura e análise de documentos legais e políticos nacionais e internacionais; interlocução com o movimento surdo; levantamento de perfis e mapeamento de competências; reuniões; intercâmbio com outras instituições; elaboração colaborativa de propostas; consultas públicas, etc.

IMPACTO:

Pessoas valorizadas e engajadas, com suas competências fortalecidas e orientadas ao cumprimento da missão institucional.

VALOR GERADO:

Alavancagem na formação e desenvolvimento profissional, e institucional, em processos abertos de deliberação e ação.

DESTINATÁRIOS:

Servidores docentes e técnicos

Políticas e programas de governo

As ações do INES no exercício de 2019, contempladas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022, contemplam o horizonte estratégico do Ministério da Educação, segundo três dispositivos: a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação com vigência de dez anos (período de 2014 a 2024); o Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – que, nos termos do § 3º do Artigo 5º da Constituição Federal, equivale a Emenda Constitucional – e o Plano Plurianual 2016-2019, instituído pela Lei nº 13.249/2016.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/ META/PRAZO			DIRETRIZES
1. EDUCAÇÃO INFANTIL	Até 3	Atender 50%	2024	1.11 priorizar acesso e fomentar oferta de atendimento a crianças com deficiência e assegurar educação bilíngue para crianças surdas
	4-5	Universalizar	2016	
4. EDUCAÇÃO BÁSICA	4-17	Universalizar atendimento especializado	2024	<p>4.3 Implantar salas multifuncionais e fomentar formação continuada de docentes;</p> <p>4.7 Garantir educação bilíngue (Libras e Português escrito) para alunos surdos e com deficiência auditiva em classes e escolas bilíngues e em escolas inclusivas;</p> <p>4.8 Garantir oferta de educação inclusiva articulado ao atendimento especializado;</p> <p>4.10 Fomentar pesquisas para desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia com foco na aprendizagem e na acessibilidade;</p> <p>4.12 Promover pesquisas interdisciplinares que subsidiem políticas intersetoriais de atendimento;</p> <p>4.13 Ampliar equipes de profissionais habilitados, incluindo professores de Libras, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos e professores bilíngues;</p> <p>4.14 Definir indicadores de qualidade do atendimento a esse alunado;</p> <p>4.16 Incentivar a inclusão de conteúdos sobre atendimento a alunos com deficiência nos cursos de formação e qualificação de profissionais da educação (graduação e pós-graduação).</p>

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/PRAZO			DIRETRIZES
5. ALFABETIZAÇÃO	Crianças até 3º ano	Todas alfabetizadas	2024	5.7 Apoiar a alfabetização de pessoas com deficiência, incluindo a alfabetização bilíngue de pessoas surdas.
7. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA	-	Melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem	2024	7.30 Universalizar atendimento a alunos da rede pública com ações articuladas de atenção à saúde.
9. ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15 anos ou mais	93,5% alfabetizados	2015	9.1 Assegurar oferta de E.J.A. para quem não teve acesso à educação básica na idade própria; 9.11 Implementar ações articuladas de capacitação tecnológica para jovens e adultos, visando sua inclusão social e produtiva;
		0% de analfabetismo absoluto	2024	
		Redução de 50% na taxa de analfabetismo funcional	2024	
10. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15 anos ou mais	25% de matrículas EJA integradas à educação profissional	2024	10.4 Ampliar oportunidades profissionais para jovens e adultos com deficiência e baixa escolaridade; 10.9 Criar programa nacional de assistência ao estudante, para favorecer seu acesso, permanência, aprendizagem e conclusão com êxito.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/ANO			DIRETRIZES
12. TAXA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	18-24	Alcançar taxa bruta de 50%	2024	12.1 Otimizar a infraestrutura física e de recursos humanos das instituições de ensino superior;
		Alcançar taxa líquida de 33%	2024	12.3 elevar a taxa de conclusão média nas universidades públicas para 90%; destinar 1/3 das vagas para cursos noturnos e buscar a meta de 18 alunos por professor;
		40% das novas matrículas no setor público	2024	12.4 Fomentar educação superior pública e gratuita prioritariamente para formar docentes; 12.5 Ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil no ensino superior, inclusive ampliando as taxas de acesso e permanência de pessoas com deficiência; 12.8 Ampliar a oferta de estágio; 12.9 Ampliar a participação de grupos historicamente desfavorecidos, inclusive por meio de ações afirmativas; 12.10 Assegurar condições de acessibilidade nas instituições; 12.15 Institucionalizar acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para cursos de graduação, assegurando acessibilidade.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024 (LEI 13.005/2014)

TEMA	FAIXA ETÁRIA/META/PRAZO			DIRETRIZES
13. QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	-	75% de mestres e doutores em efetivo exercício	2024	<p>13.3 Induzir autoavaliação das instituições, por meio de comissões próprias de avaliação, com foco na qualificação e dedicação do corpo docente;</p> <p>13.4 Melhorar a qualidade dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, com foco nas demandas e necessidades das redes de educação básica e atenção a relações étnico-raciais, diversidade e pessoas com deficiência;</p> <p>13.7 Fomentar consórcios entre instituições públicas de ensino superior, para potencializar a atuação regional;</p> <p>13.8 Elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, visando alcançar 90% nas universidades públicas e 75% nas instituições privadas; fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 anos (2019), pelos menos 60% dos estudantes alcancem desempenho igual ou superior a 60% no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência (2020), 75% dos estudantes alcancem desempenho igual ou superior a 75% no ENADE.</p>
	-	Mínimo de 35% de doutores em efetivo exercício	2024	
15. FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	-	Política nacional de formação de profissionais da educação para que todos alcancem formação de nível superior, em curso de licenciatura.	2015	<p>15.5 Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;</p>
16. QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	-	50% dos professores da educação básica com pós-graduação e formação continuada para todos.	2024	<p>16.3 Expandir programa de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e dicionários, incluindo materiais em Libras e em Braille, disponibilizados para docentes da educação básica;</p> <p>16.4 Ampliar e consolidar portal eletrônico para subsidiar a atuação de docentes da educação básica com materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive em formato acessível.</p>

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <p>PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E ENCAMINHAMENTO PROFISSIONAL</p> <p>ENSINO SUPERIOR</p>	<p>Educação (Art. 24)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; • Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças (...) surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. • Os Estados-Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência. • (...) assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência. • Possibilitar às pessoas com deficiência o acesso efetivo a programas de orientação técnica e profissional e a serviços de colocação no trabalho e de treinamento profissional e continuado;

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>DIAGNÓSTICO EM SAÚDE AUDITIVA</p> <p>ORIENTAÇÕES EM SAÚDE</p>	<p>Saúde (Art. 25)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os Estados-Partes oferecerão às pessoas com deficiência programas de atenção à saúde, gratuitos ou a custos acessíveis, da mesma variedade, qualidade e padrão que são oferecidos às demais pessoas, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral; • Os Estados-Partes propiciarão serviços de saúde que as pessoas com deficiência necessitam especificamente por causa de sua deficiência, inclusive diagnóstico e intervenção precoces, bem como serviços projetados para reduzir ao máximo e prevenir deficiências adicionais, inclusive entre crianças e idosos;
<p>DIFUSÃO DA LÍNGUA DE SINAIS E DA CULTURA SURDA POR MEIO DE CURSOS, EVENTOS, ATIVIDADES CULTURAIS, PUBLICAÇÕES E DA TV INES</p>	<p>Cultura (Art. 30)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda; • [Tomar] medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade; • Os Estados-Partes deverão lançar e dar continuidade a efetivas campanhas de conscientização públicas, destinadas a: <ul style="list-style-type: none"> • Favorecer atitude receptiva em relação aos direitos das pessoas com deficiência; • Promover percepção positiva e maior consciência social em relação às pessoas com deficiência; • Promover o reconhecimento das habilidades, dos méritos e das capacidades das pessoas com deficiência e de sua contribuição ao local de trabalho e ao mercado laboral; • Incentivar todos os órgãos da mídia a retratar as pessoas com deficiência de maneira compatível com o propósito da presente Convenção.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO DO INES	TEMA	DIRETRIZES
<p>REFERENCIALIDADE NA ÁREA DA SURDEZ:</p> <p>Pesquisa e desenvolvimento</p> <p>Extensão (capacitação sobre direitos e acessibilidade; cooperação técnica; informações acessíveis; promoção do uso da língua de sinais; desenvolvimento científico e tecnológico)</p>	<p>Obrigações gerais (Art. 4)</p> <p>Acessibilidade (Art. 9)</p> <p>Liberdade de opinião e de expressão e acesso à informação (Art. 21)</p> <p>Cooperação internacional (Art. 32)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações com desenho universal, conforme definidos no Artigo 2 da presente Convenção, que exijam o mínimo possível de adaptação e cujo custo seja o mínimo possível, destinados a atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência, a promover sua disponibilidade e seu uso e a promover o desenho universal quando da elaboração de normas e diretrizes; • Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível; • Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações; • Promover a capacitação em relação aos direitos reconhecidos pela presente Convenção dos profissionais e equipes que trabalham com pessoas com deficiência, de forma a melhorar a prestação de assistência e serviços garantidos por esses direitos; • Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam; • Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência; • Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. • Facilitar a cooperação em pesquisa e o acesso a conhecimentos científicos e técnicos.

PLANO PLURIANUAL 2016-2019 (LEI Nº 13.249/2016)

PROGRAMA	RESPONSÁVEL	OBJETIVO	META/INICIATIVA
<p>2020 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS</p>	<p>Ministério da Educação</p>	<p>1007 - Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.</p>	<p>04KF - Promover ações de forma a ampliar o acesso à educação infantil em creches e pré-escolas, universalizando o atendimento às crianças de 4 a 5 anos, em consonância com o disposto na Meta 1 do Plano Nacional de Educação</p> <p>04KI - Promover ações com vistas a universalizar o atendimento escolar para toda população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns da rede regular de ensino, em consonância com o disposto na Meta 4 do Plano Nacional de Educação.</p> <p>04KL - Atender 8 milhões de pessoas com ações voltadas à alfabetização e à elevação da escolaridade média da população de 15 anos ou mais, visando ao desenvolvimento da participação social e cidadã ao longo da vida, a diversidade e inclusão, em consonância com o disposto nas Metas 8 e 9 do Plano Nacional de Educação.</p> <p>060L - Apoio aos estudantes de todas as etapas da educação básica por meio de implementação de programas suplementares de alimentação e transporte escolar; de saúde na escola; e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência, considerando as especificidades da diversidade e da inclusão como um todo.</p> <p>060S - Apoio à ampliação das condições de acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).</p> <p>06TZ - Ampliação e melhoramento da qualidade da alimentação na rede pública de ensino, garantindo uma alimentação saudável.</p>

PLANO PLURIANUAL 2016-2019 (LEI Nº 13.249/2016)

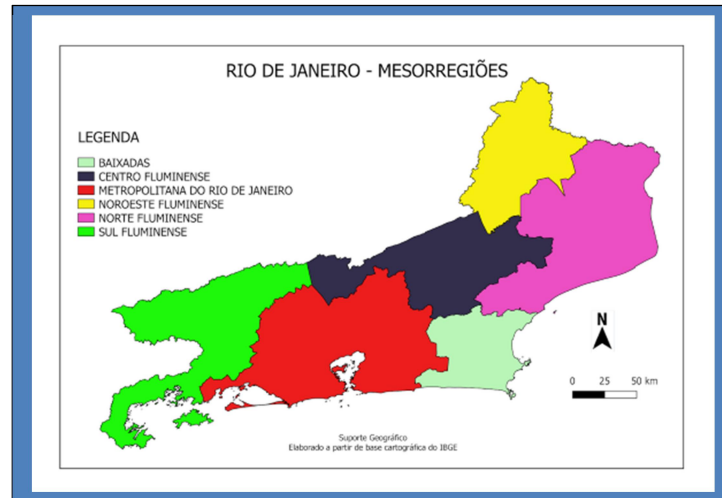
PROGRAMA	RESPONSÁVEL	OBJETIVO	META/INICIATIVA
2020 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS	Ministério da Educação	<p>1008 - Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.</p>	<p>04K7 - Realizar 400 mil novas matrículas em programas de formação inicial de professores para a educação básica, em consonância com o disposto na Meta 15 do Plano Nacional de Educação.</p> <p>04K9 - Ofertar 115 mil novas matrículas em cursos de pós-graduação (especializações e mestrados profissionais) ofertados nas modalidades a distância e semipresencial, destinados a professores da educação básica, em consonância com o disposto na Meta 16 do Plano Nacional de Educação</p>
		<p>1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.</p>	<p>04KY - Elevar de 180 mil para 400 mil o número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância, pelo Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), em todas as áreas do conhecimento, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação.</p> <p>04TL - Ampliar para 73% o percentual de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, em consonância com o disposto na Meta 13 do Plano Nacional de Educação.</p> <p>04L7 - Promover, em cooperação federativa, o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa, considerando o princípio constitucional da gestão democrática, em consonância com o disposto na Meta 19 do Plano Nacional de Educação.</p>

Ambiente externo

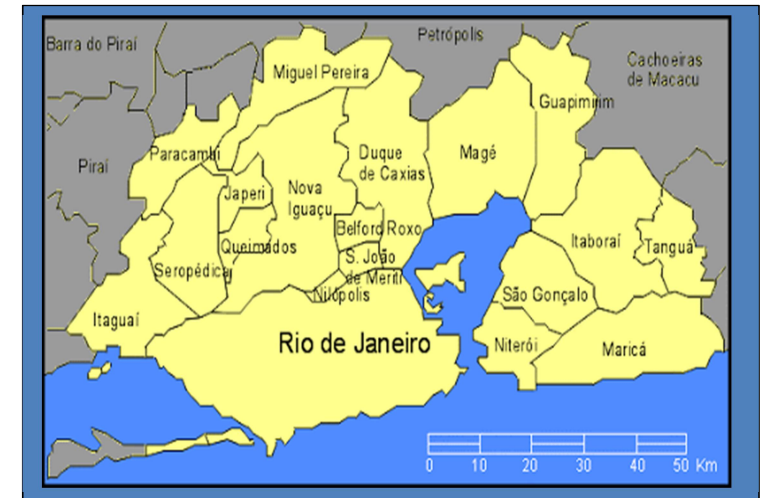
O ambiente externo do INES tem, por um lado, as *dimensões* do Município e do Estado do Rio de Janeiro – onde se situa e atua, em parte – e do Brasil, que suas ações devem alcançar, por ser um centro de referência nacional. Por outro, a *complexidade* da surdez, ao mesmo tempo uma condição de indivíduos e um fenômeno social e cultural. Assim, o ambiente externo do INES, que orienta seus objetivos estratégicos e suas ações, é regido pela interseção dessas *dimensões* com essa *complexidade*. Apresentamos, a seguir, a localização do INES no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



O Estado do Rio de Janeiro, destacado em vermelho, no mapa do Brasil. Nesse Estado, está localizado o INES, centro de referência nacional na área da surdez.



A Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, onde se situa o INES, destacada em vermelho no conjunto das mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro.



Os Municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O INES fica na Zona Sul do Município do Rio de Janeiro, em Laranjeiras, mas atende muitos alunos da Baixada Fluminense (Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu) e de São Gonçalo, por exemplo.



Sede do INES, no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ.

No **Rio de Janeiro**, falamos principalmente do aspecto individual da surdez quando nos referimos ao diagnóstico gratuito e aberto à comunidade que o INES realiza em saúde auditiva, atendendo desde recém-nascidos até idosos, em sua sede. Mas, mesmo aí, surgem duas interseções:

- a) A primeira diz respeito a qual abordagem as famílias de bebês e crianças terão acerca da surdez. Ou seja, os indivíduos são diagnosticados para importantes definições de identidade, educação linguística e modelo de escolarização em suas vidas: a afirmação da identidade linguística e cultural de “pessoa Surda”, de um lado, por meio do aprendizado e uso da língua de sinais, ou a abordagem voltada para a “deficiência auditiva”, de outro - por meio do uso de aparelhos, implantes cocleares e terapias – que em geral leva a uma ênfase ao uso da língua portuguesa oral;
- b) A segunda diz respeito ao fato de que os indivíduos de diferentes idades são diagnosticados para ter acesso a direitos sociais, como: escola; gratuidade no transporte público; trabalho; benefícios de assistência social; reabilitação; aposentadoria.

Em sua sede, em Laranjeiras, um bairro de classe média alta, na Zona Sul do Rio de Janeiro, o INES oferta escolarização bilíngue para crianças, jovens e adultos surdos, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, em seu Colégio de Aplicação. E também oferta, para surdos e ouvintes, curso de Licenciatura em Pedagogia, além de cursos de Especialização e Mestrado na área da educação de surdos, em seu Departamento de Ensino Superior. Mas, diferentemente de outras instituições de ensino, a maior parte de suas alunas e alunos não mora no entorno ou em bairros próximos, mas em áreas distantes e carentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Zonas Norte e Oeste da própria capital; municípios da Baixada Fluminense; São Gonçalo, etc. Isso traz o desafio da vulnerabilidade socioeconômica, um importante fator de evasão escolar e acadêmica: famílias muitas vezes monoparentais, lideradas pela mãe e dependentes de benefícios assistenciais.

Nas ações educativas realizadas em sua sede, existe em comum um relevante aspecto sociocultural: o Instituto é um importante espaço de cultura e socialização das comunidades surdas e do uso da Libras, embora, como veremos no Capítulo sobre Riscos, ainda haja barreiras linguísticas a superar. Também em sua sede, destacamos ser ela a base de pesquisas – de profissionais da casa e externos – e de ações de extensão, como os cursos presenciais de Libras - que alcançam familiares de pessoas surdas, profissionais da educação, profissionais de recursos humanos, entre outros – e cursos de extensão.



Na figura ao lado, temos uma interseção simbólica: a representação do frontispício do prédio principal do INES e as cores nacionais. Trouxemos essa imagem para dizer que, quando falamos do **Brasil**, estamos nos referindo principalmente à referencialidade nacional, ou seja, ao fato de que parte da missão do INES é sair de sua sede e alcançar todo o País.

O INES gera informações; produz conhecimentos; desenvolve metodologias e tecnologias; apoia produções culturais, e também subsidia entes federados, Poder Legislativo e Poder Executivo Federal na elaboração de leis e no desenho de políticas públicas, na área da educação e em outras. Todas essas atribuições demandam estudos, pesquisas, debates, planejamento, e muitas delas vêm da própria experiência do trabalho com surdos:

- a) Cooperação técnica – com outras instituições, com entes federados – na forma de seminários, assessorias técnicas e capacitações, realizados nas diferentes regiões do país;
- b) Participação em instâncias e processos de elaboração de leis e políticas, como a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência, além das interlocuções e colaborações com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, do Ministério da Educação, também comandada por uma profissional surda ;
- c) Parcerias com outras instituições de ensino de todas as regiões do país – universidades e institutos federais – na oferta de vagas em curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue na modalidade a distância;
- d) Disponibilização de conteúdos em seu portal na internet;
- e) Democratização do entretenimento, da informação e da cultura de modo bilíngue – Libras e Português – por meio da TV INES, que chega a celulares, computadores, tablets e Smart TVs de todo o Brasil;
- f) Apoio aos avanços da ciência, por meio do acolhimento de pesquisadores de todo o país e da atuação de seu Comitê de Ética em Pesquisa, que avalia protocolos de pesquisa também de todo o Brasil;
- g) Difusão dos avanços da ciência, por meio de publicações técnicas e científicas e da realização de eventos.
- h) Coloca-se o desafio de ampliar esse alcance, por exemplo, meio da oferta de uma modalidade online do Curso de Libras.

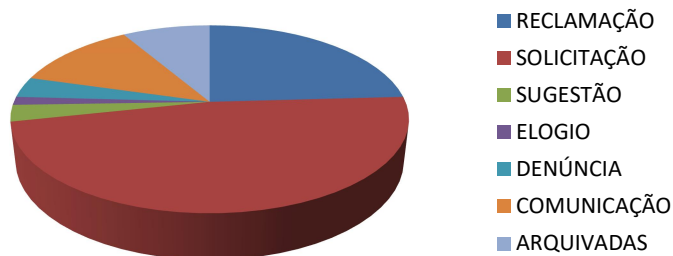
Relacionamento e comunicação com a sociedade e partes interessadas





A ouvidoria do INES atende a alunos, responsáveis, funcionários e a comunidade em geral, facilitando o registro de sugestões, solicitações, denúncias, reclamações e elogios sobre atividades do Instituto. O atendimento pode ser presencial, por telefone, por e-mail ou pelo sistema de ouvidorias integrado ao portal Fala.BR. Presencialmente, asseguramos a acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras). Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes e os servidores realizam capacitações periódicas. O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de cada tipo de manifestação.

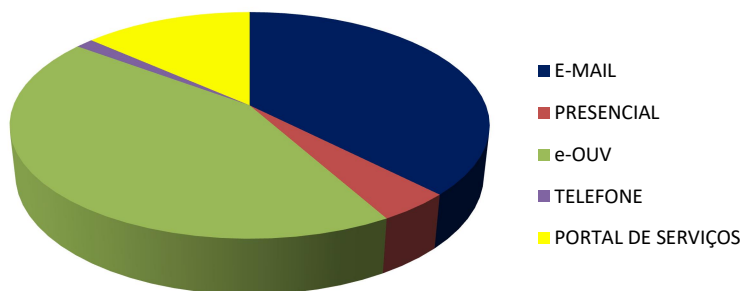
POR TIPO DE MANIFESTAÇÃO



DEMANDAS POR TIPO DE MANIFESTAÇÃO

Reclamação	34
Solicitação	67
Sugestão	04
Elogio/Satisfação	02
Denúncia	05
Comunicação	17
Arquivadas por duplicidade/falta de pertinência	12
TOTAL	141

POR TIPO DE ACESSO



DEMANDAS POR TIPO DE ACESSO

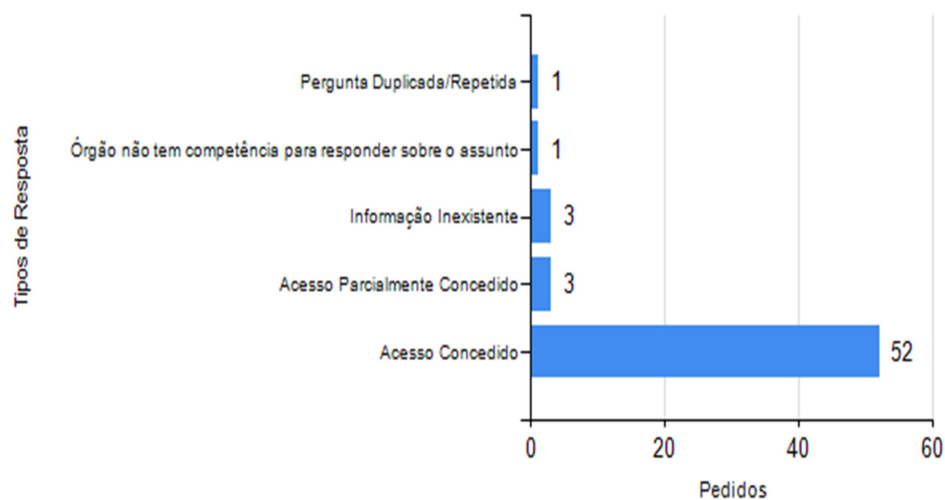
<i>E-mail</i>	53
Presencial	6
e-OUV	61
Telefone	2
Portal de serviços	19



O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do INES possibilita o acesso a informações públicas a qualquer pessoa, física (da comunidade interna ou externa) ou jurídica, sem burocracia. O atendimento é realizado de maneira presencial, por telefone e por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), vinculado ao Portal Fala.BR. Presencialmente, asseguramos acessibilidade arquitetônica e de comunicação (Libras). Os resultados são relatados e considerados nas instâncias competentes e os servidores realizam capacitações periódicas. Em 2019, houve 60 (sessenta) pedidos de informação via e-SIC, com as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO			
Total de perguntas:	130	Total de solicitantes:	50
Perguntas por pedido:	2,17	Solicitantes com um único pedido:	43

Pedidos por tipo de resposta



TEMAS DAS SOLICITAÇÕES (TOP 10)		
Categoria e assunto	Quantidade	% de Pedidos
Governo e Política - Administração pública	48	80,00%
Educação - Métodos e meios de ensino e aprendizagem	2	3,33%
Pessoa, família e sociedade - Comunidade e sociedade	1	1,67%
Pessoa, família e sociedade - Assistência e desenvolvimento social	1	1,67%
Educação - Sistema educacional - Avaliação	1	1,67%
Educação - Profissionais da educação	1	1,67%
Educação - Legislação educacional	1	1,67%
Educação - Gestão escolar	1	1,67%
Educação - Educação superior	1	1,67%
Educação - Educação básica	1	1,67%



A TV INES, primeira Web TV bilíngue do Brasil e da América Latina, foi criada em 2013 e é uma parceria do INES com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP). Acessível por dispositivos Desktop, Mobile (Android e iOS), Tablet, Smart TV, Satélite, além de ter presença em diferentes redes sociais, conta com profissionais surdos e ouvintes. A TV INES oferece uma grade de programação eclética, com foco na comunicação educativa: informação, cultura, entretenimento, esporte, documentários, desenhos animados, tecnologia, aulas de Libras, revistas eletrônicas, filmes com legendas descritivas e um *talk show* em Língua Brasileira de Sinais. A grade de programação está disponível na web 24 horas (*streaming* e *video on demand*) e seu sinal é retransmitido por satélite para Centros de Apoios aos Surdos em todo o Brasil. Possui o primeiro telejornal no Brasil pensado e elaborado especialmente para o público surdo, o *Primeira Mão*, em Libras e em Português. O programa é feito semanalmente com as principais notícias do Brasil e do mundo e conta com a parceria de canais de televisão aberta, como o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), que oferecem o conteúdo jornalístico.



PORTAL INES

O portal INES (ines.gov.br), acessível para pessoas surdas (vídeos em Libras) e para pessoas com deficiência visual (sintetizador de voz), disponibiliza, além das informações acerca do Instituto, seus serviços, produtos e eventos e modos de acessá-los, os telefones e e-mails de contato dos responsáveis de cada setor, bem como um mapa de localização do INES.

Para servidores, há documentos importantes, como Boletins Internos de Serviço, Manual do Servidor e informes atualizados das deliberações relacionadas ao Comitê Consultivo de Emergência, que atua no enfrentamento à pandemia do Coronavírus.

Para a sociedade em geral, fornecedores, clientes e órgãos de controle, temos documentos legais, estratégicos, de governança e de gestão, além de:

- Carta de Serviços ao Cidadão;
- Editais de concursos em Libras e em Português;
- Informações sobre: diagnóstico em saúde auditiva; acesso ao Colégio de Aplicação e ao Ensino Superior; qualificação e encaminhamento ao trabalho; cooperação técnica com entes federados; cursos de Libras;
- Dicionário Libras / Português em vídeo;
- Repositório digital de conteúdos sobre surdez, incluindo obras raras;
- Publicações técnicas e científicas disponíveis para download;
- Catálogo online da Biblioteca do Instituto;
- Links para os Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) de todo o Brasil.

2. Governança, estratégia e alocação de recursos

Estratégia e alocação de recursos

Conforme dissemos ao longo deste Relatório, e definido em seu PDI 2018-2022, o INES abraça a Missão de “Fazer da Surdez um fator de Cidadania no Brasil”. Isso tem três significados fundamentais, que são os Valores da Instituição, calcados na percepção de que, historicamente, no mundo e no Brasil, as pessoas surdas não tiveram ou não têm sua dignidade respeitada nem a sua singularidade cultural reconhecida, e essa condição precisa ser superada:

O primeiro é a **Dignidade** da pessoa humana. Nos termos de Sarlet¹ (2007, p. 62), ela é compreendida como:

a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (SARLET, 2007, p. 62)

O segundo é a **Interculturalidade**, compreendida por Catherine Walsh² (citada em Candau, 2008) como:

um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. (CANDAU, 2008, p. 52)

O terceiro é o nosso horizonte maior, a **Cidadania** das Pessoas Surdas no Brasil, compreendendo Cidadania com Carvalho³ (2002) como o usufruto de todos os *Direitos Cívicos* – vida, liberdade, propriedade, igualdade perante a lei, ir e vir, acesso à informação, etc. – *Direitos Políticos* – participar do governo e de quaisquer debates e deliberações de interesse público – e *Direitos Sociais* – saúde, educação, trabalho, assistência e previdência social, cultura, etc. Aos quais acrescentamos os *Direitos Linguísticos*, de aprender, usar, ver valorizada, disseminada e poder transmitir às futuras gerações a língua de sinais e a cultura surda. Assim, o que o INES almeja está representado a seguir, em nosso *Mapa integrado da visão, estratégia e ações*:

¹ SARLET, I. W. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p.62.

² WALSH, C. apud CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: tensões entre igualdade e diferença. In: Revista Brasileira de Educação. Vol.13 no. 37. Rio de Janeiro Jan./Abr. 2008, p. 52.

³ CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Mapa integrado da visão, estratégia e ações



Apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC de gerar valor

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR
<p>Conselho Diretor Sua composição inclui: Direção Geral do INES, que o presidirá, ou substituta(o) legal; Direção dos Departamentos do Instituto ou substitutas(os) legais; um(a) representante do corpo docente ou seu suplente, eleito(a) por seus pares; um(a) representante do corpo técnico-administrativo ou suplente, eleito(a) por seus pares; um(a) representante do corpo discente ou suplente, eleito(a) por pares; um(a) representante de Mães/Pais/Responsáveis de Alunos do Colégio de Aplicação do INES ou suplente, eleito(a) por pares.</p>	<p>O Conselho Diretor reúne-se periodicamente, no mínimo a cada dois meses. Entre as matérias relevantes para a geração de valor, que tem conduzido e apreciado, estão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O processo de elaboração do PDI, que se desenvolve a partir de uma comissão multissetorial constituída pelo Conselho Diretor e homologada em Portaria. Todo o processo é feito por meio de reuniões de trabalho, consultas públicas e reuniões abertas; • As decisões relativas à estrutura e funcionamento do Instituto passam pela avaliação do Conselho, inclusive o texto do Regimento Interno, que também deve ser elaborado por comissão multissetorial e em regime participativo. Depois de aprovado no Conselho, a Direção Geral encaminha o texto para homologação por parte do Ministro da Educação; • Mudanças no regime de trabalho, distribuição de carga horária e progressão funcional de docentes e técnicos passam por sua avaliação; • Mudanças nas normativas das atividades de ensino: projeto pedagógico da Educação Básica e do Ensino Superior; regimes disciplinares; • Políticas institucionais, como a de Assistência ao Estudante, sempre conduzidas por comissões multissetoriais e em regime democrático.
<p>Colegiado do Ensino Superior O Colegiado é a instância de deliberação de diferentes agentes da Educação Superior, docentes, discentes e técnico-administrativos, desenvolvido no âmbito do DESU. Sua composição abrange: Um membro indicado pela Direção Geral; cinco docentes do Curso, eleitos por pares (três titulares e dois suplentes); dois servidores técnico-administrativos, eleitos por pares (um titular e um suplente); dois alunos com matrícula regular e ativa no Curso, eleitos por pares (um titular e um suplente).</p>	<p>Os Colegiados do Ensino Superior discutem todas as medidas políticas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Exemplos das matérias debatidas nessa instância, que concorrem para a geração de valor, são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Apoio à Iniciação Científica – PIC/INES; • Programa de Apoio à Extensão – PROEXT/INES; • Harmonização dos projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia presencial e a distância; • Criação de novos cursos (por exemplo, o Mestrado Profissional, a se iniciar em 2020); • Emitir parecer sobre recursos interpostos por alunos; • Formas de seleção, avaliação, estágio para os cursos; • Número de vagas de docentes e suas necessidades de qualificação; • Colaboração nos trabalhos da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR
<p>Núcleo Docente Estruturante (NDE): foi constituído pelos professores efetivos do DESU em 2011, com a finalidade de contribuir com a reestruturação do Departamento no sentido de atender às necessidades pertinentes à Educação Superior (ensino/pesquisa/extensão). É o órgão consultivo responsável pela concepção e atualização periódica do Projeto Político Pedagógico do Curso Bilíngue de Pedagogia.</p>	<p>Entre as ações do NDE que concorrem para a geração de valor, encontram-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e atualizar periodicamente o projeto pedagógico dos cursos; • Estabelecer o perfil profissional do egresso dos cursos; • Conduzir trabalhos de reestruturação curricular, submetendo-a ao Colegiado, sempre que necessário; • Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso, definidas pelo Colegiado; • Analisar e avaliar os planos de ensino dos componentes curriculares, quando solicitado; • Promover a integração vertical e horizontal do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico; • Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.
<p>Comissão Própria de Avaliação (CPA): tem por finalidades propor e conduzir os processos de avaliação interna da instituição, sugerir medidas que contemplem as necessidades apreendidas do processo de avaliação e sistematizar e prestar informações solicitadas pelo INEP, no âmbito do SINAES, observada a legislação pertinente. É constituída por: 3 representantes do corpo docente; 3 representantes do corpo discente; 1 representante do corpo técnico-administrativo; 1 representante da sociedade civil (comunidade externa).</p>	<p>Entre as principais atividades da CPA relacionadas à geração de valor pelo INES está a avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); • da política de ensino, pesquisa e extensão; • da responsabilidade social da Instituição; • da infraestrutura física para oferta de ensino superior, incluindo a biblioteca; • da comunicação com a sociedade; • das políticas de atendimento ao estudante; • da organização e gestão do ensino superior; • das políticas de gestão de pessoas.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR

Órgãos de representação de alunos ou familiares de alunos:

a) Centro Acadêmico Bilingue de Pedagogia (CABIP): órgão de representação estudantil do Curso Bilingue de Pedagogia do INES/DESU. São considerados associados do CABIP todos os alunos regularmente matriculados no referido Curso. Seus objetivos são: reconhecer, estimular e levar adiante a defesa dos interesses dos estudantes representados, incluindo a ampliação da participação estudantil nos órgãos colegiados e a democracia.

b) Grêmio Estudantil do INES (GINES): tem por finalidades unir todos os alunos do INES; defender cada aluno em problemas particulares; defender todos os alunos em problemas gerais; aumentar a cooperação entre diretores, funcionários e professores;

c) Associação de Pais do INES (APINES): atua na para defesa dos interesses da pessoa surda, e tem como objetivo participar do processo de gestão democrática do INES. É composta de pais e responsáveis por alunos até 18 anos incompletos, e sua sede é o próprio endereço do Instituto. Considerando-se que uma de suas finalidades é a proteção dos interesses coletivos da pessoa surda, poderá acionar o Ministério Público para garantia desses direitos.

Os órgãos de representação discente do Colégio de Aplicação (GINES) e do Departamento de Ensino Superior (CABIP) colaboram no controle social das ações educativas do Instituto, atentos a eventuais ocorrências de preconceito ou discriminação; bullying ou assédio; demandas de atendimentos de necessidades especiais de alunos; discussões sobre políticas linguísticas institucionais; situações de risco de evasão escolar ou acadêmica e demandas de assistência estudantil, etc.

A APINES, assim como o GINES e o CABIP, instância de controle social das ações do INES por seus usuários. Todas as ações educativas no âmbito do Colégio de Aplicação estão sujeitas ao seu escrutínio, uma vez que, nos termos da Constituição Federal, Art. 5º, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Outras formas de colaboração envolvem a identificação de situações de conflito ou vulnerabilidade socioeconômica que podem suscitar a necessidade de apoio e orientação aos pais e/ou aos alunos por parte de profissionais do INES – Assistentes Sociais, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR
<p>Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): tem por finalidade prestar assessoramento à Direção Geral, na formulação e acompanhamento da execução da política do pessoal docente. É composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros eleitos pelos pares, com pelo menos um candidato de cada Departamento do INES, sendo considerado <i>impedimento</i> para candidatar-se e/ou para o exercício do cargo: docente respondendo a Processo Administrativo; docente ocupante de cargo de Chefia e/ou Confiança; docente membro nato ou eleito do Conselho Diretor.</p>	<p>Entre suas atribuições relacionadas à geração de valor pelo INES estão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apreciar e dar parecer em assuntos concernentes: <ol style="list-style-type: none"> a) Aos processos de avaliação para progressão funcional; b) Aos processos de dispensa, aos afastamentos para cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; e à licença-capacitação. c) Aos critérios relativos a avaliações ou concursos públicos, relacionados com o pessoal docente. 2. Desenvolver estudos e análises, visando subsidiar a política de recursos humanos do pessoal docente. 3. Colaborar no planejamento e acompanhamento de programas de treinamento e capacitação do pessoal docente, junto com a área de Recursos Humanos.
<p>Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (CIS): vincula-se ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação – PCCTAE: três membros eleitos a cada 3 (três) anos, que representam o corpo técnico-administrativo da Instituição.</p>	<p>A CIS colabora na geração de valor do INES da seguinte forma:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) acompanhando e fiscalizando a implantação do plano de carreira dos Técnicos Administrativos em Educação; b) apresentando propostas e fiscalizando a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do INES e seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas; c) avaliando, anualmente, as propostas de lotação do INES; d) acompanhando o processo de identificação dos ambientes organizacionais do INES proposto pela área de recursos humanos e dos cargos que os integram; e) Analisando e emitindo parecer sobre: progressões por mérito ou capacitação; afastamentos para pós-graduação; incentivos à qualificação.
<p>Comissão Permanente de Licitação (CPL) e Comissão Permanente de Compras (CPC): vinculadas ao Departamento de Planejamento e Administração (DEPA).</p>	<p>Essas comissões atuam à luz da legislação brasileira para assegurar a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, economicidade, legitimidade e eficiência, à luz do interesse público. Exemplos de economicidade: em 2019, adotar a cotação eletrônica assegurou economia de 23% em relação ao valor inicial, enquanto o pregão eletrônico gerou economia de 30% do valor estimado no referido exercício.</p>

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	APOIO À CAPACIDADE DO INES DE GERAR VALOR
<p>Ouvidoria: tem seu foco na interlocução entre o cidadão e a Instituição. As manifestações apresentadas por alunos, responsáveis, servidores e cidadãos em geral podem ser: sugestões; elogios; solicitações; reclamações ou denúncias. O atendimento pode ser feito presencialmente, por telefone, por e-mail ou pelo sistema de ouvidorias do Governo Federal (e-Ouv).</p>	<p>A Ouvidoria tem colaborado com a geração de valor no sentido de contribuir para o controle social da qualidade e da eticidade dos serviços prestados, assim como o aperfeiçoamento da gestão e das relações internas e externas. Ela encaminha e acompanha as demandas, além de mediar conflitos, contribuindo para o aperfeiçoamento dos procedimentos e dos processos de trabalho na Instituição.</p>
<p>Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): existe para assegurar o direito de toda cidadã ou cidadão brasileiro, na qualidade de pessoa física ou jurídica, às informações públicas geradas pela Instituição ou nela existentes de maneira objetiva, sem a necessidade de apresentar motivo e sem burocracia. O acesso é a regra, o sigilo é exceção e limitada a situação legalmente previstas. O atendimento pode ser feito presencialmente, por telefone ou pelo sistema e-SIC.</p>	<p>O SIC colabora para a geração de valor no sentido de assegurar a transparência das ações do Instituto (transparência ativa, com divulgação proativa de informações, e transparência passiva, com a criação de procedimentos e prazos que facilitam o acesso à informação). Muitos pedidos de informação abordam impulsionam ações do Instituto em apoio a situações relacionadas a pessoas surdas em lugares distantes dos grandes centros, somando com o trabalho de referencialidade exercido.</p>
<p>Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-INES): atua junto com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Suas principais missões são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir a preservação dos direitos das pessoas que tomam parte em pesquisas científicas no âmbito do instrumental instaurado pelo Sistema CEP/CONEP; • Realizar ações educativas e de divulgação, que auxiliem os pesquisadores na submissão e acompanhamento de projetos de pesquisa no Sistema CEP/CONEP, assim como informar aqueles que tomam parte em pesquisas científicas de seus direitos. <p>Seus integrantes tem formação em diferentes áreas: Ciência Política, Antropologia, Linguística, Medicina, Fonoaudiologia, Pedagogia. Atende presencialmente, por telefone e por e-mail e realiza reuniões mensais.</p>	<p>O CEP-INES colabora para a geração de valor no sentido de qualificar o processo de formulação de projetos de pesquisa dentro do Instituto, tanto por meio da análise e avaliação dos protocolos submetidos à Plataforma Brasil quanto por meio de atendimentos, capacitações e eventos de divulgação. Externamente, o CEP-INES vem se tornando uma referência nacional obrigatória para pesquisas relacionadas às pessoas surdas. O principal impacto dessas ações é assegurar os direitos de integridade e esclarecimento pleno principalmente de pessoas surdas que sejam definidas como sujeitos de pesquisa.</p>

3. Riscos, oportunidades e perspectivas



Gestão de riscos e controles internos

Segundo a publicação *Dez Passos para a Boa Governança*, do Tribunal de Contas da União (TCU, 2014), riscos “surgem da incerteza natural dos atuais cenários econômico, político e social e podem se apresentar como desafios ou oportunidades, na medida em que dificultem ou facilitem o alcance dos objetivos organizacionais” e o “instrumento de governança para lidar com a incerteza é a gestão de riscos, que engloba, entre outras coisas, os controles internos”, permitindo que a instituição trate “com eficiência as incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade e/ou impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor” e cumpra seus objetivos. No caso de uma instituição de referência nacional, são muitos os riscos e as oportunidades, que, se bem manejados, podem mudar as perspectivas e o alcance de nossa geração de valor.

1. Riscos

O INES ainda não conta com uma política específica de gestão de riscos, mas as instâncias e práticas existentes atuaram, em 2019, para mitigação dos riscos detectados como capazes de comprometer o atingimento de nossos objetivos estratégicos.



1.1 Segurança do patrimônio humano e material

Uma das questões prementes que se apresentou como risco foi suscitada pelo triste incêndio que atingiu o Museu Nacional, vinculado à UFRJ, em setembro de 2018. O INES possui edifícios que datam do início do século XX, e, portanto, têm mais de 100 anos de existência. As estruturas são imensas e muito antigas e, apesar de o conjunto arquitetônico ser considerado patrimônio cultural do Rio de Janeiro, não existia um plano específico para lidar com os riscos efetivos, humanos e materiais, da ocorrência de um incêndio ou dos efeitos de problemas estruturais causados por infiltrações em situações de chuva forte, por exemplo. As fontes desse risco são combinadas: externas (ambientais, como chuvas, raios, etc.) e internas (falta de equipamentos; sinalização; treinamento, etc.).

No PDI 2028-2022, na Função *Administração*, o tema *Obras em caráter de urgência* corresponde ao objetivo de “adotar todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários”. A ele, correspondem as metas de:

- Constituir uma força-tarefa para organizar o processo de avaliação completa das condições de segurança e risco de incêndios, infiltrações, desabamentos, etc., incluindo instalações elétricas, hidráulicas, paredes e telhados, dispositivos de alarme sonoro e visual e combate a fogo (sprinklers, extintores), brigada de incêndio, etc. de todas as edificações que compõem este Instituto; e
- Adotar como prioridade todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.

O Departamento de Planejamento e Administração informa já ter encaminhado esse mapeamento, com os desdobramentos aplicáveis. Em 2019, foi contratado a empresa para elaboração do Projeto de combate ao Incêndio, através do contrato de prestação de serviços nº 36/2019, Instaservices Com. e Serviços Técnicos em Instalações e Obras Ltda., com início em 07/10/2019 e encerramento em 04/04/2020.

Foram elaborados estudos preliminares para a contratação de equipe de engenharia para subsidiar nos projetos necessários para manutenção, reforma e preservação da arquitetura do Instituto, com a previsão de contratação em 2020.



1.2 Política linguística institucional

Outra questão que se apresenta como risco para o INES é o fato de que não existe uma definição de Política Linguística para a própria instituição. Ou seja, nele não há diretrizes compartilhadas quanto ao aprendizado, ao uso e ao papel da Língua de Sinais e da Língua Portuguesa. Em muitas esferas de trabalho, prevalecem práticas monolíngues (língua oral, apenas com interpretação em Libras) que não correspondem à nossa vocação e compromisso com a Cidadania Surda, pois geram barreiras de comunicação que se tornam discriminações ou mesmo exclusões.

Além disso, falta clareza quanto ao que se entende por “educação bilíngue”. Há diferentes visões acerca da definição de “educação bilíngue” em documentos do próprio Instituto: alguns enfatizam o lugar da Libras como primeira língua e do Português escrito como segunda; outros sustentam que “educação bilíngue” são “duas línguas em circulação”.

Podemos dizer que o que é mencionado no item 1.6 deste Capítulo, com respeito à Educação Superior, existe de maneira geral no INES:

- Resistência de alguns docentes à aprendizagem, ao uso e à produção de materiais em Libras;
- Resistência de alguns servidores administrativos à aprendizagem e ao uso da Libras;
- Entendimento de que a Instituição – um instituto de surdos – promove “acessibilidade aos surdos” por meio das medidas que adota, quando, por definição, a língua dos surdos, a língua de sinais, deveria ser de uso corrente, ficando a promoção da acessibilidade circunscrita aos ouvintes não fluentes na língua de sinais;
- Alguns dos atendimentos em saúde de alunos surdos são realizados em Português, com atuação de Tradutor Intérprete de Libras.

Tudo isso cria grande fragilidade para uma instituição definida como centro de referência nacional. A ponto de outras instituições, com maior clareza quanto a sua política linguística institucional, poderem reivindicar esse papel. O debate foi suscitado em reunião de Departamentos e entrou para a agenda de prioridades em nosso Plano de Desenvolvimento de Pessoas e de complementação de nosso PDI. Tão logo haja a retomada das atividades presenciais após a superação da pandemia, haverá ciclos de debate acerca do tema, liderados pelo Conselho Diretor.



1.3 Estrutura organizacional e Conselho Diretor em questão

O Conselho Diretor, instância máxima do INES, reúne-se no mínimo a cada dois meses, com as atribuições de: propor diretrizes de funcionamento do Instituto, opinar sobre proposta orçamentária; participar do planejamento e acompanhamento da gestão; expedir normas para comissões; definir critérios para regime de trabalho, avaliação de desempenho e progressão de servidores, bem como critérios gerais para concursos públicos, etc.

No momento, os principais riscos enfrentados pelo Conselho Diretor no âmbito de suas atribuições são:

- O fato de o Regimento Interno do INES e sua estrutura de cargos não corresponder mais às necessidades da Instituição e às diretrizes mais recentes de boa governança pública, e precisar ser reformado com ampla participação;
- O fato de a sua própria legitimidade enquanto instância máxima vir sendo questionada ao longo da última década por haver, segundo diferentes atores institucionais, excessivo espaço ocupado por integrantes do grupo gestor;
- A dificuldade de definir e contar com a participação efetiva de representante de alunos do Colégio de Aplicação.

Aos dois primeiros riscos, responderão metas do PDI 2018-2022, de reelaboração democrática do regimento interno do Instituto e do regulamento do Conselho Diretor. Para solucionar a terceira questão, têm sido feitas reuniões de esclarecimento, com o empenho de engajar estudantes nessa Instância.



1.4 Educação Básica

O Colégio de Aplicação possui instância de Gestão Democrática, com participação de docentes, alunos, técnicos e gestores. Os principais riscos identificados e medidas adotadas ou sugeridas foram:

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<ul style="list-style-type: none"> • O relativo esvaziamento da Educação Infantil, nos últimos anos; • A diminuição do quantitativo de matrículas ao longo dos anos; 	<p>Os dois primeiros riscos tanto vêm acontecendo em função da diretriz de inclusão escolar - nas redes públicas da região Metropolitana do Rio de Janeiro – que tem possibilitado às famílias matricular seus filhos em escolas no próprio bairro ou mais próximo das suas residências, quanto em relação às dificuldades das famílias de se dirigirem diariamente ao INES, necessitando utilizar mais de uma condução, tendo que sair de casa muito cedo e só retornar após os filhos serem liberados, às 12h30 ou às 15hs, nos dias em que participam de atividades de reforço escolar ou oficinas. O relato das mães que mais acompanham os filhos à escola é de que todo esse tempo dedicado a esse acompanhamento impede sua inserção no mercado de trabalho. Quando a renda da família é afetada, elas necessitam trabalhar, porque os benefícios sociais não suprem todas as despesas da família, gerando assim o terceiro risco que é a evasão escolar, ou o pedido de transferência para outra escola.</p> <p>Os professores do Serviço de Educação Infantil que conhecem de perto essa realidade também percebem o quanto a rotina de acordar muito cedo e de passar horas no transporte público nos trajetos casa-escola-casa gera cansaço físico e mental ao longo do tempo para as crianças menores e seus familiares, que faz com que algumas mães iniciem muito bem o ano letivo, mas depois resolvam pedir a transferência para outra escola. Embora haja preocupação da equipe de oferecer apoio às famílias, motivando-as a participar de atividades lúdicas e pedagógicas com os filhos e oferecendo oficinas de Libras, para que o tempo de espera na escola seja ressignificado e produtivo, a oferta de transporte escolar para os alunos poderia ser uma alternativa favorável às famílias e ao aumento da matrícula no Ensino Infantil, tendo em vista as dificuldades relatadas.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Evasão, devido à situação de vulnerabilidade socioeconômica (famílias monoparentais, lideradas pela mãe e afetadas por desemprego; subemprego; desestruturação familiar; dependência de benefícios assistenciais, etc.) 	<p>Embora o índice de evasão do Colégio de Aplicação não seja tão alto, a maior ocorrência acontece no Serviço de Ensino Fundamental e Médio noturno: são alunos adultos que trabalham durante o dia, muitas vezes em locais distantes do INES. Mesmo encerrando suas atividades laborais com antecedência em relação às aulas, têm dificuldades no traslado: chegam sempre atrasados, perdem muitas aulas, o que compromete seu desenvolvimento escolar e causa abandono. A direção do DEBASI e a Coordenação de Assistência ao Educando têm feito: contato direto com a empresa em que o aluno trabalhe para explicar a necessidade de alteração do horário de entrada e saída se possível, para possibilitar que o aluno permaneça estudando; acompanhamento do Técnico em Assuntos Educacionais em relação ao número de faltas do aluno; encaminhamento, quando necessário, à Divisão Sócio-Psico-Pedagógica para análise dos fatores socioemocionais que estejam influenciando suas constantes ausências para, assim, evitar a evasão. Este último procedimento aqui relatado é realizado também com mães, pais e responsáveis pelas crianças, adolescentes e jovens de menor idade.</p>

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento nas matrículas de alunos surdos com outras condições associadas, levando a novas demandas em termos de atendimento especializado, necessidade de profissional de apoio ou cuidador que acompanhe os alunos em sala de aula, acessibilidade e métodos de ensino; 	<p>Essa situação, além de levar as novas demandas em vários aspectos já citados em termos de atendimento especializado, necessidade de profissional de apoio ou cuidador que acompanhe os alunos em sala de aula, acessibilidade e métodos de ensino, também traz muitos desafios relacionados ao acompanhamento dos profissionais e formação continuada de toda equipe. A partir da experiência de 2019, na tentativa de dar continuidade ao acompanhamento dos profissionais de apoio por meio de uma coordenação específica, para melhor orientação dos Planos Educacionais Individualizados, foi detectada a ausência de articulação entre professores regentes, professor de apoio (mediador) e professor de atendimento especializado, porque possuíam orientadores pedagógicos diferentes e realizavam reuniões pedagógicas também em horários diferentes. Então, em 2020, buscamos incluir os professores mediadores nas reuniões de planejamento SEF1 - Serviço de Ensino Fundamental, tomando como exemplo a prática exitosa realizada no SEDIN - Serviço de Ensino Infantil, e dividimos a Orientação Pedagógica do SEF1 entre dois professores orientadores, diferentemente do ano anterior que tinha apenas um orientador para todos os professores. Isso contribuirá para uma melhor articulação com os profissionais de atendimento especializado, que necessitarão criar apenas uma outra reunião em que possam trocar experiências e propostas pedagógicas relacionadas ao acompanhamento dos alunos de acordo com as suas especificidades.</p> <p>Quanto à necessidade de profissional de apoio e o efetivo atendimento, estamos selecionando os alunos de acordo com o profissional de apoio que melhor se adequa às suas necessidades de inclusão, ou seja, profissional com formação pedagógica ou cuidador, e como não dispomos de profissional cuidador, tentaremos criar um termo de referência específico para que essa contratação ocorra futuramente, no retorno às aulas, após a pandemia. E assim possamos oferecer atendimento especializado em sala de recursos para os alunos com múltiplas deficiências do SEF2 - Serviço Ensino Fundamental 2 e SEME – Serviço de Ensino Médio, que também precisam de acompanhamento.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Demandas concorrentes entre professores e responsáveis por alunas e alunos: os primeiros, pelo direito a também atuar em áreas da docência que não a sala de aula (pesquisa, extensão, gestão), o que implica adaptações na distribuição da carga horária; os segundos, demandando mais foco no trabalho direto com o aluno e ações de apoio e reforço escolar ao longo do dia. 	<p>Buscamos manter a coerência entre as demandas. A equipe do DEBASI realizou levantamento das necessidades de reforço escolar no contraturno, tendo por base os resultados das avaliações iniciais e do Conselho de Classe. Os professores que estavam fora de sala de aula, em atividades administrativas, foram convocados a retornar ao ensino e a carga horária dos professores do SEF1 foi organizada, tendo em vista a oferta de oficinas e reforço escolar para todos os alunos até às 14h45. Quanto aos demais alunos, os orientadores pedagógicos estavam realizando essa organização juntamente com suas equipes. Com a criação da Comissão Permanente de Avaliação dos Planos Individuais de Trabalho, formada por seis professores escolhidos pelos pares, tal Comissão analisará os planos anuais de trabalho dos professores, nos termos da Portaria 116/2018, que determina a carga horária obrigatória para as atividades de ensino e que os docentes só poderão propor atividades de pesquisa e/ou extensão, formalizadas e cadastradas quando as atividades de ensino estiverem plenamente atendidas. Assim, atendemos às demandas das famílias, ofertando reforço escolar dentro das possibilidades (a maioria das mães informou não ter condições de permanecer no INES aguardando os filhos até às 17hs). A melhor opção foi o turno estendido. E atendemos à demanda dos professores quanto a pesquisa e extensão. Porém, com o início da pandemia e suspensão das aulas, esse projeto foi interrompido e só será possível retomar no próximo ano, com o retorno das aulas.</p>



1.5 Ensino Superior

O Ensino Superior também possui uma instância de Gestão Democrática – o Colegiado – com participação de docentes, alunos, técnicos e gestores. Os principais riscos identificados e medidas adotadas ou sugeridas foram:

RISCO	MEDIDA ADOTADA
<p>1) Evasão, segundo levantamentos dos próprios docentes, causada tanto por barreiras linguísticas quanto por situações de vulnerabilidade socioeconômica de alunas e alunos;</p>	<p>Há alguns anos, existe discussão acerca da criação de uma Bolsa de Apoio à permanência e sucesso de alunas e alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e o debate deverá ser retomado, assim como o debate sobre política linguística (ver item 1.2 deste Capítulo);</p>
<p>2) Dificuldade de preencher toda a demanda de Tradutores Intérpretes de Libras (TILS) para as diferentes áreas de atuação: aulas de graduação (presencial e a distância); especializações; mestrado profissional; grupos de pesquisa; defesa de monografia, etc.;</p>	<p>Com respeito aos TILS, há necessidade de promover a definição da Política Linguística e de construir o planejamento de sua implementação, além de fazer interlocuções políticas com o MEC e o Ministério da Economia com respeito a concursos;</p>
<p>3) Resistência de alguns docentes à aprendizagem, uso e produção de materiais em Libras;</p>	<p>As questões 3, 4 e 5 enfatizam a necessidade de se discutir uma política linguística institucional, uma vez que, se a instituição é de surdos, a aprendizagem e uso da Libras deveriam ocorrer naturalmente e não como medida de acessibilidade para alunos surdos.</p>
<p>4) Resistência de servidores técnicos administrativos à aprendizagem e uso da Libras;</p>	
<p>5) Atribuição de “acessibilidade” aos surdos em escola própria, enquanto deveria ser o contrário;</p>	<p>Conversas com as partes interessadas na sala da Divisão, nos corredores e com o Diretor. Mas se sugere a interlocução com a Divisão Sócio-Psico-Pedagógica do INES, que tem Assistentes Sociais e Psicólogos (estes já atendem alunos) e pode ajudar a conceber e acompanhar uma abordagem sistêmica dos conflitos, com estudos de caso e aconselhamento.</p>
<p>6) Relatos da Divisão de Assistência ao Estudante de conflitos, incidentes tanto entre docente e discente (menos comum) quanto entre discentes, com algumas situações de agressividade;</p>	
<p>7) Existem duas carências importantes no DESU:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Implantação de um sistema integrado de gerenciamento, com registros acadêmicos, registros de Planos Individuais de Trabalho, aulas, eventos e carga horária docente; ○ Implantação de um Ambiente Virtual de Aprendizagem: as aulas, quando registradas e traduzidas, poderiam permanecer nos ambientes, permitindo aos alunos a revisão. 	<p>A demanda relacionada ao Sistema de Gerenciamento poderá ser atendida pela Divisão de Informática, vinculada ao DEPA. Com respeito à segunda questão, o DESU poderá aproveitar a experiência do Curso a distância, que tem Ambiente Virtual próprio, e avaliar com a Divisão de Informática se haveria condições institucionais de criar algo parecido ou se teríamos que contratar empresa especializada.</p>

2. Oportunidades e perspectivas

Há duas medidas, fundadas no diálogo e na colaboração, que vemos como oportunidades para ampliar a nossa capacidade de alcançarmos nossos objetivos estratégicos. A primeira delas é interna: semanalmente, o Diretor Geral promove reuniões com os Diretores dos Departamentos para acompanhamento das atividades realizadas, troca de ideias sobre os rumos do Instituto e deliberação coletiva de linhas de ação. A segunda é externa: o estabelecimento de diálogo e colaboração com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, também comandada por uma profissional Surda, no âmbito do MEC.

Outra oportunidade veio de uma demanda externa, no ano passado, relativa à definição de um projeto de atuação de integrante da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). O desdobramento interno foi a aprovação da implementação do projeto Gestão do Desenvolvimento Institucional (GDI), com o objetivo geral de “implantar um modelo participativo de gestão do desenvolvimento institucional capaz de superar práticas estanques e rotinizadas que ainda não articulam os esforços dos diferentes setores em torno da realização da missão institucional e ainda não compatibilizam as demandas de competências das diferentes atividades desenvolvidas com os perfis da força de trabalho”.

Com respeito às perspectivas, podemos dizer que estão traçadas em nosso PDI 2018-2022. Na Função 1.4.1 *Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional*, o tema *Controle Interno* tem por objetivo “Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações”.

A esse objetivo, correspondem as metas de criar as seguintes instâncias, com as respectivas atribuições assim definidas:

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

- dar credibilidade aos atos de gestão administrativa; auxiliar o atingimento dos objetivos institucionais;
- verificar e comprovar a legalidade, a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos, para o bom uso dos recursos públicos;
- apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das áreas responsáveis.

COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO INES

- planejar e realizar a divulgação do Decreto 1.171/1994 de forma presencial e nos portais do INES na intranet e internet;
- orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura);
- fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

NÚCLEO PARA ASSUNTOS DISCIPLINARES

- desenvolver iniciativas de prevenção ao cometimento de infrações disciplinares e orientar a adoção, quando cabível, de práticas administrativas saneadoras;
- assessorar a Direção Geral na instauração de sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais nos casos que envolvam atos de servidores;
- promover a apuração, por determinação da Direção Geral, de ofício ou a partir de denúncias ou representações, mediante sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais, nos casos que envolvam atos de agentes públicos em exercício no Instituto e/ou de empresas prestadoras de serviços;
- acompanhar e apoiar os trabalhos e propor uniformização de entendimentos e procedimentos das comissões disciplinares instauradas no âmbito do INES;
- encaminhar aos órgãos de controle, nas hipóteses legais ou mediante requisição, informações relativas a procedimentos disciplinares instaurados;
- coordenar o sistema CGU-PAD no âmbito do INES, consoante políticas em vigor;
- desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de competência.

Resultados e desempenho da gestão

Missão:
Fazer da Surdez um fator de Cidadania no Brasil

Objetivo estratégico: Ensino

Ofertar ensino público e intercultural bilíngue (Libras e Língua Portuguesa) balizado por padrões éticos e de excelência, da Educação Infantil à Pós-Graduação, de modo presencial, semipresencial e a distância, formando pessoas para a cidadania plena e para o trabalho qualificado.

EDUCAÇÃO BÁSICA		
OBJETIVO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
Ofertar escolarização bilíngue e de qualidade a alunas e alunos surdos.	* Assegurar participação no Curso de Libras para familiares e responsáveis por alunos do CAP/INES a partir da confirmação da matrícula;	Meta alcançada. A participação das famílias foi assegurada no Curso de Libras e também nas oficinas de Libras criadas nos setores: SEDIN - Serviço de Ensino Infantil e no NEPMS, e tem contribuído com uma maior interação entre a família e os alunos.
	* Viabilizar escolarização nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em horário estendido, nos turnos da manhã e da tarde;	Em andamento. Houve a implantação de oficina e reforço escolar ao para algumas turmas do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio no turno da tarde, mas em 2020 pretendemos dar continuidade com a ampliação do horário para mais turmas priorizando o Ensino Fundamental I.
	* Com base na Lei 13.146/2016, Art. 28, avaliar as necessidades de apoio e atendimento especializado e, a partir dessa avaliação, assegurar atuação de professores mediadores ao longo do período escolar para alunas e alunos que demandem;	Em andamento. Em 2019 tivemos a necessidade de organizar o quadro de servidores e buscar atender as necessidades prioritárias de organização das turmas, bem como a ampliação do turno, mas não foi possível a ampliação da oferta de apoio especializado com base nas avaliações dos professores tendo em vista as dificuldades de aprendizagens dos alunos. Em 2020 pretendemos criar uma sala de recursos para o atendimento especializado e assegurar este apoio aos alunos que demandem.

	<p>* Adotar avaliação de proficiência em Libras como critério classificatório, mas não eliminatório, nos próximos concursos para Professores da Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e do Magistério Superior, bem como para os cargos técnicos de provimento efetivo, realizados pelo INES;</p>	<p>Meta alcançada. No processo seletivo de professor substituto a avaliação em Libras já foi adotada como critério classificatório, desejamos adotar nos próximos concursos para professores EBTT. Os professores avaliadores da banca consideraram que aula em Libras, contribuiu muito com a melhor qualidade do processo seletivo.</p>
	<p>* Promover a divulgação e o debate acerca das recomendações constantes do Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Libras e Língua Portuguesa, elaborado pelo Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013, do MEC/SECADI;</p>	<p>Meta alcançada. No dia Nacional da Libras 24 de abril, houve palestra com professores e alunos com o objetivo de discutir o acesso a Língua de Sinais e no decorrer das reuniões e formações continuadas é promovida a divulgação da Política Linguística do MEC.</p>
	<p>* Fazer com que a Língua Brasileira de Sinais seja, efetivamente, a primeira língua nos processos de ensino e aprendizagem, com a oferta de formação continuada ao corpo técnico-docente, que contemple as especificidades do ensino bilíngue para surdos e do atendimento a educandos surdos com outros comprometimentos associados à surdez;</p>	<p>Meta alcançada. O incentivo ao uso e circulação da Libras no INES foi constante em 2019, nas reuniões de orientação pedagógica, nos eventos com os alunos e também por meio da divulgação de informações, comunicados e avisos em Libras e em Língua Portuguesa.</p>
	<p>* Realizar, periodicamente, exames de proficiência no uso de Libras pelos docentes e técnicos da Educação Básica, conduzido por banca composta pelos professores de Libras do INES, com o escopo de identificar demandas e promover ações institucionais para a oferta de formação continuada aos servidores efetivos e temporários;</p>	<p>Em previsão. Pretendemos organizar exames de proficiência em 2020, com o apoio da equipe de professores de Libras para oferecer uma formação continuada realmente de acordo com as reais necessidades dos professores. Em 2019 foi realizada uma entrevista com os professores para coletar sugestões de conteúdos para a formação em Libras.</p>
	<p>* Estimular o desenvolvimento de estratégias pedagógicas, tais como encontros de formação, aulas-passeio, atividades externas, cursos de curta duração, oficinas transdisciplinares, entre outras propostas, no intuito de ampliar modos de ser, pensar e agir de nossos estudantes.</p>	<p>Meta alcançada. Foram realizadas aulas passeio, oficinas e cursos que contribuíram significativamente com a aprendizagem dos nossos alunos e foram realizados eventos com apresentações de dança, teatro e tradução do Hino Nacional em Libras fruto desse trabalho diversificado.</p>

	* Criar um espaço de convivência em Libras, aberto a alunos, professores e técnicos;	Em previsão. Pretendemos criar este espaço de maneira criativa em 2020.
	* Promover reuniões conjuntas e sistemáticas entre a equipe de Libras e a equipe de Língua Portuguesa, com vistas a aperfeiçoar a proposta de educação bilíngue e efetivar a Libras como L1 e o Português como L2;	Meta alcançada. Foram realizados encontros entre professores de Libras e Língua Portuguesa para organização da proposta de trabalho das áreas e em 2020 será dada continuidade.
	* Definir prazos para implantação de creche bilíngue no INES, conforme preconizado no Plano Nacional de Educação, para crianças de 0 a 3 anos, com proposta pedagógica bilíngue, bem como definição de infraestrutura adequada, acessibilidade e profissionais com formação em educação infantil;	Em previsão. Em 2021 pretendemos iniciar a implantação gradativa da creche bilíngue no INES, pois essa definição depende da infraestrutura adequada e da reforma do espaço que atualmente funciona O SEDIN – Serviço de Educação Infantil.
	* Promover o debate e a definição de estratégias acerca dos processos de aquisição de Línguas Estrangeiras (Espanhol, Inglês) em sua modalidade escrita por alunos surdos, a partir da referência à Libras;	Em previsão. Em 2020 pretendemos ampliar essa discussão e construir materiais e estratégias de trabalho que contribuam com a ampliação do conhecimento dos nossos alunos em relação às Línguas Estrangeiras.
	* Reorganizar a equipe e a sistemática de trabalho da Coordenação Pedagógica, visando promover uma articulação vertical e horizontal da ação educativa, incluindo reuniões dos diferentes segmentos de ensino e entre os diferentes segmentos de ensino, para melhor articulação da proposta pedagógica;	Em previsão. Em 2020 teremos uma melhor articulação entre todas as equipes, pois todos os professores estarão realizando as quintas-feiras suas reuniões de orientação pedagógica.
	* Criar um Grupo de Trabalho e promover debate sobre questões relativas à proposta curricular, incluindo a seriação e número de alunos por turma, para atender melhor às necessidades pedagógicas relacionadas à educação dos surdos, em face das mudanças histórico-culturais e tecnológicas do mundo moderno;	Em previsão. Em 2020 iniciaremos a discussão em todos os segmentos sobre proposta curricular juntamente com o PPP Projeto Político Pedagógico.

	* Organizar programas curriculares pautados em habilidades e competências, com relatório individual do aluno, certificando a terminalidade específica de estudo para alunos que apresentam comprovada defasagem idade/série e que não puderam alcançar os objetivos curriculares definidos;	Em previsão. Em 2020 organizaremos os programas curriculares juntamente com o PPP Projeto Político Pedagógico.
	* Mapear as causas da evasão escolar do CAP/INES e buscar ou alocar recursos para combatê-la;	Em previsão. O mapeamento das causas da evasão escolar será realizado em 2020 pelos TAEs Técnicos em Assuntos Educacionais.
	* Ampliar a oferta de oficinas de Libras aos familiares dos alunos do CAP/INES, vinculadas aos setores educacionais que cada aluno frequenta;	Meta alcançada. A oficina de Libras foi criada no SEDIN - Serviço de Ensino Infantil em 2016. Em 2019 foi iniciada no NEPMS, e tem contribuído com uma maior interação entre a família e os alunos. 2020 também temos a pretensão de ampliar a oferta no SEF1.
	* Desenvolver projetos de interesse dos alunos relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação, inclusive para ampliar as suas possibilidades de inserção na vida produtiva;	Meta alcançada. Alguns alunos que possuem bolsas de estudo da Faperj, iniciaram trabalhos de pesquisas sobre tecnologias, apresentaram na feira Jovem Aprendiz e receberam premiação pela pesquisa.
	* Fomentar a participação de alunos do CAP/INES no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e sua inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, visando apoiar o seu ingresso no ensino superior.	Meta alcançada. Os alunos que concluíram Ensino Médio e estavam cursando o Pré-vestibular foram incentivados a participar do ENEM e do SIMULADO em Libras. Houve um número de 4 alunos do INES aprovados.
	* Ofertar Educação Física e atividades desportivas para jovens surdos, contemplando também alunas e alunos surdos com necessidade de atendimento educativo especial por meio de práticas adaptadas;	Em previsão. Em 2020, desenvolver um projeto específico com os professores de Educação Física, contemplando estratégias de atendimento educativo especial por meio de práticas adaptadas.
	* Instituir trabalho sistemático, em espaço definido, de reforço escolar em áreas críticas do conteúdo curricular, como Matemática, Português e Libras;	Meta alcançada. Em 2019 foram realizados reforço escolar, oficina de leitura, matemática teatro-libras, redação e cinema.

	* Assegurar que alunos surdos com outras necessidades educacionais especiais associadas à surdez tenham direito garantido à educação, com o apoio de mediadores, materiais adaptados e salas de recurso, quando necessário;	Em previsão: sistematizar, organizar e ampliar a política de atendimento aos alunos surdos com múltiplas deficiências em 2020.
	* Promover o debate acerca das atribuições e regulamentações da atuação de profissionais mediadores para o atendimento a alunos surdos com alguma deficiência ou condição associada à surdez;	Em previsão. Em 2020, serão promovidos debates sobre as atribuições dos profissionais mediadores, por meio da comissão do PPP.
	* Ampliar a articulação entre os docentes e os técnicos, visando maior possibilidade de assessoria técnica para o melhor desenvolvimento dos alunos do CAP/INES.	Em previsão para 2020, em parceria com o DDHCT.

ENSINO SUPERIOR

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
<p>Promover a formação, a qualificação e a educação continuada em uma perspectiva bilíngue, por meio da oferta de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, bem como de programas de pesquisa e extensão, com o objetivo de preparar profissionais com competência científica, social, política, linguística e técnica, habilitados à eficiente atuação profissional, observada a área de formação.</p>	<p>* Matricular anualmente 60 novos alunos no Curso Bilíngue de Graduação em Pedagogia;</p>	<p>Meta alcançada. Em relação a matrícula, as vagas são completas no vestibular, garantindo uma equiparação de 50% das vagas para surdos e 50% para ouvintes. Um dos fatores que observamos foi a forte evasão de surdos nos semestres iniciais. Em 2020 precisamos identificar as causas que levam esses discentes a essa evasão.</p>
	<p>* Garantir a manutenção do curso de Pós-Graduação em Educação Bilíngue e a oferta de novo curso;</p>	<p>Meta alcançada. Tivemos 136 alunos ativos em três cursos de Especialização. Acerca dos Cursos de Pós Graduação, ampliamos o número de cursos.</p>
	<p>* Promover avaliação das condições de oferta de novos cursos em termos de espaço físico (salas), recursos humanos (professores, intérpretes, equipe administrativa), equipamentos (ar condicionado, projetor, etc.) e, com base nos resultados, considerar e, eventualmente, empreender a criação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curso de Pós-Graduação em Ensino de Língua Portuguesa como L2; • Curso de Graduação tecnológica na área de tradução e interpretação; • Curso de Mestrado Profissional Interdisciplinar; 	<p>Em andamento. O desafio maior é estrutural e de pessoal. As salas do Prédio do Departamento estão praticamente quase todas ocupadas. A Implementação de novos cursos e ofertas demandará um planejamento de intercalação, ou seja, o funcionamento não poderá ser presencialmente diário. Assim nos permitirá a implementação de mais alguns cursos;</p>
	<p>* Oferecer a cada ano, já a partir de 2019, ao menos um curso de extensão ligado à Libras;</p>	<p>Meta alcançada. Em 2019, foi ofertado curso de extensão em Libras, promovido pela Direção do Departamento aos professores do DESU.</p>
	<p>* Oferecer cursos de extensão em Libras, voltados para professores;</p>	<p>Meta alcançada. Em 2019, foi ofertado curso de extensão em Libras, promovido pela Direção do Departamento aos professores do DESU. Tal curso estava atrelado essencialmente aos conteúdos ensinados em sala</p>

		de aula. Pela repercussão que tivemos, há a necessidade de oferta de mais cursos.
	* Construir, até 2019, uma política de acompanhamento de egressos do ensino superior;	Meta ainda não alcançada. Foi constituído um grupo de trabalho, que está realizando estudos a respeito.
	* Promover, anualmente, a realização da Semana Pedagógica;	Foi realizada, com sucesso, com cerca de 350 participantes.
	* Promover, anualmente, a realização da Jornada de Iniciação Científica.	Foi realizada com sucesso, com 153 participantes.
	* Promover a discussão acerca do desenho institucional e das atribuições e responsáveis por educação presencial e a distância, assim como das regulamentações correspondentes dos cursos de graduação e pós-graduação.	Meta alcançada. A Educação a Distância vinha funcionando com um setor independente, subordinado informalmente à Direção Geral. Em 2019, definimos a partir das instâncias de governança (Colegiado, Conselho Diretor) que o melhor caminho era que fosse abarcado esse setor pelo Ensino Superior, e isso já foi efetivado.

Objetivo estratégico: Pesquisa

Construir conhecimentos e desenvolver tecnologias relacionadas à área da surdez, alicerçados em princípios éticos, caracterizados pelo pluralismo teórico-metodológico e orientados para agendas que expressem compromissos com a sociedade em geral e com a causa da surdez como fator de cidadania.

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
Apoiar a formação de grupos de pesquisas entre docentes e discentes do CAP/INES e instituições parceiras, de modo que reflexão e ação pedagógicas estejam articuladas.	<p>* Estabelecer, em parceria com a DIESP/DDHCT, ações institucionais com o intuito de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoiar a elaboração e avaliação de projetos de pesquisa; • estabelecer elos com os órgãos de fomento; • viabilizar a oferta bolsas de iniciação científica para estudantes do CAP/INES; • promover a inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa bem como o apoio aos nossos projetos; 	Em previsão. Em 2020, fomentar parceria com a DIESP.
	<p>* Divulgar em evento anual o trabalho de docentes e discentes pesquisadores, com a sua consequente publicação.</p>	*Os trabalhos apresentados no Fórum Integrando Saberes do DEBASI dos anos anteriores, foram publicados na revista Fórum do DDHCT e os resumos traduzidos em Libras e publicados também no site do DDHCT
	<p>* Disponibilizar no Repositório Digital Huet o resultado das pesquisas realizadas por docentes e discentes do CAP/INES, tais como artigos, monografias, dissertações, teses e materiais didáticos.</p>	Meta alcançada em parte. Os docentes publicam os resultados de suas pesquisas no Repositório Digital Huet, é preciso ampliar para os discentes publicarem também seus materiais didáticos.

<p>Promover e realizar pesquisas no escopo de sua missão, assim como propor critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e tecnologia relacionadas à surdez.</p>	<p>* Elaborar o edital de diretrizes de Pesquisa, com vistas à definição de linhas de pesquisa, bem como à constituição de núcleos e grupos;</p>	<p>Em andamento.</p>
	<p>* Constituir, em parceria com a DIESP/DDHCT, uma Comissão incumbida de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apoiar a elaboração e avaliação de projetos de pesquisa; • estabelecer elos com os órgãos de fomento; • viabilizar a inscrição no Diretório de Grupos de Pesquisa bem como o apoio aos nossos projetos; 	<p>Meta alcançada. Há 12 grupos de pesquisa em atividade, todos cadastrados no CNPq.</p>
	<p>* Criar, até 2019, um núcleo de pesquisa, denominado Núcleo de Estudos e Pesquisas da Libras - NEPLIBRAS, liderado por profissionais surdos docentes com participação aberta a linguistas, pesquisadores da Libras com pesquisas relacionadas ao tema;</p>	<p>Meta alcançada. Foi criado e deverá ser mantido.</p>
	<p>* Institucionalizar as Coordenações criadas no DESU no âmbito do novo Regimento do INES, a ser construído;</p>	<p>Em previsão para 2021, com a aprovação do novo Regimento Interno do INES.</p>
	<p>* Realizar, a partir de 2019, em articulação com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/INES), ações educativas em todos os setores do INES que se envolvam em pesquisa para orientar sobre o uso da Plataforma Brasil;</p>	<p>Meta alcançada. Tem sido feita a divulgação por meio de palestras nos setores, atendimentos presenciais e ao telefone, e respostas a consultas por e-mail.</p>
	<p>* Implantar, a partir de 2019, um plantão de atendimento a pesquisadores para tirar dúvidas sobre o cadastro de projetos na Plataforma Brasil e sua tramitação.</p>	<p>Meta alcançada. O CEP-INES tem feito isso regularmente, de modo presencial, por telefone e por e-mail.</p>
	<p>* Assegurar a ampla divulgação, em eventos de que também participem professores, pais e alunos do CAP/INES e no portal do INES, das pesquisas realizadas no âmbito do Colégio de Aplicação, visando debater e subsidiar as práticas ali desenvolvidas.</p>	<p>Em andamento. As pesquisas têm sido divulgadas, mas será preciso ampliar os espaços de divulgação, no portal do INES e em eventos específicos. Alguns desses já ocorrem, como o Integrando Saberes, a Jornada de Iniciação Científica e o próprio Congresso Internacional do INES.</p>

Objetivo estratégico: Extensão

Estabelecer uma relação dialógica e colaborativa com as comunidades surdas, o poder público e a sociedade em geral para a solução de problemas locais, regionais e nacionais relacionados à surdez, disponibilizando informações, conhecimentos, serviços, tecnologias e produções culturais de modo acessível sempre.

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
Promover e difundir os processos pedagógicos desenvolvidos no CAP/INES, bem como as reflexões teóricas que os embasam.	* Promover a educação continuada em temas relacionados à Surdez e à Educação de Surdos, inclusive por meio de plataforma de Educação a Distância;	Em previsão. A partir de 2021 sistematizar e organizar a formação continuada pensando em difundir o trabalho pedagógico realizado no CAP - INES.
	* Estimular a participação de docentes do CAP/INES em Seminários e Assessorias Técnicas para a formação continuada nas redes em âmbito nacional;	Meta alcançada. Os docentes realizaram diversas Assessorias Técnicas e Seminários para formação continuada nas redes em âmbito nacional com temas diversificados.
	* Dar continuidade ao Fórum Integrando Saberes, para encontro de partilha e discussão das práticas pedagógicas desenvolvidas no CAP/INES;	Meta alcançada. Em 2019 o Integrando Saberes teve como foco o compartilhamento do trabalho dos grupos de pesquisa, das oficinas e dos setores da COAE, e muito bem sucedida pois foi possível de fato compartilhar saberes e práticas pedagógicas realizadas.
	* Apoiar a organização de eventos interinstitucionais, através de parceira com outras instituições;	Em previsão. A partir de 2021, organizar eventos em parceria com as instituições parceiras como FAPERJ, IBC, UFRJ e outras.
	* Realizar exposições artístico-pedagógicas abertas a toda a comunidade, para divulgação do trabalho realizado com nossos estudantes.	Meta alcançada. Em 2019 foram realizadas exposições diversas relacionadas aos projetos pedagógicos como: Combate a violência e o preconceito contra a mulher, Setembro Azul, Mãe Natureza, Paz na Escola não ao Nazismo e de literatura infantil.

Desenvolver a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.	* Promover a educação continuada em temas relacionados à Surdez e à Educação de Surdos, inclusive por meio de plataforma de Educação a Distância;	Meta alcançada em parte. 9 projetos de extensão tiveram 11 alunos bolsistas e ofertaram 5 cursos para a comunidade. Falta ativar a plataforma de Educação a Distância para cursos de extensão, em especial de Libras. Por enquanto, temos apenas o Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue.
	* Promover concurso para Intérprete e Professor(a) de Libras, visando atender a demanda de cursos para a comunidade.	Em andamento. Estão sendo demandados a instâncias superiores.
Contribuir para a valorização e difusão da Libras, favorecendo sua aquisição por crianças, jovens e adultos surdos, seus familiares e colegas de escola ou trabalho, bem como por profissionais que atendam essas pessoas.	Matricular anualmente 600 pessoas da comunidade em cursos de extensão presenciais de Libras no INES;	Meta alcançada. Tivemos 1.652 concluintes no Curso de Libras presencial.
	Construir, por meio da colaboração do NEP-LIBRAS e do NEO, a proposta de um curso de Libras a ser veiculado por meio de plataforma de EaD para professores da rede pública de todo o país;	Prevista para 2021.
	Institucionalizar o Núcleo de Exame e Pesquisa sobre a Libras, para o desenvolvimento de materiais didáticos relacionados ao ensino de Libras como Primeira Língua – L1 e segunda Língua – L2, pesquisas linguísticas sobre a Libras e teste de proficiência em Libras online;	Em andamento, previsto para 2021.
	Oferecer Cursos de Libras voltados para professores e para técnicos administrativos do INES;	Meta alcançada.
	Oferecer curso de capacitação aos Profissionais do INES (PROPP);	Previsto em novo formato para 2021.
	Oferecer estágios através das parcerias com instituições;	Meta alcançada;

	Oferecer curso de segunda língua (Inglês e Língua de Sinais Internacionais).	Previsto para 2021.
Desenvolver e distribuir nacionalmente material didático-pedagógico para o ensino de alunos surdos, bem como materiais e publicações técnico-científicas relacionados à surdez.	Alcançar o grau <i>Qualis</i> B2 na avaliação do periódico Espaço;	Previsto para 2022.
	Elaborar e publicar materiais relacionados a métodos de ensino de diferentes componentes curriculares para alunos surdos;	Previsto para 2021.
	Construir, a partir de 2020, com participação de Tradutores e Intérpretes de Libras, Linguistas e Profissionais Surdos e mediante parceria com os CAS e os Institutos Federais, um repositório de glossários de termos técnicos em Libras específicos de diferentes campos da educação profissional, a ser veiculado no Portal do Instituto, visando apoiar o trabalho de docentes da Educação Profissional, na perspectiva de viabilizar a participação de pessoas surdas nos seus cursos;	Previsto para 2021.
	Produzir, em Libras e Português, material pedagógico, cultural e informativo de interesse da comunidade surda.	Meta alcançada com continuidade prevista para 2021 e 2022.
Promover a difusão e o intercâmbio de experiências, conhecimentos e inovações entre pesquisadoras e pesquisadores, gestoras e gestores, profissionais e estudantes da educação de alunos surdos;	Realizar, a cada ano, um Congresso Internacional Pluridisciplinar.	Meta alcançada. Mais de 800 pessoas presentes e certificadas no COINES 2019.
	Efetivar um sistema de intercâmbio de publicações com outras instituições acadêmicas e de pesquisa;	Previsão para 2021.
	Realizar, anualmente, eventos como os Fóruns Bilíngues, os Seminários (incluindo o do Grêmio Estudantil do INES - GINES), Encontros de Pais, Encontros de CAS e outros que venham a ser definidos.	Meta alcançada. Mais de 1.00 participantes.

Cooperar tecnicamente com os sistemas de ensino, visando ao atendimento educacional de alunos surdos;	Elaborar, negociar e implantar um projeto-piloto de cooperação técnica com os municípios da Baixada Fluminense no campo da educação de surdos desde a creche e políticas complementares;	Previsto para 2022.
	Realizar parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro para a inserção de crianças na Educação Infantil municipal;	Previsto para 2021.
	Criar um sistema de informação e acompanhamento das ações de cooperação técnica realizadas em diferentes lugares do Brasil, contemplando o assessoramento a distância e o rodízio entre profissionais;	Meta alcançada.
	Estabelecer parcerias com CAS e NAPES (Centros e Núcleos de Apoio na área da Surdez), bem como com NAPNES de Institutos Federais, para mapear demandas de apoio, realizar ações em regime de colaboração e acompanhar o desenvolvimento de políticas;	Previsto para 2021.
	Estimular, nos encontros com órgãos públicos de estados e municípios, a realização de levantamentos para identificar a existência de surdos em idade escolar fora da escola, bem como a elaboração de projetos que mobilizem as famílias para que matriculem seus filhos surdos em instituições de ensino.	Previsto para 2021.
Desenvolver a referencialidade na área da surdez por meio da constituição de um campo específico e especializado de gestão da informação, da documentação,	Criar, até 2021, um Centro de Memória Social dos Surdos e de Documentação da Libras no INES, conduzido por profissionais do Instituto habilitados nas áreas de História, Antropologia e Linguística, com participação de profissionais surdos e de Tradutores e Intérpretes da Libras, estabelecendo parcerias com os Centros de Capacitação dos Profissionais da Educação, em Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), nos estados, e	Previsto para 2021.

da memória e da difusão cultural;	com centros de pesquisa em universidades brasileiras;	
	Ampliar o quadro de profissionais visando ao pleno funcionamento desse Centro: Bibliotecário; Técnico Administrativo de Nível Médio; Museólogo; Arquivista; Historiador;	Previsto para 2021.
	Identificar e efetuar as restaurações necessárias de itens do acervo de obras e documentos raros do Instituto;	Meta alcançada parcialmente, com plano de continuidade em 2021.
	Digitalizar e disponibilizar no portal do Instituto as obras raras do Instituto, observadas as diretrizes pertinentes à sua preservação;	Previsto para 2021.
	Constituir repositório digital das publicações completas do Instituto;	Meta alcançada. Todas as publicações do INES estão disponíveis para download (arquivos de texto) ou visualização (vídeos)
	Instituir uma Política de Acervo e uma Comissão de Acervo com ampla representatividade.	Previsto para 2021.
Promover ação constante junto à sociedade, através dos meios de comunicação de massa e de outros recursos, relacionadas às potencialidades das pessoas surdas, na perspectiva de sua inclusão social e cidadania;	Fortalecer as ações da TV INES, com diversificação de suas produções e ampliação de seu alcance, levando informação, formação e entretenimento de maneira acessível sempre.	Meta alcançada.
	Viabilizar o acesso das pessoas surdas e profissionais brasileiros a outras línguas de sinais do mundo, como a Língua de Sinais Americana (ASL) e a Língua de Sinais Francesa (LSF).	Previsto para 2021.

Objetivo estratégico: Gestão Pública

Conjugar o contínuo aperfeiçoamento de suas capacidades em termos humanos, tecnológicos, materiais e gerenciais – via planejamento e gestão democrática do desenvolvimento institucional – a sua colaboração, como centro de referência, na elaboração de leis e no desenho e gestão de políticas públicas orientadas à surdez como fator de cidadania.

Função: Administração

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
TEMA: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
Estruturar, no INES, a área de Gestão da Tecnologia da Informação - TI, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria nº 277, de 7/12/2010, do Tribunal de Contas da União.	* Realizar concurso público para o provimento de vagas relacionadas à Gestão da Tecnologia da Informação;	Não se aplica com a legislação vigente. Espera-se a elaboração do PDTI, para nortear as possíveis contratações para o setor.
	* Promover a implementação e avaliação do PDTI, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem quesitos de: planejamento; recursos humanos de TI; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; contratação de bens e serviços de TI;	Foi contratada, em 12/08/2019 com vigência até 08/02/2020 – empresa para elaboração do Plano Diretor da Tecnologia da Informação, no valor de R\$ 236.485,00.
	* Atualizar o portal do INES na internet, observando os critérios de acessibilidade e acesso à informação definidos para os órgãos da administração pública federal;	O Portal está de acordo com as recomendações da SECOM, mas estudando proposta de mudança para facilitar a transparência de informações de maneira mais clara.
	* Ampliar a divulgação das ações do INES na internet, na intranet e nas redes sociais;	A divulgação tem sido feito pelo novo modelo da intranet, onde o servidor de casa possa ter acesso aos memorandos e informações. As redes sociais, são as divulgações das ações do

<p>Assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação institucional e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;</p> <p>Promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade;</p> <p>Ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação;</p>		<p>INES e de divulgação de cursos, palestras e congresso.</p>
	<p>* Implantar e atualizar os dados cadastrais acerca dos servidores do INES que apresentam alguma deficiência;</p>	<p>Ainda não foi implantado, tendo como foco em 2020, para elaboração de projeto para atualização dos dados.</p>
	<p>* Criar e adotar um aplicativo para facilitar a interação entre alunos e professores do INES;</p>	<p>Com um fluxo intenso, e com profissionais sem a experiência de criação de aplicativo, está estudando forma de capacitação e ou contratação de profissional do ramo.</p>
	<p>* Implantar os projetos do Ministério do Planejamento referentes a sistemas de informação, incluindo a integração do INES no Processo Eletrônico Nacional (PEN), abarcando:</p> <p>Sistema Eletrônico de Informações (SEI) - tramitação eletrônica de todos os processos em do órgão, trabalhando-os de forma mais integrada e ágil a partir de uma plataforma virtual, diminuindo o estoque de papel e acelerando as análises, permitindo a interligação e tramitação eletrônica de documentos e processos entre os órgãos e entidades da Administração Pública Federal;</p> <p>Barramento de integração do SEI (com outras soluções de uso do meio eletrônico) permitirá a tramitação de processos entre os órgãos que utilizam o SEI ou outras soluções de processo eletrônico;</p> <p>Protocolo Integrado: sistema de integração de informações de processos e documentos da Administração Pública Federal. Tem a função de ser um canal de comunicação com a população para consulta à tramitação de processos e documentos.</p> <p>AFD – Assentamento Funcional Digital: criação do dossiê em</p>	<p>Está em tramitação com TRF4 a implantação do SEI no Instituto, porém estamos esbarrando na burocracia, uma vez que é de discricionariedade do órgão a implementação para o INES.</p> <p>AFD e SIGEPE- está em funcionamento. Existe uma comissão especial para a alimentação do sistema. Aquisições de <i>tokens</i> foram efetuadas, e capacitação de servidores para usar a ferramenta.</p>

<p>Facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas.</p>	<p>mídia digital, composto por documentos funcionais, digitais ou digitalizados, considerado fonte primária das informações dos servidores vinculados aos órgãos do SIPEC;</p> <p>SIGEP - Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal: ferramenta que substitui o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siap), atual responsável pela tarefa. O SIGEP tratará das funções: Cadastro, Folha de Pagamento, Provisão da Força de Trabalho, Legislação Pessoal e Saúde, Qualidade de Vida; Evolução Funcional; Compensação de RH; Seguridade Social; Capacitação e Desenvolvimento; Monitoração; Avaliação de Desempenho; Gestão de Processos e Sistemas.</p>	
<p>TEMA: OBRAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA</p>		
<p>Adotar todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.</p>	<p>Constituir uma força-tarefa para organizar o processo de avaliação completa das condições de segurança e risco de incêndios, infiltrações, desabamentos, etc., incluindo instalações elétricas, hidráulicas, paredes e telhados, dispositivos de alarme sonoro e visual e combate a fogo (sprinklers, extintores), brigada de incêndio, etc. de todas as edificações que compõem este Instituto;</p> <p>Adotar como prioridade todas as medidas necessárias para que as edificações e instalações do Instituto atendam de maneira integral e com segurança às necessidades imediatas dos setores para o cumprimento das atribuições regimentais e atendimento de usuários.</p>	<p>Contratação efetuada - contrato de prestação de serviços nº 36/2019, Instaservices Comércio e Serviços Técnicos em Instalações e Obras Ltda. - 07/10/2019 e encerramento em 04/04/2020.</p> <p>Está em processo de contratação de equipe de engenharia, para elaborar o Termo de Referência de contratação de empresa para fazer o Plano Diretor de Obras.</p>

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS

<p>Promover a formação continuada dos profissionais do INES, na perspectiva de qualificar sua atuação, em consonância com as competências definidas pelos diferentes setores com vistas ao cumprimento da Missão Institucional.</p>	<p>Criar um Núcleo de Capacitação de Pessoal, visando:</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> Realizar o levantamento anual de necessidades de capacitação; 	<p>O levantamento das necessidades de capacitação foi elaborado e encaminhado ao SIPEC em outubro de 2019.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar a elaboração das turmas internas e suas respectivas avaliações; 	<p>Em fase de estudos.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Definir programas que atendam as necessidades institucionais, de acordo com as necessidades de capacitação dos setores e ao relatório de avaliação de desempenho 	<p>O Instituto elaborou seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas em 2019.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Gerenciar os gastos com a capacitação; 	<p>O gerenciamento de gastos com capacitação está sendo possibilitado pelo Plano Anual de Capacitação.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar os resultados dos eventos de capacitação internos e externos; 	<p>Em fase de estudos.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Montar uma rede de colaboradores internos e externos; 	<p>Em fase de estudos.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver parcerias com entidades públicas e privadas para as ações de qualificação profissional e de programas de educação formal; 	<p>Prevê-se para 2020 a criação de uma comissão para atender a essa demanda.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer programas e rotinas continuadas de capacitação; 	<p>Em fase de estudos.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Executar rotinas de progressão por qualificação e de titulação; 	<p>Os trabalhos das Comissões dos segmentos Docentes e Técnicos estão em dia.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver junto a CIS uma política de desenvolvimento na carreira dos técnicos administrativos e junto a CPPD do corpo docente. 	Com a elaboração do PAC 2019, este será revisado para se implementar uma nova proposta.
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar os servidores do Instituto em ações de capacitação em consonância com o PAC-INES e com o mapeamento de competências 	A elaboração do PAC 2019 atendeu a essa demanda.
	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir uma comissão de recepção para novos servidores e colaboradores, a fim de apresentar os diferentes setores do INES 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Elevar a qualificação da força de trabalho de INES por meio do incentivo à capacitação: Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um canal de comunicação com os servidores em relação às ações de gestão de pessoas; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um setor responsável pela atenção à saúde e à qualidade de vida no trabalho do servidor; 	Em fase de estudos, parcialmente atendido.
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudos e parcerias com outras IFES, visando aperfeiçoar os Planos de Carreira dos servidores do INES; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar, anualmente, por meio de banca composta pelos professores de Libras do INES, exame acerca da proficiência no uso de Libras pelos profissionais do Instituto de acordo com os setores onde atuam. 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Criar o Núcleo de Políticas de Saúde do Servidor Público, contemplando as seguintes medidas: 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer para o INES um polo do SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS); 	Em fase de estudos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver programa de atenção à saúde mental do servidor; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a educação em saúde, por meio de palestras e campanhas de prevenção; 	Em fase de estudos, parcialmente atendido.
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e estimular a participação dos trabalhadores, como protagonistas e detentores de conhecimento do processo de trabalho, com a perspectiva de serem agentes transformadores da realidade; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Propor ações voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho, em especial na melhoria das condições de trabalho, na prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Propor atividades que desenvolvam atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento de saúde e de segurança, dessa forma contribuindo para a melhoria das relações e do processo de trabalho. 	Em fase de estudos.
TEMA: GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		
Promover, no INES, de maneira articulada entre os diferentes setores, a Gestão da Sustentabilidade Ambiental, com atenção aos correspondentes indicadores constantes da Portaria nº 277, de 7/12/2010, do Tribunal de Contas da União.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o mapeamento da sustentabilidade ambiental do INES, com base nos indicadores da Portaria/TCU nº 277 de 2010, que incluem, dentre outros, critérios relativos à aquisição de bens e serviços; ao consumo de água e energia; à separação de resíduos recicláveis; 	Em fase de estudos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Construir um documento de diretrizes e orientações de Gestão da Sustentabilidade Ambiental e divulgá-lo para todos os servidores; 	Em fase de estudos.

Função: Políticas Públicas e Desenvolvimento Institucional

OBJETIVO ESPECÍFICO	META	RESULTADO/JUSTIFICATIVA/AJUSTES/EXPECTATIVAS
TEMA: AVALIAÇÃO SITUACIONAL		
<p>Ajudar a dimensionar as condições socioeconômicas, epidemiológicas, linguísticas, educacionais, culturais e tecnológicas relacionadas à surdez e às comunidades surdas no Brasil, em colaboração com os órgãos nacionais de pesquisa;</p>	<p>* Construir, a partir de 2019, o Mapa Nacional da Surdez e da Pessoa Surda no Brasil, por meio de parceria com o INEP (MEC); o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o IBGE (Ministério da Economia); o Ministério da Saúde e outros.</p>	<p>O INES tem mantido entendimentos positivos com o INEP, para fins de tornar o ENEM acessível; com a Diretoria de Políticas para a Educação Bilíngue, do MEC e também com o MDH. Até 2020, deverão ser feitas interlocuções para planejar o estudo.</p>
<p>Lançar as bases para a adoção de um modelo de gestão por competências no INES, nos termos do Decreto 5.707/2006.</p>	<p>* Conduzir e avaliar o mapeamento periódico de nível de qualificação da força de trabalho, o mapeamento de competências e a identificação de necessidades de capacitação como ferramentas para aprimorar a força de trabalho do INES visando à implementação do PDI.</p>	<p>Em 2019, o INES construiu seu Plano de Desenvolvimento de Pessoas segundo uma abordagem de competências.</p>
<p>Avaliar as condições de acessibilidade do INES</p>	<p>* Realizar até 2020, uma avaliação externa, pautada na legislação e normas ABNT, acerca das condições de acessibilidade do INES e demandas de quebra de barreiras às pessoas com deficiência e pessoas surdas em todos os aspectos: vias e espaços; edificações e instalações; transporte e comunicações e informações.</p>	<p>Está prevista essa avaliação para 2020. No momento, impossibilitada devido à pandemia.</p>

TEMA: GESTÃO DE POLÍTICAS

Promover a acessibilidade no INES.

* A partir da avaliação realizada e amplamente divulgada, criar o Núcleo de Acessibilidade e Participação (NAP), a fim de: incentivar o uso da Libras por todos; promover a cultura da educação para a convivência, o respeito às diferenças e a participação; orientar a remoção de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na Instituição; articular-se intersetorialmente às diferentes ações no INES, assim como na promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura, comunicação, informação, ensino, pesquisa e extensão; constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NAP, e elaborar o Plano de Acessibilidade - INES sem Barreiras, com a participação dos diferentes segmentos, a definição de responsabilidades, o estabelecimento de prazos e indicadores e a ampla divulgação, abrangendo, entre outros itens:

- elevadores onde não há, rampas onde se faz necessário;
- bebedouros acessíveis para cadeirantes e crianças pequenas;
- piso tátil;
- ajustes na comunicação visual nas dependências do INES;
- balcões acessíveis;
- alarmes visuais de emergência e sinalização visual em elevadores, banheiros, salas e corredores de salas de aula;
- digitalização de todos os livros e documentos históricos de domínio público e disponibilização no Repositório Huet, no Portal do INES na internet, etc.

A criação desse Núcleo foi demandada por diferentes segmentos no processo participativo de construção do PDI e sua instituição depende da aprovação das regras para a eleição de seus integrantes, atualmente em discussão no âmbito do Conselho Diretor.

Está prevista a contratação de uma empresa de Engenharia, e já está contratada a confecção de placas indicativas que observam normas de acessibilidade para pessoas surdas e com deficiência visual. A digitalização de documentos vem sendo feita regularmente, em especial itens de importância histórica e pesquisas de docentes.

<p>Subsidiar a formulação das diretrizes e políticas públicas nacionais nas áreas linguística, educacional, cultural, de saúde, de comunicação, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de esportes, de direitos humanos e de ética em pesquisa, entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e em consonância com a diretriz bilíngue que baliza a atuação do Instituto;</p>	<p>* Constituir, até 2021, no INES, a Câmara Técnica de Políticas Públicas e Surdez, para promover a análise, o debate e a formulação de proposições em políticas públicas e legislação nas esferas da linguística, educacional, cultural, de saúde, de trabalho, de assistência social, de comunicação, de esportes, de direitos humanos e de ética em pesquisa, entre outras, no âmbito de sua competência na área da surdez e com participação de lideranças da comunidade surda brasileira.</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>
<p>Incentivar a construção de conhecimento sobre políticas públicas relacionadas à surdez no Brasil.</p>	<p>* Instituir e gerenciar o Concurso Nacional de Incentivo à Pesquisa na área da Surdez, que contemple o eixo da missão institucional: <i>fazer da surdez um fator da cidadania no Brasil</i>.</p>	<p>Passou a ser considerada a ideia de uma Comissão avaliar e premiar com publicação pesquisas relacionadas à surdez que se destaquem no cenário acadêmico.</p>
<p>Subsidiar o exercício da cidadania pelas pessoas surdas no Brasil.</p>	<p>* Editar publicação eletrônica e série para TV INES sobre cidadania e surdez no Brasil e no mundo, visando favorecer a disseminação e a troca de experiências e informações sobre a condição e a mobilização das comunidades surdas de diferentes países.</p>	<p>A programação da TV INES já vem cumprindo bem esse papel. Em 2020, poderá ser feita uma chamada nacional da Comissão Editorial para um dossiê específico sobre o tema por parte de pesquisadores brasileiros e mesmo de outros países.</p>

<p>Formular políticas institucionais que atendam às demandas recorrentes do público deste Instituto.</p>	<p>* Promover, em 2019, a discussão e deliberação sobre uma Política de Assistência Estudantil para o Instituto, visando assegurar condições de permanência e sucesso e evitar a evasão na Educação Básica e no Ensino Superior, contemplando a análise e deliberação sobre as seguintes propostas encaminhadas pelo Centro Acadêmico Bilingue de Pedagogia do INES: Alojamento; Bandeirão; Bolsa monitoria; Bolsa interpretação; Apoio profissional para saúde física e mental dos alunos (psicológico, fonoaudiólogo, assistente social, etc.); Facilitar as inscrições em bolsas; Ônibus rotativo para buscar alunos (utilização do ônibus do INES em rota e horário específico); Reforma das salas desativadas do DESU; Ampliação e livre acesso à internet no INES; Aquisição de novos livros para a Biblioteca; Oferta de serviços de Xerox; Ampliação da Sala de Estudos, com mais computadores; Criação de uma Política Linguística (Libras/Português); Construção de uma copa para os alunos; Construção de uma cantina (sob a responsabilidade das mães dos alunos, visando gerar renda para elas e atender à necessidade de alunos e funcionários).</p>	<p>A discussão caminha no âmbito do Departamento de Ensino Superior e do Conselho Diretor. Deverá ser concluída no primeiro semestre de 2020.</p>
--	--	---

<p>Promover o direito de acesso à cultura, nos termos do Decreto 6.949/2009.</p>	<p>* Constituir, até 2020, um Comitê de Políticas Culturais com as atribuições de avaliar as condições e fomentar as potencialidades do Instituto na promoção do acesso à cultura por parte de alunos, familiares, servidores e da comunidade, incluindo, por exemplo, a exibição regular de filmes; a apresentação de peças de teatro; o lançamento e discussão de livros; a definição de um espaço para uma galeria de artes, visando à exposição de fotografias, pinturas, esculturas, instalações, bem como a realização de cursos relacionados à produção cultural.</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>
<p>Promover a saúde, por meio da educação alimentar.</p>	<p>* Criar, até 2020, o Conselho de Alimentação Escolar do INES – CAE/INES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientar para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. - Fomentar a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. - Atender a todos os alunos matriculados na Educação Básica. - Favorecer o acompanhamento e o controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social. - Garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. 	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>

	<p>- Zelar pela aceitabilidade dos cardápios oferecidos.</p> <p>- Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos.</p> <p>- Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar os cardápios da alimentação escolar, adequados às necessidades nutricionais, às faixas etárias, ao perfil epidemiológico dos alunos do CAP/INES.</p> <p>- Propor e coordenar ações de educação alimentar e nutricional.</p> <p>Composição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 representante e 1 suplente dos alunos; • 1 representante e 1 suplente dos pais; • 1 representante e 1 suplente dos técnicos administrativos; • 1 representante e 1 suplente dos docentes; • 1 representante e 1 suplente da Direção Geral; • 1 representante e 1 suplente do DEBASI; • 1 representante fixo da área nutricional do INES. 	
<p>Promover o respeito às diferenças no INES.</p>	<p>* Criar, até 2020, a Comissão para a Promoção da Equidade (COPE), com o propósito de compartilhar conhecimentos sobre diversidade; prover informações sobre legislação e políticas em âmbito internacional, nacional e local; promover debates sobre situações de desrespeito e violência e sobre políticas públicas pró-equidade, e balizar ações concretas, no âmbito institucional, de promoção do respeito a: pessoas e comunidades surdas; pessoas com deficiência; meninas e mulheres; pessoas afrodescendentes; pessoas e povos indígenas; pessoas LGBTQs; diferentes denominações religiosas; pessoas idosas; pessoas em situação de migração e refúgio.</p>	<p>Mantém-se a previsão. Todas as comissões e instâncias vêm sendo discutidas no Conselho Diretor, inclusive as normas para eleição de seus representantes.</p>

TEMA: GESTÃO DEMOCRÁTICA

Efetivar a gestão democrática preconizada na Constituição, na LDB e no Plano Nacional de Educação.

- * Instituir, em 2019, um modelo participativo de planejamento e gestão, envolvendo departamentos, servidores, comunidade acadêmica e escolar e também comunidade externa, na definição de prioridades, observadas as diretrizes governamentais e o planejamento estratégico do Instituto, assegurada a participação de pessoas surdas dos diferentes segmentos;
- * Instituir e efetivar, em 2019, o Comitê para a Gestão Democrática do Desenvolvimento Institucional (COGEDI) e o Núcleo de Auditoria Interna (NAI), especificados neste documento, para maior transparência e controle social da gestão quanto ao cumprimento da missão institucional;
- * Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de construção do novo Regimento Interno do INES;
- * Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de definição da nova estrutura do Conselho Diretor;
- * Coordenar, a partir de 2019, o processo participativo de criação do Conselho Escolar do Colégio de Aplicação;
- * Adotar, até 2019, as medidas necessárias para que todas as instâncias de participação da comunidade escolar, acadêmica e administrativa do INES assegurem o envolvimento e participação de pessoas surdas nos processos de discussão e deliberação, e também de entidades de pessoas surdas como representação da sociedade civil no Conselho Diretor do INES.

Em 2019, a partir de demanda externa de planejamento das atividades de servidor integrante da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, foi formulado o projeto *Gestão do Desenvolvimento Institucional (GDI)*, com o objetivo geral de:

implantar um modelo participativo de gestão do desenvolvimento institucional capaz de superar práticas estanques e rotinizadas que ainda não articulam os esforços dos diferentes setores em torno da realização da missão institucional e ainda não compatibilizam as demandas de competências das diferentes atividades desenvolvidas com os perfis da força de trabalho. O Projeto pretende instaurar no INES uma nova cultura organizacional, calcada na participação e na gestão por competências.

No exercício em tela, a equipe do Projeto atuou junto com a Coordenação de Recursos Humanos do INES, na elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Instituto.

As bases da construção democrática do novo regimento interno e de outras normativas está lançada com a discussão das propostas de regras para a eleição de representantes das comissões.

Hoje, vemos a ação do projeto como o embrião desse Comitê e também de uma futura unidade de Auditoria Interna, que precisamos constituir.

TEMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

<p>Impulsionar e monitorar o desenvolvimento institucional do INES no período 2018-2022.</p> <p>Orientar as ações do INES para a excelência no cumprimento de sua missão.</p> <p>Adequar a estrutura organizacional do Instituto às novas diretrizes de planejamento estratégico.</p>	<p>* Instituir, em 2019, o Comitê para a Gestão Democrática do Desenvolvimento Institucional (COGEDI), com representação de todos os Departamentos, de Alunos e de Familiares de Alunos e da Comunidade Surda, para monitorar a implementação do PDI, com as atribuições de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Analisar e indicar aperfeiçoamentos nos processos institucionais e sua gestão; • Desenvolver a comunicação institucional; • Definir indicadores de gestão; • Definir indicadores de qualidade da Educação Básica e do Ensino Superior, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> ▪ avaliação do nível de proficiência em Libras de docentes; ▪ avaliação em Libras do desenvolvimento dos alunos; ▪ avaliação curricular; ▪ acompanhamento de egressos; • Acompanhar sistematicamente, por meio dos indicadores, a eficácia das ações e a execução das metas do PDI nos diferentes setores, apoiando os gestores; • Elaborar relatórios parciais e anuais de avaliação da implementação do PDI; • Avaliar a execução do PDI e propor adequações ou mudanças, considerando o relatório anual da CPA e relatórios dos Departamentos que constituem o INES; • Zelar pelo cumprimento do PDI em períodos de transição após escolha da Direção Geral. 	<p>Como dissemos na resposta ao item anterior, em 2019, foi formulado o projeto <i>Gestão do Desenvolvimento Institucional (GDI)</i>. Vários objetivos traçados para a COGEDI têm sido conduzidos pelo projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação institucional: o projeto tem feito levantamento das informações disponíveis no Portal, para fins de adequação às normativas de acesso à informação e transparência ativa; • Indicadores de gestão: vêm sendo discutida a sua reformulação, à luz do PDI; • Apoio e acompanhamento da gestão por parte dos Departamentos: vem sendo feito na elaboração do Relatório de Gestão no modelo <i>Integrado</i>; • A avaliação do PDI vem sendo igualmente propiciada pelo modelo <i>integrado</i> de Relatório de Gestão.
---	---	--

TEMA: CONTROLE INTERNO

<p>Organizar o controle interno das ações do INES, para garantir a confiabilidade das informações, a obediência às leis e regulamentos, a salvaguarda dos seus recursos, e a eficácia e eficiência de suas ações.</p>	<p>* Criar, até 2019, o Núcleo de Auditoria Interna (NAI), subordinado diretamente à Direção Geral/INES, para:</p> <ul style="list-style-type: none">• dar credibilidade aos atos de gestão administrativa;• auxiliar o atingimento dos objetivos institucionais;• verificar e comprovar a legalidade, a eficiência e a eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de recursos humanos, para o bom uso dos recursos públicos;• apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das áreas responsáveis. <p>* Criar, nos termos do Decreto 1.171/1994, até 2020, a Comissão de Ética Profissional do Servidor Público do INES (CESP-INES), constituída por três servidoras ou servidores de cargo efetivo – um(a) docente do ensino superior, uma(a) docente da educação básica e um(a) técnico administrativo – indicados pelos pares e submetidos à aprovação no âmbito do Conselho Diretor do INES, com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none">• Planejar e realizar a divulgação do Decreto 1.171/1994 de forma presencial e nos portais do INES na intranet e internet;• Orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura (Decreto 1.171/94, Anexo, XVI);• Fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros	<p>A criação do NAI avança com o desenvolvimento das atividades do Projeto GDI, que tem contemplado as discussões iniciais relativas à Ética; à informação e à comunicação e aos assuntos disciplinares. Essa pauta deverá avançar em 2020.</p>
---	--	---

	<p>sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público (Decreto 1.171/94, Anexo, XVIII);</p> <p>* Realizar, de modo participativo, uma avaliação da comunicação intersetorial quanto à eficácia e à eficiência;</p> <p>* Promover, de modo participativo, os ajustes necessários na comunicação institucional, incluindo a padronização de procedimentos e documentos; a realização de cursos para a melhoria da produção escrita relacionada ao trabalho e à comunicação (projetos, termos de referência, memorandos, circulares, ofícios), bem como a garantia da acessibilidade linguística;</p> <p>* Construir, coletivamente, políticas de gestão da informação para os diferentes setores, de acordo com suas especificidades, com ênfase na perspectiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> • do atendimento acessível e de qualidade ao cidadão; • da boa e ágil fundamentação à tomada de decisões pelo gestor; • da eficaz execução das responsabilidades pelos servidores; • da efetiva possibilidade de que os dados e informações coligidos possam servir também à construção de conhecimento, por meio de pesquisas. <p>* Criar um Portal do Ensino do INES (EnsINES), abrangendo módulos específicos de acesso por senha para Colégio, Graduação e Pós-Graduação, com informações gerais sobre calendários escolares e acadêmicos, disciplinas, docentes, conteúdos das disciplinas, bibliografias, avaliações, cardápio escolar, manual do aluno, reuniões agendadas, eventos, etc.</p>	
--	--	--

	<p>* Criar até 2020, o Núcleo para Assuntos Disciplinares, visando:</p> <ul style="list-style-type: none"> I- desenvolver iniciativas de prevenção ao cometimento de infrações disciplinares e orientar a adoção, quando cabível, de práticas administrativas saneadoras; II- assessorar a Direção Geral do INES na instauração de sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais nos casos que envolvam atos de servidores do INES III - promover a apuração, por determinação da Direção Geral do INES, de ofício ou a partir de denúncias ou representações, mediante sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares e demais procedimentos correccionais, nos casos que envolvam atos de agentes públicos em exercício no INES e/ou de empresas prestadores de serviços ao INES; IV - acompanhar e apoiar os trabalhos e propor uniformização de entendimentos e procedimentos das comissões disciplinares instauradas no âmbito deste INES; V - encaminhar aos órgãos de controle, nas hipóteses legais ou mediante requisição, informações relativas a procedimentos disciplinares instaurados no âmbito INES; VI - coordenar o sistema CGU-PAD no âmbito do INES, consoante políticas de uso em vigor; e VII - desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de competência. 	
--	---	--

Indicadores de Recursos Humanos

1. Relação entre número de servidores técnico-administrativos terceirizados e total de servidores dessa categoria no Instituto

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo prover os cargos da área técnico-administrativa por meio de concurso público, inclusive em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados, e também em observância aos princípios da economicidade, do fortalecimento da memória institucional e da qualidade dos serviços prestados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de servidores terceirizados em relação ao corpo técnico-administrativo do Instituto.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos terceirizados, dividido pelo número total de servidores da área técnico-administrativa.

Resultados e análise crítica:

O INES só terceiriza cargos que não existem no quadro permanente do INES. O INES conta com 549 pessoas em sua força de trabalho, sendo 184 servidores de carreiras docentes e 229 servidores técnicos administrativos. Completam a composição da força de trabalho 136 pessoas contratadas para os seguintes serviços, que não são abarcados pela estrutura de cargos existente.

Cálculo do indicador:

Técnicos administrativos	Contratados	Índice (contratado/servidores)	%
229	136	0,59	59%

Apresentamos, a seguir, um quadro com os serviços para os quais são feitas contratações de terceirizados.

Serviço	Número de colaboradores
Guardião de piscina e operador de piscina	3
Desenvolvimento gráfico e midiático	4
Manutenção predial	7
Equipe de estúdio	13
Recepcionistas	21
Motoristas	6
Suporte técnico de Informática	4
Manutenção de Refrigeração	4
Cozinheiro/auxiliar; almoxarife/auxiliar	25
Limpeza, asseio e conservação diária	22
Vigilância/segurança patrimonial	27
Total de colaboradores	136

O governo não autoriza concurso público mesmo havendo altos índices de aposentadorias e não encaminha vagas para o Instituto, o que dificulta nas inúmeras tarefas que servidores têm que desempenhar. A contratação é para a realização de algumas das tarefas necessárias, diminuindo assim o excessivo trabalho por parte dos servidores, e evitando uma baixa por doenças. A administração recebeu, ao longo do ano de 2019, 3 servidores oriundos de outras instituições, por meio de redistribuição. A equipe tem se esforçado para divulgar as vagas e conseguir preenche-las. Por um lado, é positivo, pois recebemos servidores com outras vivências e experiências, o que soma para a Instituição.

2. TAXA DE PRONTIDÃO BILÍNGUE DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO INES

Objetivo: aferir em que medida os servidores da área técnico-administrativa do INES de nível médio e superior têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de servidores técnico-administrativos habilitados à interação e à colaboração com profissionais surdos e também ao atendimento a pessoas surdas em Libras.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de servidores técnico-administrativos do Instituto.

Observação: Ainda não foram criados instrumentos para levantamento de dados nesse Indicador, mas podemos adiantar que todos os servidores concursados nomeados nos últimos anos, nos termos de nosso PDI 2018-2022, têm passado pelos cursos de Língua de Sinais do INES.

3. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO INES

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo técnico-administrativo para orientar ações relativas ao apoio à qualificação na perspectiva da melhoria de seu desempenho profissional e do consequente aperfeiçoamento da gestão institucional e do atendimento às pessoas surdas.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo técnico-administrativo do CAP INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo técnico-administrativo é igual a $G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $G + A + E + M + D$, onde G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Observação: O INES conta com o seguinte perfil de corpo técnico administrativo:

Ensino Fundamental Incompleto (I) ou Completo (C)		Ensino Médio (Md), Médio e Técnico (MT), Médio Profissionalizante (MP) ou apenas Técnico (T)				Ensino Superior: Graduação (G); Aperfeiçoamento (A); Especialização (E); Mestrado (M)				
I	C	Md	MT	MP	T	G	A	E	Ms.	D
0	2	47	10	2	1	51	n/c	85	22	2

Cálculo: $(51 \times 1 + 0 \times 2 + 85 \times 3 + 22 \times 4 + 2 \times 5) / (51 + 0 + 88 + 22 + 2) = (51 + 0 + 255 + 88 + 10) / (160) = 404 / 160 = 2,52$

Análise crítica: Esse índice passou de **2,37** em 2015 e 2016 para **2,52** em 2017. Não foi possível obter esse cálculo para 2019.

4. TAXA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM EXERCÍCIO NO INES EM PROCESSOS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

Objetivo: aferir em que medida o corpo técnico-administrativo do Instituto vem participando de ações de capacitação, nos termos da Lei 8.112, de 1990 e consoante às diretrizes do Decreto 5.707, de 2006 – que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 1990 – bem como do Plano Anual de Capacitação do Instituto e seu Programa de Apoio, visando, nos termos desses documentos institucionais, “aprimorar os serviços prestados à sociedade e ao cidadão surdo” e “desenvolver nos servidores as competências necessárias para o alcance dos objetivos institucionais”.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação dos servidores técnico-administrativos em ações de capacitação.

Equação básica: número de servidores técnico-administrativos do INES que participaram plenamente – inscrição, frequência e conclusão com suficiente aproveitamento – de ações de capacitação, dividido pelo número de servidores do corpo técnico-administrativo do Instituto.

Resultados e análise crítica: Em 2019, tivemos 382 Servidores Capacitados, com a meta pelo Siop de 350 capacitações. O valor orçado inicialmente era de R\$ 300.000,00; foi empenhado o valor de 196.000,00 com um número de servidores maior do que a meta do Siop. Muitos são os cursos ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que tem cursos de qualidade com valores bem acessíveis. Tivemos um curso de liderança *in company* que trouxe bons frutos para a integração e vivência em grupo.

Indicadores Educação Básica

1. RELAÇÃO CANDIDATO / VAGA

Objetivo: aferir em que medida a escolarização bilíngue ofertada pelo Colégio de Aplicação do INES atende à procura por vagas na Educação Básica por parte de surdos, via ingresso ou transferência.

Horizonte: atender integralmente a demanda da comunidade onde se situa o Colégio, bem como de surdos que não têm atendimento próximo de sua residência e também as situações de transferência, inclusive para, caso se mostre necessário, realizar ações necessárias à ampliação do número de vagas ofertadas.

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de surdos cadastrados em situação de pré-ingresso ou transferência dividido pelo número de vagas ofertadas pelo Colégio de Aplicação do INES.

Resultado: O número de vagas ofertadas foi determinado pela meta do PDI = 500. O número de surdos matriculados = 400. Equação: $379 / 500 = 0,75$.

Análise crítica: O INES atendeu em 100% à demanda de vagas (ingresso + transferência), mas a matrícula efetiva ficou em 75% das vagas disponíveis. Conforme mencionado em relatório anterior, tal flutuação nos resultados desse indicador pode se relacionar à crescente oferta de educação bilíngue em escolas-polo do município do Rio de Janeiro, bem como o processo de inclusão escolar que alcança outras regiões de origem de nossos alunos, como a Baixada Fluminense.

2. RELAÇÃO ALUNOS / DOCENTE

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Colégio de Aplicação contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes na oferta de escolarização do INES.

Equação básica: a relação alunos / docente é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Resultados: Em 2017, havia 184 professores designados no Colégio de Aplicação, mas desses, 36 eram professores substitutos (contratados temporariamente do INES) e outros 22 estavam ocupando chefias, em atividades fora de sala de aula (gestão e outras), em licença sem vencimentos e afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 126 (cento e vinte e seis) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. O número máximo de alunos em processo de escolarização ao longo de 2017 foi de 379 (trezentos e setenta e nove). Incluímos no cálculo apenas os professores do quadro permanente em efetiva regência de turma (126) e os alunos em escolarização (379). O resultado da operação $379 / 126 = 3,01$.

Análise crítica: O aluno do INES conta com um bom quadro de docentes dedicados ao ensino, considerados os seguintes fatores nesta instituição especializada:

- a) as peculiaridades do alunado (surdez severa e profunda);
- b) o fato de o INES receber muitas crianças ou mesmo jovens sem língua adquirida e em grande medida oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- c) o crescente ingresso de alunos surdos com outras condições de saúde nas turmas de escolarização (síndromes, quadros psiquiátricos, outras deficiências associadas).

O quadro docente efetivo, que havia crescido bastante entre 2014 e 2015, em razão de concursos públicos realizados, apresentou ligeiro decréscimo, devido à aposentadoria de docentes mais antigos após a incorporação de vantagens financeiras relativas ao RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências, definido na Lei 12.772/2012) a seus vencimentos e como efeito dos temores em razão dos debates sobre a Reforma da Previdência. Daí a necessidade temporária de contratação de docentes.

3. ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO QUADRO DOCENTE EFETIVO

Objetivo: mapear o grau de titulação do corpo docente efetivo para orientar ações relativas ao apoio à sua qualificação, na perspectiva da melhoria de seu desempenho pedagógico e da consequente melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos do Colégio.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação das titulações mais elevadas no perfil de qualificação do corpo docente efetivo do CAP-INES.

Equação básica: índice de titulação do corpo docente efetivo é igual a $N \times 0,5 + G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5$ dividido por $N + G + A + E + M + D$, onde N = curso normal; G = graduação; A = aperfeiçoamento; E = especialização; M = mestrado e D = doutorado.

Resultados:

N = 2 x 0,5	G = 8 x 1	A = 2 x 2	E = 55 x 3	M = 59 x 4	D = 22 x 5
N = 1,0	G = 8	A = 4	E = 165	M = 236	D = 110

Equação: $524 / 148 = 3,54$

Análise crítica: Considerando-se que a pontuação mínima esperada seria de 163 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo apenas com Graduação, que é a exigência mínima em concursos para a Educação Básica, Técnica e Tecnológica – e pontuação máxima possível seria de 815 pontos – a totalidade do Quadro Docente efetivo com Doutorado – vemos que o INES vinha avançando ano a ano quanto aos resultados deste indicador de qualificação docente: **60%** da pontuação máxima em 2013, **63,5%** em 2014, **65%** em 2015, **69%** em 2016, mas apresentou pequeno decréscimo em 2017, fechando em **64,3%**. Se o ingresso de docentes surdos nomeados em 2014 e 2015 trouxe ao Instituto, de maneira geral, profissionais em início de atividade e apenas com a titulação mínima exigida para o cargo, por outro lado o mesmo certame trouxe também profissionais com maior titulação – mestrado e doutorado. O apoio previsto no Plano Anual de Capacitação e em seu Programa de Apoio colaborou para o aumento de doutores no quadro. Por outro lado, a perspectiva de incorporação de vantagens relativas à norma que institui o Reconhecimento de Saberes e Competências (Lei 12.772/2012) favoreceu a busca, a partir de 2016, por docentes mais antigos, de títulos acadêmicos passíveis de incorporação, seguida de pedidos de aposentadoria voluntária.

4. RELAÇÃO ENTRE DOCENTES SUBSTITUTOS E NÚMERO TOTAL DE DOCENTES

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento à diretriz governamental e dos órgãos de controle de substituição de terceirizados.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores substitutos em relação ao total de professores do Colégio de Aplicação.

Equação básica: número de professores substitutos dividido pelo número total de professores (efetivos do quadro permanente, mais substitutos, contratados pelo INES ou pelo IFRJ) e multiplicado por 100.

Resultados: Em 2017, tivemos 36 professores substitutos ou temporários (do INES e do IFRJ) para um total de 184 docentes vinculados ao CAP-INES: $36 / 184 = 0,195$ (= 19,5%)

Análise crítica: O INES vinha melhorando continuamente seus resultados nesse indicador, diminuindo a participação de substitutos em relação ao total do quadro docente – em 2013, havia sido de **0,19**, ou seja 19%, em 2014 foi de **0,13**, ou seja, 13%, e em 2015 foi de **0,09**, ou seja 9% – devido ao concurso público aberto por meio do Edital nº 29/2013, por meio do qual foram providas 40 vagas de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em 2014 e 2015. E em 2015, concluíram-se prazos de contratos, o que também concorreu para a melhoria dos resultados na época, conforme previsão em relatório anterior. Já em 2017, a marcha de aposentadorias decorrente da incorporação de vantagens e dos temores quanto à Reforma da Previdência (ver item anterior) acarretou um retorno aos níveis de 2013.

5. TAXA DE PRONTIDÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Objetivo: aferir em que medida os docentes das diferentes etapas da Educação Básica têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue, em atendimento ao disposto no Decreto 5.626, de 2005.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores da Educação Básica do INES habilitados para a educação bilíngue com sujeitos surdos.

Equação básica (deverão ser feitos 4 (quatro) cálculos, um por Etapa de Ensino): número de professores da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio do CAP-INES com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores da respectiva Etapa de Ensino, no CAP-INES.

Resultados: O cálculo foi efetuado considerando-se apenas os professores respondentes de questionário aplicado pela Direção do Colégio. Outras possibilidades de aferição deverão ser consideradas no próximo exercício, dado o fato de que profissionais mais antigos do Instituto dominam bem a Libras pelo tempo de convívio e trabalho com surdos, mas muitos não chegaram a fazer curso de Libras e tampouco obtiveram Certificado de Proficiência. Os resultados por Etapa foram:

Etapa SEDIN: 1,0 (100%)

Etapa CAAF: $2 / 2 = 1,0$ (100%)

Etapa SEF1 (1º segmento): = 1,0 (100%)

Etapa SEFN (Noturno): = 1,0 (100%)

Etapa SEF2 (2º segmento) / SEME: = 1,0 (100%)

Análise crítica: Os resultados demonstram que melhorou o patamar em relação ao exercício anterior. Cabe realçar que o Edital do mais recente concurso público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico valorizou conhecimento prévio da Língua de Sinais. Adicionalmente, cabe informar que todos os profissionais nomeados e empossados a partir de aprovação no referido Concurso ingressaram automaticamente em turma específica do Curso de Libras ofertado pelo próprio Instituto.

6. TAXA DE EVASÃO ESCOLAR

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão escolar com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos de cada etapa da Educação Básica do INES desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados em cada etapa da Educação Básica no ano letivo.

Resultados: O número de alunos desligados ao final do ano letivo = 99. O número de alunos matriculados no ano letivo = 379. Equação: $99 / 379 = 0,26$.

Análise crítica: O resultado de permanência de alunos matriculados vinha oscilando: 86% em 2013, 90% em 2014, 86% em 2015, mas em 2016 e 2017 teve alteração mais expressiva, passando a 81% e a 74%. Os seguintes fatores deverão ser analisados: 1. a situação de vulnerabilidade socioeconômica de parcela considerável das famílias, particularmente a dependência do Benefício de Prestação Continuada – BPC e do Bolsa Família, em especial no contexto de recessão e desemprego; 2. a grande distância entre moradia e escola para a maioria dos alunos. Mas a análise desse dado deve ser feita em conjunto com a variação no *ingresso de alunos*, que tem apresentado decréscimo ano a ano.

7. TAXA DE UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente e docente do CAP INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por eles.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca pelos alunos.

Equação básica: número de acessos à Biblioteca por parte de alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais e do Ensino Médio (SEF2 e SEME) e de docentes desses segmentos em Atividades de Interação com Educandos (acesso = pesquisa em terminais de internet + pesquisa de itens do acervo + empréstimo de itens do acervo) dividido pelo total de alunos SEF2 e SEME + total de docentes SEF2 e SEME.

Resultados e análise crítica: Em 2017, ampliou-se a utilização da Biblioteca pelo CAP-INES, com 18 alunos realizando pesquisas na internet, 21 alunos realizando pesquisa em itens do acervo e 9 alunos realizando 26 empréstimos. Possivelmente, o uso de novas tecnologias pode ter redirecionado as estratégias de pesquisa.

8. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA REFERENCIALIDADE DO INES NA ÁREA DA SURDEZ

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes em Atividades de Interação com Educandos em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do CAP-INES.

Equação básica: Número de docentes em Atividades de Interação com Educandos do Colégio de Aplicação que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano, dividido pelo número de docentes do CAP-INES.

Resultados: Para o cálculo deste Indicador, contabilizamos apenas os docentes efetivos do CAP INES em regência de turma em sala de aula ou em laboratórios e oficinas, que são 120 (cento e vinte). Desses, 36 (vinte e dois) realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento. Equação: $24 / 126 = 0,19$. Em 2017, havia 184 professores designados no Colégio de Aplicação, mas desses, 36 eram professores substitutos (contratados temporariamente do INES) e outros 22 estavam ocupando chefias, em atividades fora de sala de aula (gestão e outras), em licença sem vencimentos e afastados para cursar mestrado ou doutorado. Assim, havia 126 (cento e vinte e seis) docentes concursados do INES regentes efetivos de turma. Sendo assim, vamos incluir no cálculo apenas os professores do quadro permanente em efetiva regência de turma (126).

Foi apurado que existem 24 docentes que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento.

Deste modo, a equação fica: $24 / 126 = 0,19$

Análise crítica: O resultado de 19% indica, a princípio, diminuição no engajamento de docentes do Colégio em atividades ligadas à referencialidade do Instituto na área da surdez e pesquisa e extensão, mas pode estar ligado à marcha de aposentadorias nos dois últimos anos, que retiraram do quadro docentes com larga experiência na área, incluindo assídua participação nas ações de difusão de conhecimentos do INES.

9. ÍNDICE DE TEMPESTIVIDADE NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL INFANTIL

Objetivo: Aferir em que medida o atendimento a crianças surdas na Educação Infantil do INES se realiza no tempo certo em relação à ocorrência da surdez nessas crianças, na perspectiva de orientar ações institucionais e interinstitucionais que, reduzindo tal intervalo, assegurem a tais alunos adequado desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Horizonte: Diminuir progressivamente a diferença entre a idade média de ocorrência da surdez (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) em crianças atendidas na Educação Infantil do INES e a idade média de início do seu atendimento nessa Etapa de Ensino, por parte do Instituto.

Equação básica: Idade média de Início do Atendimento em Educação Infantil - IAEI das crianças matriculadas nessa etapa de ensino no INES menos idade média de Ocorrência (estimada pela família ou clinicamente diagnosticada) da Surdez (de *causa conhecida* – pré-natal, perinatal ou pós-natal – ou *idiopática*) - OS, onde IAEI é obtida pela soma das idades de ingresso de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças e OS é obtida pela soma das idades de ocorrência da surdez de todas as crianças com matrícula ativa na Educação Infantil do INES dividida pelo número dessas crianças, sendo atribuído 0 (zero) ano para os casos individuais de surdez de causa pré-natal ou perinatal.

Obs.: As *causas conhecidas* da surdez podem ser divididas em: **pré-natais** (hereditárias ou relacionadas a doenças adquiridas pela mãe durante a gravidez, tais como rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus, herpes, intoxicações intrauterinas; agentes físicos como raio X, alterações endócrinas como diabetes ou tireóide, ou ainda relacionadas a carências alimentares; **perinatais** (traumatismos obstétricos; anóxia); **pós-natais** (doenças infecciosas; bacterianas – ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe; virais; intoxicações; trauma acústico). A surdez é dita *idiopática* quando sua causa é desconhecida.

Resultados:

A) Idade média de início do atendimento no INES (informações fornecidas pelo SEDIN)

--- soma das idades: 37

--- nº de crianças: 14

--- equação: $37 / 14 = 2,64$

B) Idade média de ocorrência da surdez (1ª audiometria) (informações fornecidas pela DIAU)

--- soma das idades: 08

--- nº de crianças: 14

--- equação: $08 / 14 = 0,57$

Resultado final: A) - B) = 2,64 – 0,57 = 2,07

Análise crítica: Entre 2016 e 2017, houve pequeno aumento (5,8%) na idade média de início de atendimento no INES, tendo havido, porém, sensível redução na idade média de ocorrência da surdez diagnosticada em audiometria. Chama a atenção a elevação na matrícula de crianças surdas na Educação Infantil do INES, de 8 em 2015 e 2016 para 14 em 2017, que pode estar ligada à disseminação da detecção precoce no campo da saúde auditiva. Para o ingresso mais tardio, ainda não há respostas. O Instituto deve apoiar a realização de pesquisas para uma avaliação da realidade da educação infantil e da situação de saúde auditiva de seus alunos para buscar respostas a este indicador.

10. TAXA DE SUCESSO NAS AÇÕES DE PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E A GERAÇÃO DE RENDA

Objetivo: aferir em que medida as ações de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece à comunidade, na perspectiva da promoção do Trabalho Decente, têm possibilitado a permanência e a conclusão com aproveitamento por parte de pessoas surdas adultas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas que concluem com aproveitamento os cursos de preparação para o trabalho e a geração de renda que o INES oferece às pessoas surdas da comunidade.

Equação básica - observação: vínhamos trabalhando com a equação “número de concluintes dos cursos dividido pelo número de ingressantes”, mas optamos por redefinir a abordagem, uma vez que o número de ingressantes pode não refletir a capacidade e a adequação da oferta de vagas em relação à demanda. Assim, propõe-se como nova equação “número de concluintes dividido pelo número de vagas ofertadas”.

Resultados: Em 2017, houve 100 vagas em 14 cursos diferentes (artesanato com material reaproveitável; manicure e pedicure; pintura em tecido; aplicações e bordados, etc.) e 85 concluintes. Portanto, 85% foi o resultado da taxa de sucesso nessas ações.

Análise crítica: consideramos positivos os resultados, mas realçamos a necessidade de a Instituição buscar parcerias que possibilitem às pessoas surdas o acesso a efetiva profissionalização, por exemplo, com institutos federais e escolas técnicas do Sistema S.

11. ÍNDICE DE EFETIVIDADE NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO DECENTE

Objetivo: aferir em que medida as oportunidades de acesso ao Trabalho Decente às quais o INES encaminha pessoas surdas cadastradas – via treinamento em serviço ou participação em processo seletivo, em empresas têm se traduzido em contrato de aprendizagem ou contrato de trabalho firmado entre essas pessoas e as empresas ofertantes das vagas.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de pessoas surdas com mais de 14 anos de idade e cadastradas pelo INES que, por meio do acesso a treinamento em serviço em empresas e de participação em processo seletivo realizado por empresas alcançaram efetiva inserção em Trabalho Decente.

Equação básica: número de pessoas Surdas ingressantes em Trabalho Decente - STD, onde STD equivale ao resultado da soma de contratos individuais de aprendizagem ou de trabalho firmados, dividido pelo número de Oportunidades de Acesso ao Trabalho tornadas disponíveis pelo INES - OAT, onde OAT compreende A (vagas de treinamento em serviço em empresas) + B (participação em processo seletivo em empresas).

Observação: Os postulados da Organização Internacional do Trabalho relativos ao Trabalho Decente foram adotados pelo Governo do Brasil ao assinar Memorando de Entendimento com aquela Organização em 2003. No documento *Dimensão tática: programas temáticos*, do PPA 2011-2015, está registrado que:

Os desafios da inserção social e do acesso ao trabalho não serão totalmente superados se as formas de trabalho não contemplarem a dignidade e o respeito ao cidadão, o que se traduz em um **trabalho decente** e com qualidade, entendido como aquele adequadamente remunerado, exercido em conformidade com os marcos regulatórios trabalhista e previdenciário, em condições de equidade e segurança, capaz de garantir vida digna a trabalhadores e suas famílias. (...) [No período abarcado pelo PPA, o Brasil deverá promover] um diálogo entre setor público e privado, além da sociedade civil, em favor de um modelo de gestão que atribua ao trabalho e ao emprego, em suas mais variadas vertentes e as diversas formas de inserção produtiva, a condição de valor central (...) [incluindo] a oferta de cursos de qualificação social e profissional, **priorizando** [entre outros segmentos] as **pessoas com deficiência**. (BRASIL, 2012)

Resultados: Em 2016, houve 225 oportunidades de acesso ao trabalho, que compreendem (A) vagas de treinamento em serviço em empresas + (B) vagas em processo seletivo em empresas. Dessas vagas, 132 foram preenchidas. Equação: $132 / 225 = 58,6\%$

Análise crítica: O resultado de quase 60% de efetivações no trabalho de pessoas surdas encaminhadas pelo INES em relação às vagas disponibilizadas é bastante positivo, aliado ao fato de que mais que dobrou – de 15 para 35 – o número de empresas ofertantes de vagas, nos mais diversos ramos de atividade econômica.

Indicadores - Ensino Superior

QUADRO V – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS					
	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Professores Equivalentes	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	238	231	229	200	201	206
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Alunos de Residência Médica (AR)	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	NA	NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

QUADRO VI – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N.º 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS					
	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Professor		NA	NA	NA	NA	NA

Equivalente						
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU		NA	NA	NA	NA	NA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU		NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente		NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Participação Estudantil (GPE)		NA	NA	NA	NA	NA
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)		NA	NA	NA	NA	NA
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação		NA	NA	NA	NA	NA
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,5	4,6	4,5	4,6	4,4	3,51
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)		NA	NA	NA	NA	NA

NA – Não se Aplica.

Em 2019, contou-se com 44 (quarenta e um) docentes em atuação nos Cursos de Graduação nas modalidades presencial e semipresencial, sendo 36 Doutores, 5 Mestres e 3 Especialistas. Aplicando-se a fórmula do Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD, temos: $[5 \times 36 + 3 \times 5 + 2 \times 3] \div [36 + 5 + 3] = [180 + 15 + 6] \div [44] = [201] \div [44] = 4,565$. Resultado: o ICQD do Curso Bílingue de Pedagogia do INES foi de **4,5**.

1. RELAÇÃO CANDIDATO / VAGA

Equação básica: relação candidato / vaga é igual ao número de candidatos em processo seletivo para ingresso no curso de graduação em Pedagogia dividido pelo número de vagas ofertadas pelo INES para o referido curso no ano letivo. **Cálculo: 238 / 60**

Resultado: Relação Candidato/Vaga						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
3,96	5,45	5,71	5,71	6,35	6,06	5

Análise crítica: O desenvolvimento do Curso, sua divulgação (na rede pública de ensino, na internet, nas redes sociais e nos movimentos surdos) e a inserção de egressos têm contribuído para que se mantenha regular a demanda. Demonstra-se o acerto da definição de turnos Manhã e Noite (anteriormente, Tarde e Noite), estabelecidos para atender à situação do aluno trabalhador.

2. RELAÇÃO ALUNOS / DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL

Objetivo: aferir em que medida os alunos do Ensino Superior do INES contam com um quadro permanente de professores dedicado ao ensino.

Horizonte: ampliar progressivamente a participação de docentes em tempo integral na oferta de Ensino Superior pelo INES.

Equação básica: a relação alunos / docente em tempo integral é igual ao número de alunos matriculados dividido pelo número de docentes.

Obs.: contabiliza-se 1,0 (um) por docente em jornada de 40 (quarenta) horas e 0,5 (zero vírgula cinco) por docente em jornada de 20 (vinte) horas.

Cálculo: $238 / 44 = 5,63$

Resultado: Relação Aluno/Docente em tempo integral						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
5,40	5,63	6,54	5,12	5,02	5,56	10,69

Análise crítica: A demanda pelo Curso de Pedagogia cresceu e se mantém estável. Ao mesmo tempo, muitos alunos concluíram e apresentaram suas monografias, alcançando a formatura e a colação de grau. Nos últimos anos, houve ampliação expressiva do número de professores(as) efetivos(as), com boa titulação e todos(as) em regime de dedicação exclusiva, nomeados(as) a partir da aprovação em concurso público de provas e títulos.

3. RELAÇÃO ENTRE DOCENTES TEMPORÁRIOS E NÚMERO TOTAL DE DOCENTES

Objetivo: aferir em que medida o Instituto está conseguindo implementar a diretriz de prover os cargos docentes por meio de concurso público, também em atendimento às diretrizes governamentais e dos órgãos de controle.

Horizonte: diminuir progressivamente o percentual de participação de professores temporários em relação ao total de professores do Ensino Superior do INES.

Equação básica: número de professores temporários dividido pelo número total de professores.

Resultado: Relação Docentes substitutos/total de docentes						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,57

Análise crítica: O resultado positivo nos últimos quatro anos foi impulsionado pela nomeação, em 2014 e 2015, de professores efetivos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 29/2013.

4. TAXA DE PRONTIDÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Objetivo: aferir em que medida os docentes da graduação ofertada pelo INES têm conhecimentos da Língua de Sinais que os habilitem para uma relação pedagógica bilíngue.

Horizonte: ampliar gradativamente, por meio de políticas de incentivo, o percentual de professores habilitados para a educação em contexto bilíngue com sujeitos surdos e não-surdos.

Equação básica: número de professores do Ensino Superior do INES (graduação) com curso completo de Língua de Sinais **ou** com proficiência atestada pelo Exame Nacional PROLIBRAS dividido pelo número total de professores do Ensino Superior do INES (graduação).

Resultado: Taxa de prontidão docente para educação bilíngue						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
1,0	1,00	1,00	1,00	0,55	0,16	0,24

Análise crítica: Foram alcançados os objetivos de prontidão para o ensino bilíngue, relacionados a dois fatos: primeiro, as nomeações, em 2014 e 2015, de docentes efetivos aprovados no Concurso regido pelo Edital nº 29/2013, que valorizava o conhecimento da Libras e a experiência de trabalho com surdos; segundo, o cumprimento da exigência de que todos os docentes devem participar do curso de Libras ofertado pelo INES.

5. TAXA DE SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR

Objetivo: aferir em que medida a formação inicial desenvolvida pelo INES possibilita que os ingressantes no Ensino Superior do Instituto completem os estudos no respectivo tempo recomendado.

Horizonte: ampliar progressivamente a proporção de alunos que concluem no prazo recomendado o curso de graduação INES em que se matricularam.

Equação básica: número de concluintes de graduação dividido pelo número de ingressantes 4 (quatro) anos antes.

Resultado: Houve 11 concluintes de graduação em 2019 para 67 ingressantes em 2014 (para o período 2016-2019, quatro anos de tempo previsto para realização do curso). Sendo assim, temos $11 / 67 = 0,4\%$.

Resultado: Taxa de sucesso no Ensino Superior						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
0,16	0,4	0,38	0,55	0,64	0,73	1,2

Análise crítica: Alguns fatores interferem nos resultado deste Indicador, como as dificuldades enfrentadas por alunos surdos na elaboração de suas monografias, a estruturação de recursos tecnológicos e humanos para registro filmado de apresentação em LIBRAS, e os trancamentos de matrícula motivados principalmente por questões de trabalho ou de vulnerabilidade socioeconômica. O INES vem investindo em ações que deverão melhorar esses resultados: geração de material de apoio acadêmico (resenhas) em LIBRAS; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); elaboração de livro acadêmico em LIBRAS; criação e publicação de um Manual para a Elaboração de Monografias em Libras; mudança dos turnos em que se desenvolve o Curso, etc. Observamos também um movimento de evasão e reingresso, relacionado à recessão e ao desemprego nos últimos anos.

6. TAXA DE EVASÃO

Objetivo: dimensionar o fenômeno da evasão com vistas a gerar intervenções que apoiem a permanência do aluno, do ponto de vista do atendimento em serviço social, psicológico, de apoio pedagógico, de assistência estudantil, etc.

Horizonte: diminuir gradativamente o fenômeno da evasão, por meio de políticas de apoio à família e ao aluno.

Equação básica: número de alunos do Ensino Superior INES (graduação) desligados ao final do ano letivo dividido pelo número de alunos matriculados na graduação INES no início do ano letivo.

Resultado: Houve 23 desligamentos em 2018, para 238 matrículas no ano letivo (ativas e trancadas). Sendo assim, temos $23 / 238 = 0,09$

Resultado: Taxa de Evasão						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
0,09	0,10	0,10	0,09	0,21	0,16	0,21

Análise crítica: Houve sensível melhoria em relação à evasão, possivelmente relacionada às mudanças e aos apoios efetivados – geração de material de apoio acadêmico (resenhas, manual para elaboração de monografias) em Libras; construção de glossário de sinais relacionados aos principais conceitos trabalhados no Curso de Pedagogia (projeto Manuário Acadêmico); ajuste de horários de oferta do curso para atender à condição do(a) aluno(a) trabalhador(a); qualificação do corpo docente, etc.

7. TAXA DE UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DO INES

Objetivo: aferir em que medida o acervo bibliográfico disponibilizado ao corpo discente do INES vem sendo apropriado nos processos de ensino e aprendizagem por docentes e discentes da Educação Superior do Instituto.

Horizonte: ampliar gradativamente a utilização da Biblioteca Especializada Vicente Penido Burnier pelos alunos e professores da Educação Superior do Instituto.

Equação básica: número de acessos (incluindo 5 situações: pesquisa bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; frequência do usuário; consulta ao acervo e empréstimo de materiais) de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação) dividido pelo total de alunos e professores do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Não foi possível calcular esse indicador em 2019.

Taxa de utilização da biblioteca do INES							
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012
-	-	15,46	9,13	10,03	3,90	3,74	1,71

Análise crítica: Os alunos têm utilizado com frequência cada vez maior a Biblioteca e o resultado é bastante positivo. Medida a ser adotada, em conformidade com o PDI, é a aprovação de uma Política de Acervo e a constituição de uma Comissão responsável pela avaliação e aquisição de acervo.

8. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA REFERENCIALIDADE DO INES NA ÁREA DA SURDEZ

Objetivo: Dimensionar a participação dos docentes do Ensino Superior do INES em ações de pesquisa e extensão concernentes ao papel do Instituto como Centro de Referência Nacional na Área da Surdez.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de docentes que atuam também na produção e difusão de conhecimento em relação ao conjunto de docentes do Ensino Superior INES.

Equação básica: Número de docentes da Educação Superior INES (graduação e pós-graduação) que realizaram pelo menos uma ação relacionada à produção ou difusão de conhecimento no ano dividido pelo número de docentes do Ensino Superior INES (graduação e pós-graduação).

Observação: Para todos os fins de cálculo, docentes que ministrem aulas tanto na graduação quanto na pós deverão ser contabilizados apenas uma vez.

Resultado: Taxa de participação docente na referencialidade do INES na área da surdez						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013

1,0	1,00	1,00	0,38	0,15	0,13	0,82
-----	------	------	------	------	------	------

Análise crítica: O resultado anterior (2014 e 2015) explicava-se pelo ingresso de um número elevado de novos docentes via Concurso Público nesses anos, que tiveram que construir uma experiência para ter condições de atuar na difusão de conhecimento na área da surdez e, em 2016, passaram também, como os mais experientes, a ter uma atuação desse tipo. Em 2017, 2018 e 2019, todos os docentes contribuíram na realização da missão do INES como centro de referência na área da surdez.

9. TAXA DE PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR EM ATIVIDADES DE MONITORIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Objetivo: Dimensionar o grau de envolvimento dos discentes do Ensino Superior INES (graduação) nas atividades de monitoria e iniciação científica.

Horizonte: Ampliar progressivamente a participação de alunos em ações de monitoria/extensão e iniciação científica, para o aperfeiçoamento de sua formação e ampliação de horizontes de inserção futura na vida acadêmica – na docência, na pesquisa ou em ambas.

Equação básica: Número de alunos de graduação que participaram de atividades de iniciação científica ou monitoria no ano letivo dividido pelo número de alunos de graduação INES habilitados, nos termos das normas vigentes, a participar de tais atividades.

Resultado: Houve participação de 37 alunos de graduação em atividades de I.C. ou Monitoria/Extensão para 127 alunos habilitados (matrículas ativas menos alunos de último período, conforme normas vigentes, bem como alunos que apenas estão cursando dependência). Resultado $35 / 116 = 0,30$.

Resultado: Taxa de participação de alunos do Ensino Superior em atividades de monitoria e iniciação científica						
2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013

-	0,30	0,27	0,25	0,13	0,03	0,03
---	------	------	------	------	------	------

Análise crítica: A instalação dos programas de apoio é recente, mas já está alavancando uma significativa participação de alunos, com 23 bolsistas de iniciação científica e 14 de monitoria/extensão, ao longo de 2018, 30% dos alunos habilitados. Não foi possível calcular para 2019.

10. AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DO INES SEGUNDO EGRESSOS

Objetivo: aferir a adequação da proposta curricular e das competências construídas no curso de graduação em Pedagogia do INES em relação à empregabilidade e às habilidades e competências requeridas no exercício profissional com base na percepção de seus egressos, como um balizamento para intervenções que se mostrem necessárias em termos de: currículo; planos de ensino; metodologias; perfil / qualificação do corpo docente; prontidão para a educação bilíngue; recursos didáticos, etc.

Horizonte: ampliar gradativamente a percepção positiva por parte dos egressos por meio de ações que aperfeiçoem o planejamento e desenvolvimento do curso de Pedagogia do INES.

Equação básica: percentuais médios obtidos a partir do posicionamento de egressos com respeito a afirmações sobre o curso bilíngue de graduação em Pedagogia do INES:

Com relação ao curso de Pedagogia do INES, de que você participou, expresse sua opinião com base em sua trajetória no curso e posterior inserção (ou não) no trabalho:

1. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram ótimas condições de empregabilidade e foram fundamentais para que eu alcançasse uma excelente inserção profissional, mostrando-se altamente relevantes para um exercício profissional competente.

() concorda totalmente

() concorda

- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

2. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram boas condições de empregabilidade, foram importantes para que eu alcançasse uma boa inserção profissional e se mostraram em boa medida condizentes com o que é requerido para um bom exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

3. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram razoáveis condições de empregabilidade e contribuíram para minha inserção no trabalho, mostrando-se adequados ao que é requerido no exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda
- discorda totalmente

4. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, me asseguraram pouca condição de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se aquém do que é requerido para o exercício profissional.

- concorda totalmente
- concorda
- é indiferente ou neutro
- discorda

discorda totalmente

5. Os conhecimentos, assim como as competências e habilidades construídas ao longo do curso, não me asseguraram condições de empregabilidade e inserção profissional, mostrando-se incompatíveis ou insuficientes em relação ao que é requerido para o exercício profissional.

concorda totalmente

concorda

é indiferente ou neutro

discorda

discorda totalmente

Análise crítica: Encontra-se em pauta a formulação de uma Política de Acompanhamento de Egressos, que dará origem a uma sistemática de gestão da informação capaz de nutrir com dados o correspondente indicador. Desde 2017, realiza-se projeto de pesquisa sobre egressos, coordenado pelo Professor Dr. Ricardo Janoário, do DESU.

*Informações orçamentárias,
financeiras e contábeis*

Desempenho orçamentário

Análise situacional - orçamento

Em 2019, o orçamento do INES, aprovado na LOA e somado aos créditos suplementares, totalizou um montante de R\$ 150.231.768,00 (cento e cinquenta milhões, duzentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e oito reais), valor para custear as despesas correntes, pessoal e encargos sociais e de capital, com um aumento de aproximadamente 2,79% em relação ao orçamento do exercício de 2018. Deste montante, R\$ 113.725.423,69 (cento e treze milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos) foram empenhados com Pessoal Ativo, Inativo e Encargos Sociais; R\$ 4.557.207,41 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e sete reais e quarenta e um centavos) com Benefícios; R\$ 25.504.532,41 (vinte e cinco milhões, quinhentos e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos) com outras despesas correntes e R\$ 991.527,51 (novecentos e noventa e um mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos) com investimentos.

A dotação inicial proposta no PLOA e aprovada na LOA para Despesas com Pessoal e Encargos Sociais foi de R\$ 110.590.298,00, que comprovadamente não foi suficiente para custeá-las, devido ao acréscimo de despesas ao longo do exercício decorrente do aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, despesas de exercícios anteriores, RSC, etc.), demandando um acréscimo de aproximadamente 4,91%, tornando-se necessário gerar um crédito suplementar de R\$ 5.433.342,00.

Comparando o Orçamento de Pessoal e Encargos Sociais do ano de 2019 com o de 2018, houve um aumento de aproximadamente 4,15% (R\$ 4.628.064,00), ocasionado pelo pagamento de exercícios anteriores na ordem de R\$ 373.898,53 para pessoal ativo, inativo e pensionista; do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) aos docentes, e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional, etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários através da Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para os docentes.

Quanto ao orçamento de outras despesas correntes e capital houve uma redução do orçamento do exercício de 2019 para 2018, no valor de R\$ 2.791.750,47, em aproximadamente 9,07%.

Analisando os quadros detalhados, podemos concluir que a dotação orçamentária atribuída ao INES ofereceu plenas condições de realização das atividades definidas para o período, não havendo registro de fatores intervenientes no desempenho orçamentário de 2019.

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de Despesa	Exercicio	Natureza Despesa	2019				2018				
			DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	319000	APLICACOES DIRETAS	(3.912.445,57)	5.433.342,00	1.520.896,43		(5.650.613,09)	5.953.316,00	302.702,91	
		319001	APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	47.700.060,09		47.700.060,09	47.700.060,09	45.621.870,09		45.621.870,09	45.621.870,09
		319003	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	9.420.466,22		9.420.466,22	9.420.466,22	9.583.791,85		9.583.791,85	9.583.791,85
		319004	CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	1.496.553,74		1.496.553,74	1.496.553,74	1.438.049,68		1.438.049,68	1.438.049,68
		319007	CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	165.926,81		165.926,81	165.926,81	132.788,99		132.788,99	132.788,99
		319011	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	45.608.489,60		45.608.489,60	45.608.489,60	44.219.415,20		44.219.415,20	44.219.415,20
		319016	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	26.393,08		26.393,08	26.393,08	43.457,61		43.457,61	43.457,61
		319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	34.594,47		34.594,47	34.594,47	46.125,96		46.125,96	46.125,96
		319092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	373.898,53		373.898,53	373.898,53	66.375,79		66.375,79	66.375,79
		319096	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	64.537,12		64.537,12	64.537,12	56.518,92		56.518,92	56.518,92
		319100	APLICACOES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS	777.319,88		777.319,88		630.806,81		630.806,81	
		319113	OBRIGACOES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTARIAS	8.834.504,03		8.834.504,03	8.834.504,03	9.253.672,19		9.253.672,19	9.253.672,19
		SUB TOTAL PESSOAL E ENCARGOS			110.590.298,00	5.433.342,00	116.023.640,00	113.725.423,69	105.442.260,00	5.953.316,00	111.395.576,00
2	BENEFÍCIOS	339000	APLICACOES DIRETAS	1.584.921,93	73.684,00	1.658.605,93		352.636,88	115.034,00	467.670,88	
		339004	CONT. TEMPO DETERMINADO Aux. Alim, Transp, Aux. creche	308.725,66		308.725,66	308.725,66	271.207,59		271.207,59	271.207,59
		339008	OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR	325.334,00		325.334,00	325.334,00	297.497,37		297.497,37	297.497,37
		339046	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO Serv.	2.181.019,78		2.181.019,78	2.181.019,78	2.224.376,98		2.224.376,98	2.224.376,98
		339049	AUXILIO-TRANSPORTE Servidor	818.449,73		818.449,73	818.449,73	820.281,71		820.281,71	820.281,71
		339092	DESP. EXERC. ANTERIORES - Assist. Médica e Aux. Transp.	22.589,33		22.589,33	22.589,33	22.138,82		22.138,82	22.138,82
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES - ASSIST. MED.	891.638,14		891.638,14	891.638,14	936.301,99		936.301,99	936.301,99
		339096	RESSARC. DE DESP. PES. REQUISITADO-AUX. ALIM.	9.450,77		9.450,77	9.450,77	12.346,53		12.346,53	12.346,53
SUB TOTAL BENEFÍCIOS			6.142.129,34	73.684,00	6.215.813,34	4.557.207,41	4.936.787,87	115.034,00	5.051.821,87	4.584.150,99	
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	126.659,22		126.659,22	138.386,70	177.564,08		177.564,08	230.546,33
		339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	157.796,85		157.796,85	157.796,85	168.253,31		168.253,31	168.253,31
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	1.578.693,71		1.578.693,71	1.518.280,59	1.087.315,43		1.087.315,43	1.013.863,15
		339032	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA				32.704,00				34.034,00
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	355.450,33		355.450,33	386.734,38	319.627,07		319.627,07	366.963,62
		339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	347.128,73		347.128,73	337.044,07	262.824,15		262.824,15	262.451,24
		339037	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	6.212.614,35		6.212.614,35	6.057.614,35	6.610.430,72		6.610.430,72	6.386.772,72
		339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13.415.783,34		13.415.783,34	13.320.783,34	14.763.990,97		14.763.990,97	14.822.796,01
		339040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	3.329.551,44		3.329.551,44	3.329.551,44	4.808.140,47		4.808.140,47	4.808.140,47
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	13.728,48		13.728,48	13.728,48	10.214,34		10.214,34	10.214,34
		339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	27.237,20		27.237,20	27.237,20	1.446,72		1.446,72	
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	116.671,01		116.671,01	116.671,01	63.257,87		63.257,87	63.257,87
		339100	APLICACOES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS	118.000,00		118.000,00		124.152,00		124.152,00	
339139	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	68.000,00		68.000,00	68.000,00	61.848,00		61.848,00	61.848,00		
SUB TOTAL OUTRAS DESP. CORRENTES			25.867.314,66	0,00	25.867.314,66	25.504.532,41	28.459.065,13	0,00	28.459.065,13	28.229.141,06	
4	INVESTIMENTOS	449000	APLICACOES DIRETAS	1.133.472,49		1.133.472,49		1.084.614,07		469,07	
		449040	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	300,00		300,00	300,00	2.000,00		2.000,00	2.000,00
		449051	OBRAS E INSTALACOES					44.100,00		44.100,00	44.100,00
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	991.227,51		991.227,51	991.227,51	1.194.285,93		1.194.285,93	1.194.285,93
		SUB TOTAL INVESTIMENTOS			2.125.000,00	0,00	2.125.000,00	991.527,51	2.325.000,00	0,00	1.240.855,00
TOTAL			144.724.742,00	5.507.026,00	150.231.768,00	144.778.691,02	141.163.113,00	6.068.350,00	146.147.318,00	144.515.744,26	

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 25/06/2020

Despesas por grupo e natureza de despesa

Quanto às Despesas por Grupo e Elemento de Despesa, dos Créditos Originários da Unidade, neste quadro podemos verificar que aquelas relacionadas à área de pessoal têm maior relevância.

No exercício de 2019, o aumento da folha ocorreu pelo pagamento do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) e pelo aumento vegetativo (promoções, progressões por capacitação profissional e etc...), instituído pelo Plano de Cargos e Salários - Lei n.º 11.784, de 22/09/2008, e alterações posteriores, tanto para técnicos administrativos como para docentes, bem como pela passagem de ativos para a inatividade.

Quanto às Outras Despesas Correntes, o valor total empenhando teve uma redução de 9,65%, comparando-se com o exercício de 2018. A maior despesa ocorreu na natureza de despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, com a empresa Roquete Pinto, na prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão web-tv, no valor de R\$ 9.095.690,36.

Quanto à natureza de despesa 33.90.37 - Locação de mão-de-obra, esta unidade visa a suprir a deficiência de pessoal na área meio, onde se encontra a maior concentração de cargos em extinção - pedreiro, carpinteiro, bombeiro, porteiro, motorista, vigilante, recepcionista, cozinheiro, profissionais da área de áudio e vídeo, etc., sem os quais não seria possível manter a Unidade funcionando.

Quanto à natureza de despesa 33.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ a maior despesa foi com a empresa MSTECH, com a continuidade dos serviços de implantação do software para desenvolvimento de material didático online, bem como serviços técnicos para disponibilização, administração, operação e suporte para hospedagem de computação em nuvem para software de gerenciamento dos processos acadêmicos e pedagógicos com aderência a ambiente virtual de aprendizagem, a serem utilizados no Curso de Pedagogia Bilíngue à Distância do INES, no valor de R\$ 2.300.465,61.

Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

14/2020

UG Executora		Ano de inscrição	(a) Restos a Pagar Processados - Montante em 1º de janeiro	(b) Restos a Pagar Processados - Pagos	(d) Restos a Pagar Processados - Saldo a pagar 31/12	(e) Restos a Pagar Não Processados - Montante em 1º de janeiro	(f) Restos a Pagar Não Processados - Liquidados	(g) Restos a Pagar Não Processados - Pagos	(h) Restos a Pagar Não Processados - Cancelados	(i) Restos a Pagar Não Processados - Saldo a pagar 31/12
152005	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS RJ	2018	8.409.657,77	8.409.657,77	0,00	14.037.832,37	11.694.559,51	11.694.559,51	449.364,71	1.893.908,15
		2017				74.390,00	11.240,00	11.240,00	63.150,00	0,00
		2015				38.516,94			38.516,94	0,00
		2014				28.886,25			28.886,25	0,00
		2013				304.025,52			304.025,52	0,00
	Total	8.409.657,77	8.409.657,77	0,00	14.483.651,08	11.705.799,51	11.705.799,51	883.943,42	1.893.908,15	

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 25/06/2020

Análise crítica

De acordo com o art. 36 da Lei 4.320, de 17/03/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Entendem-se como *Restos a Pagar Processados* as despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como os compromissos do Poder Público de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Já os *Restos a Pagar Não Processados* são as despesas legalmente empenhadas que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, aquelas em que não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho.

A inscrição de *Restos a Pagar Não Processados* no INES deve se basear na análise prévia dos saldos de empenhos pelas áreas envolvidas com a execução orçamentária, de modo a dar suporte ao ordenador para autorizar suas inscrições ou cancelamentos. Durante o exercício financeiro subsequente, são levantados os valores de Restos a Pagar pendentes de liquidação e/ou pagamento e, de acordo com a análise prévia da condição de cada empenho, os mesmos são encaminhados aos Departamentos para manifestação sobre o pagamento ou cancelamento.

Quanto ao pagamento de despesas inscritas em *Restos a Pagar*, sejam *Processadas* ou *Não Processadas*, o mesmo deverá ser feito no ano seguinte ao da sua inscrição, porém esse prazo poderá ser postergado por meio de Decreto Presidencial. Em 23 de dezembro de 2011 foi publicado o Decreto 7.654, que atualizou a legislação de restos a pagar e estabeleceu que a inscrição de despesas com restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho dependerá da observância das seguintes condições: a inscrição ficará condicionada à indicação pelo ordenador da despesa; os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.

As áreas envolvidas no processo de execução de despesas recebem relatórios com a identificação dos empenhos que se encontram com saldo e, a partir de suas análises, já estão solicitando o cancelamento dos empenhos que não mais serão executados, reduzindo assim a necessidade financeira de nossa instituição.

Na conta *Restos a Pagar Não Processados* inscritos em *Exercícios Anteriores*, o Instituto movimentou o montante de R\$ 14.483.651,08, dos quais o valor de R\$ 883.943,42 foi cancelado e o valor de R\$ 11.705.799,51 foi liquidado e pago, ficando o valor de R\$ 1.893.908,15 como saldo a pagar para o exercício de 2020.

Verificamos também que não houve impacto na gestão financeira da Unidade no exercício de 2019, decorrente do pagamento de Restos a Pagar. No ano de 2019, a permanência de saldo em Restos a Pagar de mais de um exercício financeiro refere-se a:

- 2013: valor cancelado, referente a contrato rescindido unilateralmente;
- 2014 : valor cancelado, referente a serviço executado e não faturado;
- 2015: valor cancelado, referente a serviços executados e não faturados;
- 2017: valor de R\$ 63.150,00, cancelado, sendo executado o valor de R\$ 11.240,00.
- 2018 - serviços que estão sendo executados dentro da vigência do contrato. O maior saldo em restos a pagar não processado, no valor de R\$ 875.479,54, em 31/12/2019, representa 46,23%, vinculado à Empresa MSTECH, que está dando continuidade a implantação de um software para desenvolvimento de material didático online, bem como serviços técnicos para disponibilização, administração, operação e suporte para hospedagem de computação em nuvem para software de gerenciamento dos processos acadêmicos e pedagógicos com aderência a ambiente virtual de aprendizagem, a serem utilizados no Curso de Pedagogia Bilingue à Distância do INES. Este contrato está sendo executado por etapas. O segundo valor mais expressivo, de R\$ 768.491,45, representa 40,58%, vinculado à Empresa WALL STREET VIDEO TECNOLOGIA EIRELI, que está substituindo todo o sistema de cabeamento de telecomunicações do INES.

Durante todo o exercício de 2019 houve atuação e cobrança da área financeira junto aos setores responsáveis com o objetivo de orientar quanto aos prazos de entrega desses materiais e/ou serviços contratados, visando a um controle permanente dos Restos a Pagar.

Exercício		2019		2018		2019		2018	
Modalidade de Licitação		Despesa executada	%	Despesa executada	%	Despesa paga	%	Despesa paga	%
04	CONCORRENCIA	2.300.465,61	1,59%	2.300.465,61	1,59%		0,00%		0,00%
06	DISPENSA DE LICITACAO	10.250.194,77	7,08%	11.259.775,58	7,79%	1.463.411,74	1,19%	3.246.502,58	2,66%
07	INEXIGIBILIDADE	890.416,99	0,62%	871.292,59	0,60%	769.499,35	0,62%	707.558,30	0,58%
08	NAO SE APLICA	119.073.495,41	82,25%	115.786.052,74	80,12%	110.659.585,70	89,85%	107.375.194,97	87,96%
12	PREGAO	12.264.118,24	8,47%	14.298.157,74	9,89%	10.266.732,30	8,34%	10.738.998,27	8,80%
Total		144.778.691,02	100,00%	144.515.744,26	100,00%	123.159.229,09	100,00%	122.068.254,12	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em, 25/06/2020

Análise crítica

Nas Despesas realizadas via Modalidade de Contratação dos Créditos Originários, poderemos verificar que esta Unidade tem optado, cada vez mais, pela modalidade do *Pregão Eletrônico*, sendo esta a mais utilizada para as contratações em 2019.

Quanto às Contratações Diretas, por meio de Dispensas e Inexigibilidades, muitas delas não podem ser alteradas, uma vez que suas maiores incidências se referem aos serviços essenciais à manutenção da Unidade e envolvem concessionárias de serviços públicos ou órgãos governamentais, tais como: luz, gás, água e tratamento de esgoto, serviços de publicações em Diário Oficial da União e serviços de Correios. Além destes, destaca-se o contrato firmado com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, para prestação de serviços de transmissão, exibição, operação, monitoramento, controle, programação e produção de programas de televisão por web – TV INES (Inter programas, chamadas, vinhetas, reportagens, matérias especiais, gravações externas e em estúdio e recuperação de acervos), desenvolvimento, manutenção, atualização e hospedagem de aplicativos para dispositivos móveis, ininterruptamente, para todo o território nacional, no valor de R\$ 9.095.690,36.

Desempenho financeiro e informações contábeis

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil do INES, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

Base para elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do INES são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*): NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções). Foram elaboradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Balanco patrimonial

ATIVO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	11.481.761,77	10.931.264,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.984.038,08	8.624.435,41
Créditos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	656.219,21	440.623,70
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		
Estoques	1.841.504,48	1.866.205,16
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		
VPDs Pagas Antecipadamente		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	197.190.787,64	197.914.592,91
Ativo Realizável a Longo Prazo		
Estoques		
Investimentos		
Participações Permanentes		
Propriedades para Investimento		
Propriedades para Investimento		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		
Demais Investimentos Permanentes		
Demais Investimentos Permanentes		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		
Imobilizado	192.850.090,11	193.574.195,38
Bens Móveis	16.059.288,05	15.326.872,05
Bens Móveis	16.529.060,15	15.796.644,15
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-469.772,10	-469.772,10
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		
Bens Imóveis	176.790.802,06	178.247.323,33
Bens Imóveis	180.209.031,88	180.201.975,88
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.418.229,82	-1.954.652,55
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		
Intangível	4.340.697,53	4.340.397,53
Softwares	4.340.697,53	4.340.397,53
Softwares	4.340.697,53	4.340.397,53
(-) Amortização Acumulada de Softwares		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		
Direitos de Uso de Imóveis		
Direitos de Uso de Imóveis		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		
Diferido		
TOTAL DO ATIVO	208.672.549,41	208.845.857,18

Fonte: Siafi web 2019.

Em: 26/06/2020

PASSIVO	2019	2018
PASSIVO CIRCULANTE	8.793.117,58	8.409.657,77
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	7.732.883,96	7.757.647,93
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Obrigações de Repartição a Outros Entes		
Provisões a Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.060.233,62	652.009,84
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Provisões a Longo Prazo		
Demais Obrigações a Longo Prazo		
Resultado Diferido		
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	8.793.117,58	8.409.657,77
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	199.879.431,83	200.436.199,41
Resultado do Exercício	-556.767,58	-6.551.144,61
Resultados de Exercícios Anteriores	200.436.199,41	207.019.223,09
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	199.879.431,83	200.436.199,41
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	208.672.549,41	208.845.857,18

Fonte: Siafi web 2019.

Em: 26/06/2020

SALDO PATRIMONIAL

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO	8.984.038,08	8.624.435,41	PASSIVO FINANCEIRO	23.513.370,08	22.893.308,85
ATIVO PERMANENTE	199.688.511,33	200.221.421,77	PASSIVO PERMANENTE	379.207,87	
			SALDO PATRIMONIAL	184.779.971,46	185.952.548,33

Fonte: Siafi web 2019

Em: 26/06/2020

ATOS POTENCIAIS ATIVO

ATIVO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.145.526,63	2.397.506,16
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.145.526,63	2.397.506,16
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	2.145.526,63	2.397.506,16
Direitos Contratuais a Executar		
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		
TOTAL	2.145.526,63	2.397.506,16

Fonte: Siafi web 2019

Em: 26/06/2020

ATOS POTENCIAIS PASSIVO

PASSIVO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	21.280.927,20	18.824.199,57
Execução dos Atos Potenciais Passivos	21.280.927,20	18.824.199,57
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	2.610.000,00	2.766.060,20
Obrigações Contratuais a Executar	18.670.927,20	16.058.139,37
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		
TOTAL	21.280.927,20	18.824.199,57

Fonte: Siafi web 2019

Em: 26/06/2020

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-14.529.332,00
Recursos Vinculados	
Previdência Social (RPPS)	
TOTAL	-14.529.332,00

Fonte: Siafi web 2019.

Em: 26/06/2020

Apresentamos a seguir as notas correspondentes a esses quadros.

Notas explicativas

Caixa e equivalentes de caixa

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil para atender às despesas está registrado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que contém o montante/limite à disposição dos órgãos (inclusive, os valores decorrentes de arrecadação própria). O total da conta Caixa é apresentado no **Balanco Patrimonial**, no **Balanco Financeiro** (do lado dos Dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na **Demonstração dos Fluxos de Caixa**, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final. A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2018 e o encerramento de 2019 foi positivo em R\$ 359.602,67, com um acréscimo de 4,16%.

Tabela 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

CONTA CONTÁBIL	31/12/2019	31/12/2018	% AH
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.984.038,08	8.624.435,41	4,16%

Fonte: Siafi web.

Em:26/06/2020

Demais créditos e valores a curto prazo

Em janeiro de 2019 a STN implementou a nova rotina dos registros de TED (Termo de Execução Descentralizada) que passou a apropriar contas patrimoniais que contabiliza um direito no ativo (Adiantamento de TED) na UG descentralizadora e uma obrigação no passivo na UG recebedora da TED, referente aos recursos a comprovar. Enquanto houver recursos pendentes de comprovação, a UG descentralizadora permanecerá com o direito na Conta 11382.38.00 e a UG recebedora com a obrigação na conta 21892.06.00, conforme contabilização apresentada abaixo.

A partir desses registros, a conta 1.1.3.8.2.38.00 - Adiantamento Termo de Execução Descentralizada - que apresentava um saldo de R\$ 440.623,70 em dezembro de 2018, passou a apresentar R\$ **656.219,21** em 2019. E também valores referentes a adiantamento concedidos a pessoal no valor de R\$ 83.244,18. Esse crescimento justifica a variação positiva de **48,92%** no grupo de contas 113820000 - Outros Credores a Receber e Valores a Curto Prazo. A contrapartida na conta de VPA (463920100) alterou também o grupo na DVP que impactou no Resultado Patrimonial do Período.

<u>Lançamento na UG repassadora:</u> D – 11382.38.00 – Adiantamento TED C – 46392.01.00 – VPA Outros Ganhos c/ Incorporação de Ativo	<u>Lançamento da UG recebedora:</u> D – 36402.01.00 – VPD Incorporação Passivos C – 21892.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar TED
--	---

Fonte: Siafi web.

Em:26/06/2020

Imobilizados

Bens móveis e imóveis

O INES possui um imobilizado cujo valor contábil dos bens móveis e imóveis totaliza aproximadamente R\$ 192,850 milhões (deduzido da depreciação, amortização e redução ao valor recuperável), sendo R\$ 16,60 milhões referente a bens móveis, o correspondente a 8%.

Em relação à depreciação de bens móveis, o INES ainda não iniciou o cálculo e registro, o valor lançado em balanço refere-se a períodos anteriores. O INES possui um sistema particular de controle patrimonial (ASIS) que gera mensalmente os valores para serem lançados como depreciação. A justificativa ocorre, entre outros motivos, para o não lançamento tempestivo da depreciação pelo fato de que os saldos do Siafi não condizem com os saldos lançados no sistema ASIS. O setor de almoxarifado está providenciando um inventário e capacitação de pessoal para equalizar essas discrepâncias. Com o intuito de padronizar e tornar o controle dos bens mais eficiente, foi instituído o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads para utilização obrigatória por todos os órgãos da Administração Pública Federal até o ano de 2020 (Portaria MP nº 385 de 28 /11/ 2018).

Os bens imóveis do INES totalizaram R\$ 176,790 milhões e representam 92% do total do imobilizado. Quanto à depreciação, o cálculo é realizado no SPIUnet pela SPU/MP e repassado à STN para registro no Siafi.

Intangíveis

No âmbito do INES, os intangíveis estão relacionados basicamente a softwares. O total de ativos intangíveis registrado no Balanço Patrimonial corresponde a R\$ 4,41 milhões. A maioria está relacionada aos “Softwares com Vida Útil Definida”, os chamados “softwares de prateleira”. Esses softwares referem-se, principalmente, a licenças OS, a bancos de dados e a aplicativos. Cabe destacar que o INES ainda não iniciou cálculo da amortização.

Demais obrigações a curto prazo

Dando continuidade à análise dos passivos do INES, o item referente às “Demais Obrigações a Curto Prazo” do Balanço Patrimonial, apresentou uma evolução de 62,61%. Esse crescimento significativo foi ocasionado pela nova rotina da contabilização de TED – Termo de Execução Descentralizada, na UG repassadora entre outras. Em janeiro de 2019, a Secretaria do Tesouro Nacional implantou uma nova rotina de operacionalização dos TEDs com contabilização das contas patrimoniais, tanto nas UGs repassadoras quanto nas UGs receptoras dos recursos. Ainda sobre a nova rotina de TED, enquanto houver recursos pendentes de comprovação pela UG receptora, a UG descentralizadora irá apropriar o direito na Conta 11382.38.00 e a UG receptora registrará a obrigação na conta 21892.06.00, de acordo com o seguinte lançamento contábil:

<u>Lançamento na UG repassadora:</u>	<u>Lançamento da UG receptora:</u>
D – 11382.38.00 – Adiantamento TED	D – 36402.01.00 – VPD Incorporação de Passivos
C – 46392.01.00 – VPA Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	C – 21892.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar TED

Fonte: Siafi web. Em 26/06/2020

Balanço orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social				
Resultado do Banco Central do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO				
DEFICIT			144.778.691,02	144.778.691,02
TOTAL			144.778.691,02	144.778.691,02

Fonte: Siafi web 2019.

Em: 26/06/2020

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	142.599.742,00	148.106.768,00	143.787.163,51	130.975.224,97	122.561.315,26	4.319.604,49
Pessoal e Encargos Sociais	110.590.298,00	116.023.640,00	113.725.423,69	113.725.423,69	105.718.110,20	2.298.216,31
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	32.009.444,00	32.083.128,00	30.061.739,82	17.249.801,28	16.843.205,06	2.021.388,18
DESPESAS DE CAPITAL	2.125.000,00	2.125.000,00	991.527,51	597.913,83	597.913,83	1.133.472,49
Investimentos	2.125.000,00	2.125.000,00	991.527,51	597.913,83	597.913,83	1.133.472,49
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	144.724.742,00	150.231.768,00	144.778.691,02	131.573.138,80	123.159.229,09	5.453.076,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	144.724.742,00	150.231.768,00	144.778.691,02	131.573.138,80	123.159.229,09	5.453.076,98
TOTAL	144.724.742,00	150.231.768,00	144.778.691,02	131.573.138,80	123.159.229,09	5.453.076,98

Fonte: Siafi web 2019.

Em: 26/06/2020

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	141.793,19	13.856.110,27	11.565.298,77	11.565.298,77	577.806,52	1.854.798,17
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	141.793,19	13.856.110,27	11.565.298,77	11.565.298,77	577.806,52	1.854.798,17
DESPESAS DE CAPITAL	304.025,52	181.722,10	140.500,74	140.500,74	306.136,90	39.109,98
Investimentos	304.025,52	181.722,10	140.500,74	140.500,74	306.136,90	39.109,98
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	445.818,71	14.037.832,37	11.705.799,51	11.705.799,51	883.943,42	1.893.908,15

Fonte: Siafi web 2019.

Em: 26/06/2020

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		8.409.657,77	8.409.657,77		
Pessoal e Encargos Sociais		8.021.104,88	8.021.104,88		
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		388.552,89	388.552,89		
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		8.409.657,77	8.409.657,77		

Fonte: Siafi web 2019.

Em: 26/06/2020

Notas explicativas

Receitas e despesas orçamentárias

Nesse período de 2019, as receitas realizadas transferidas ao INES atingiram o montante de R\$ 144,780 milhões. No conjunto da execução orçamentária no âmbito do INES, as despesas empenhadas, R\$ 144,778 milhões, corresponderam a 96,37% do total fixado na LOA (R\$ 150,231 milhões). As despesas correntes representaram o maior montante (R\$ 143,787 milhões), isto é, 97,08% da dotação (R\$ 150,231 milhões). O total executado/empenhado (97,03%), justifica-se pelo fato de que nessa categoria econômica estão incluídas as despesas com pessoal que consomem a maior parte do orçamento, conforme tabela.

Tabela 02 – Despesas executadas por Categoria Econômica

CATEGORIA ECONÔMICA	Dotação Atualizada	Desp. Empenhadas	% Execução (Emp/Dot)	AV Empenhada
Despesas Correntes	148.106.768,00	143.787.163,51	97,08%	99,31%
Despesas de Capital	2.125.000,00	991.527,51	46,66%	0,69%
Total das Despesas	150.231.768,00	144.778.691,02	96,37%	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2019.

Em: 26/06/2020

Restos a pagar

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os *Restos a Pagar Não Processados – RPNP* referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é feita pela STN em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado. Nesse sentido, a Lei nº 4.320/1964 considera como executada a “despesa empenhada” (e não paga) ao dispor, no seu art. 35, que “*pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas*”.

Tabela 03 – RPNP inscritos e reinscritos

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	141.793,19	13.856.110,27	11.565.298,77	11.565.298,77	577.806,52	1.854.798,17
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	141.793,19	13.856.110,27	11.565.298,77	11.565.298,77	577.806,52	1.854.798,17
DESPESAS DE CAPITAL	304.025,52	181.722,10	140.500,74	140.500,74	306.136,90	39.109,98
Investimentos	304.025,52	181.722,10	140.500,74	140.500,74	306.136,90	39.109,98
Investimentos Financeiros						
Amortização da Dívida						
TOTAL	445.818,71	14.037.832,37	11.705.799,51	11.705.799,51	883.943,42	1.893.908,15

Fonte: SIAFI web

Em: 26/06/2020

Balanço financeiro

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias		
Ordinárias		
Vinculadas		
Previdência Social (RPPS)		
Recursos a Classificar		
(-) Deduções da Receita Orçamentária		
Transferências Financeiras Recebidas	143.955.063,04	136.482.497,29
Resultantes da Execução Orçamentária	123.509.260,98	131.150.636,12
Repasse Recebido	75.991,75	145.380,96
Sub-repasse Recebido	123.433.269,23	131.005.255,16
Independentes da Execução Orçamentária	20.445.802,06	5.331.861,17
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	20.177.213,37	5.046.651,01
Demais Transferências Recebidas	51.879,53	4.960,63
Movimentação de Saldos Patrimoniais	216.709,16	280.249,53
Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS		
Recebimentos Extraorçamentários	22.039.532,13	22.692.326,34
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	8.413.909,71	8.409.657,77
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.205.552,22	14.037.832,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	282.961,09	88.339,92
Outros Recebimentos Extraorçamentários	137.109,11	156.496,28
Arrecadação de Outra Unidade	137.109,11	156.496,28
Saldo do Exercício Anterior	8.624.435,41	9.066.339,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.624.435,41	9.066.339,66
TOTAL	174.619.030,58	168.241.163,29
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Despesas Orçamentárias	144.778.691,02	144.515.744,26
Ordinárias	124.667.884,80	133.602.915,26
Vinculadas	20.110.806,22	10.912.829,00
Educação	32.704,00	
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.066.388,00
Previdência Social (RPPS)	20.077.826,00	9.177.854,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	276,22	668.587,00
Recursos a Classificar		
Transferências Financeiras Concedidas	457.883,11	4.896.329,13
Resultantes da Execução Orçamentária	320.774,00	4.739.832,85
Repasse Concedido	320.774,00	458.684,23
Sub-repasse Devolvido		4.281.148,62
Independentes da Execução Orçamentária	137.109,11	156.496,28
Movimento de Saldos Patrimoniais	137.109,11	156.496,28
Aporte ao RPPS		
Aporte ao RGPS		
Pagamentos Extraorçamentários	20.398.418,37	10.204.654,49
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.409.657,77	
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	11.705.799,51	9.447.727,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	282.961,09	88.339,92
Outros Pagamentos Extraorçamentários		668.587,00
Demais Pagamentos		668.587,00
Saldo para o Exercício Seguinte	8.984.038,08	8.624.435,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.984.038,08	8.624.435,41
TOTAL	174.619.030,58	168.241.163,29

Fonte: Siafi web 2019.

Em: 26/06/2020

Notas explicativas

Ingressos financeiros

Os ingressos apresentaram um pequeno acréscimo de 3,79% em relação a 2018, correspondente a R\$ 174,620 milhões. Esse incremento se deu, em grande parte, ao aumento no saldo na conta de recebimentos para Pagamento de RP que passou de R\$ 5,46 milhões para R\$ 20,178 milhões, um acréscimo de 299% em relação a 2018.

Dentro do grupo “Recebimentos Extraorçamentários”, o qual corresponde 12,62% do total de Ingressos, há um item denominado “Inscrição de Restos a Pagar Não Processados” que merece destaque. Este item, registrado no BF do lado dos Ingressos, corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente, para compensar/equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) registradas do lado dos Dispêndios. Essa metodologia foi definida pela Lei nº 4.320/1964, a qual estabelece que *“pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”* (art.35). Portanto, as despesas empenhadas, e ainda não pagas até 31/12, são consideradas como restos a pagar não processados. Assim, *“os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”*. (art. 103, parágrafo único da Lei nº 4.320/64).

Tabela 04 – Principais grupos de ingressos financeiros do INES

INGRESSOS	31/12/2019	31/12//2018	AH (%)	AV (%)
Transferências Financeiras Recebidas	143.955.063,04	136.482.497,29	5,48	82,43
Recebimentos Extraorçamentários	22.039.532,13	22.692.326,34	(2,88)	12,62
Caixa e Equivalente de caixa	8.624.435,41	9.066.339,66	(4,87)	4,93
TOTAL	174.619.030,58	168.241.163,29	3,79	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2019.

Em: 26/06/2020

Dispêndios financeiros

Do grupo dos Dispêndios (desembolsos) realizados pelo INES, as despesas orçamentárias apresentaram o maior montante em termos monetários e correspondem a 82,91% do total dos dispêndios do INES. Elas referem-se, em grande parte, aos repasses financeiros recebidos da (administração central) para pagamento de despesas do exercício corrente (*Resultantes da Execução Orçamentária*).

Tabela 05 – Principais grupos dos dispêndios financeiros do INES

DISPÊNDIOS	31/12/2019	31/12//2018	AH (%)	AV (%)
Despesas Orçamentárias	144.778.691,02	144.515.744,26	0,18	82,91
Transferências Financeiras Concedidas	457.883,11	4.896.329,13	(90,65)	0,02
Despesas Extraorçamentárias	20.398.418,37	10.204.654,49	(99,89)	11,68
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício Anterior)	8.984.038,08	8.624.435,41	4,17	5,14
TOTAL	174.619.030,58	168.241.163,29	3,79	100%

Fonte: SIAFI Web.

Em: 26/06/2020

As despesas orçamentárias possuem duas classificações, ordinárias e vinculadas. As *Despesas Orçamentárias Ordinárias* compreendem as despesas de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos, destinadas a atender a quaisquer finalidades. As *Despesas Orçamentárias Vinculadas* compreendem aquelas cuja destinação é definida em lei, estando os recursos atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos e, no caso do INES, a Previdência Social (RPPS) e ao FNDE. As despesas vinculadas no INES obteve um acréscimo de 84,29% em comparação com 2018, ocasionado principalmente pelo aumento de 118% na conta Previdência Social (RPPS) ocasionado pelo aumento de pedido de aposentadorias de funcionários do INES no ano de 2019.

Tabela 06 – Composição das despesas orçamentárias do INES

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	31/12/2019	31/12//2018	AH (%)	AV 2019 (%)
	144.778.691,02	144.515.744,26	0,18	100%
Ordinárias	124.667.884,80	133.602.915,26	(6,69)	86,10%
Vinculadas	20.110.806,22	10.912.829,00	84,29	13,90

Fonte: SIAFI web

Em: 26/06/2020

Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	145.148.445,00	136.782.102,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias		
Vendas de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	143.992.431,96	136.625.605,93
Transferências Intragovernamentais	143.955.063,04	136.482.497,29
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	37.368,92	143.108,64
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.018.903,93	
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.018.903,93	
Ganhos com Desincorporação de Passivos		
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	137.109,11	156.496,28
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	137.109,11	156.496,28

Fonte: Siafi w eb 2019.

Em: 26/06/2020

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	145.705.212,58	143.333.246,82
Pessoal e Encargos	61.068.239,02	59.662.430,92
Remuneração a Pessoal	47.497.693,95	45.688.676,97
Encargos Patronais	9.000.430,84	9.386.461,18
Benefícios a Pessoal	4.496.126,34	4.518.427,32
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	73.987,89	68.865,45
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	57.595.071,22	54.957.134,48
Aposentadorias e Reformas	48.781.518,92	46.019.013,48
Pensões	8.738.622,38	8.886.670,13
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	74.929,92	51.450,87
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.584.871,53	22.967.592,96
Uso de Material de Consumo	1.267.623,50	743.361,21
Serviços	22.853.670,76	21.593.664,28
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.463.577,27	630.567,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Concedidos		
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	457.883,11	5.564.916,13
Transferências Intragovernamentais	457.883,11	5.564.916,13
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas		
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	825.136,77	
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias		
Incorporação de Passivos	379.207,87	
Desincorporação de Ativos	445.928,90	
Tributárias	14.889,26	9.156,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.002,54	965,34
Contribuições	13.886,72	8.191,65
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos		
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	159.121,67	172.015,34
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos	157.796,85	168.253,31
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.324,82	3.762,03
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-556.767,58	-6.551.144,61

Fonte: Siafi w eb 2019.

Em: 26/06/2020

Notas explicativas

Resultado patrimonial do período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio no exercício, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, agregado ao Patrimônio Líquido no grupo de “Resultados Acumulados”, item Resultado do Exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio.

Em 2019, o INES apresentou um resultado patrimonial negativo de R\$ 556,767 mil. Déficit bem menor em comparação ao resultado de 2018, que foi negativo em 6,551 milhões, uma diminuição de 91,5% para o resultado de 2019. As variações diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos) foram superiores às patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos).

Tabela 07 – Resultado patrimonial no período

Demonstração Variações Patrimoniais	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	145.148.445,00	136.782.102,21	6,11
Variações Patrimoniais Diminutivas	145.705.212,58	143.333.246,82	1,65
Resultado Patrimonial do Período	-556.767,58	-6.551.144,61	91,50

Fonte: Siafi web.

Em: 26/06/2020

Variações Patrimoniais Aumentativas

Das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item mais expressivo que teve a maior contribuição para o resultado positivo do período foi o de “Transferências e Delegações Recebidas”, com R\$ 143,955 milhões, representando 99,10% do total das VPAs.

Variações Patrimoniais Diminutivas

As *Variações Patrimoniais Diminutivas* apresentaram o saldo de R\$ 145,705 milhões no encerramento do ano de 2019, variação horizontal de 1,65% em comparação ao ano anterior. O item que apresenta o maior montante dentro das VPDs é o de *Pessoal e encargos*, com R\$ 61,068 milhões, o qual teve um acréscimo de 2,36% de 2018 para 2019. Esse item refere-se ao pagamento de salários do pessoal ativo, encargos e benefícios de pessoal. Nesse grupo de contas a maior variação observada foi o uso de material de consumo havendo uma variação a maior de 70% ocasionado pelo aumento da demanda de consumo de materiais escolares e de pequenas reformas dentro da Instituição.

Depreciação e Amortização

A VPD relativa à Depreciação e Amortização apresentou no final de 2019 um acréscimo significativo de 132,10% em relação a 2018. Esse aumento foi ocasionado pelo lançamento da Depreciação de Bens Imóveis cadastrados no SPIUnet e que vem sendo realizado regularmente pela SPU/Ministério da Economia e registrados no SIAFI pela CCONT/STN. Devido a problemas com diferença de saldos entre as contas do SIAFI e do controle patrimonial do INES não há registro de lançamento de amortização de bens móveis.

Tabela 08 – VPD de Depreciação e Amortização

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31/12/2019	31/12/2018	AH
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.463.577,27	630.567,47	132,10 %

Fonte: SIAFI web.

Em: 26/06/2020

Demonstração dos fluxos de caixa

FLUXO DE CAIXA	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.098.017,24	1.661.924,31
INGRESSOS	144.375.133,24	136.727.333,49
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	144.375.133,24	136.727.333,49
Ingressos Extraorçamentários	282.961,09	88.339,92
Transferências Financeiras Recebidas	143.955.063,04	136.482.497,29
Arrecadação de Outra Unidade	137.109,11	156.496,28
DESEMBOLSOS	-143.277.116,00	-135.065.409,18
Pessoal e Demais Despesas	-133.645.665,85	-120.107.501,24
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social	-57.045.058,55	-51.568.780,22
Saúde		
Trabalho		
Educação	-76.600.607,30	-68.538.721,02
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de		
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Transferências Concedidas	-8.890.605,95	-9.304.651,89
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municípios		
Intragovernamentais	-8.890.605,95	-9.304.651,89
Outras Transferências Concedidas		
Outros Desembolsos Operacionais	-740.844,20	-5.653.256,05
Dispêndios Extraorçamentários	-282.961,09	-88.339,92
Transferências Financeiras Concedidas	-457.883,11	-4.896.329,13
Demais Pagamentos		-668.587,00

Fonte: Siafi w eb 2019.

Em: 26/06/2020

FLUXO DE CAIXA	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-738.414,57	-2.103.828,56
INGRESSOS		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Ingressos de Investimentos		
DESEMBOLSOS	-738.414,57	-2.103.828,56
Aquisição de Ativo Não Circulante	-738.114,57	-1.545.636,56
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos	-300,00	-558.192,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas		
Transferências de Capital Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	359.602,67	-441.904,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	8.624.435,41	9.066.339,66
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.984.038,08	8.624.435,41

Fonte: Siafi w eb 2019.

Em: 26/06/2020

Notas explicativas

Ingressos de caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. Até o período, a geração líquida de caixa foi positiva de R\$ 359,602 mil, com um aumento de 180% em relação ao exercício anterior, visto que, no exercício a geração líquida da caixa deu negativa.

Tabela 09 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa- Saldo Inicial e Final

Resultado Financeiro BF x DFC	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	8.984.038,08	8.624.435,41	4,16
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	8.624.435,41	9.066.339,66	(4,87)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	359.602,67	-441.904,25	(180)

Fonte: SIAFI Web 2019.

Em: 26/06/2020

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão. As **atividades operacionais** compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão. As **atividades de investimento** estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>). As **atividades de financiamento** compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Houve variação de 220% nas atividades de financiamento, afetando positivamente o fluxo de caixa.

Tabela 10 – Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades

Atividades	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	1.098.017,24	1.661.924,31	33,93
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-738.414,57	-2.103.828,56	(64,90)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Total	359.602,67	-441.904,25	181,38

Fonte: SIAFI Web 2019

Em: 26/06/2020

Contabilidade do INES

O INES é órgão singular da estrutura do Ministério da Educação, e sua Contabilidade é de responsabilidade desse Ministério. As responsáveis são as Contadoras Núcia Ferreira da Silva, designada pela Portaria MEC nº 55, de 21/01/2010 para o cargo de Coordenadora de Contabilidade, sendo sua substituta eventual a Contadora Deborah Aires Nepomuceno de Andrade, Coordenadora de Contabilidade e Custos, designada pela Portaria MEC nº 951, de 14/6/2019.

A Contabilidade interna do Instituto está estruturada dentro do Departamento de Planejamento e Administração (DEPA), que abriga uma Coordenação de Programação Orçamentária e Financeira (COF), com as seguintes competências:

- Elaborar, coordenar, orientar e controlar as atividades de programação orçamentária e financeira do INES;
- Propor a abertura de créditos adicionais e extraorçamentários;
- Controlar os saldos orçamentários e financeiros da instituição, bem como avaliar relatórios, através de informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI;
- Controlar, analisar e avaliar, orçamentária e financeiramente, os planos, programas, projetos e atividades do Instituto;
- Controlar, acompanhar e registrar as despesas de pessoal, através do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE; VI - elaborar relatório orçamentário e financeiro para a prestação de contas anual do Órgão.

A COF conta com uma Divisão de Execução Financeira (DIEF), à qual compete:

- Realizar a execução orçamentária e financeira dos recursos do INES, observada a legislação reguladora da matéria;
- Controlar, orçamentária e financeiramente, suprimentos de fundo, acordos, contratos, convênios e outras formas de ajustes firmados pelo Instituto;
- Controlar e acompanhar o registro sistemático da disponibilidade financeira para despesas de pessoal, bem como outras despesas correntes e de capital;
- Processar a conformidade contábil referente aos processos empenhados e liquidados;
- Contabilizar a folha de pagamentos do INES.

A composição da COF é a seguinte: Antonio Rosa Correia, Coordenador de Programação Orçamentaria e Financeira (Portaria MEC nº 921, de 22/9/2009, publicada em 23/9/2009; Fernando Braga Neiva, Portaria INES nº 129, de 30/5/2015, publicada em 31/3/2015, Chefe da Divisão de Execução Financeira – DIEF; e Mário César dos Santos, Contador e Responsável pela conformidade de registro de gestão (Portaria INES nº 393, de 17/12/2014, publicada em 22/12/2014).

Observação sobre apontamentos de órgãos de controle

Em 2019, não houve pendências de atendimento a recomendações ou apontamentos de órgãos de controle.